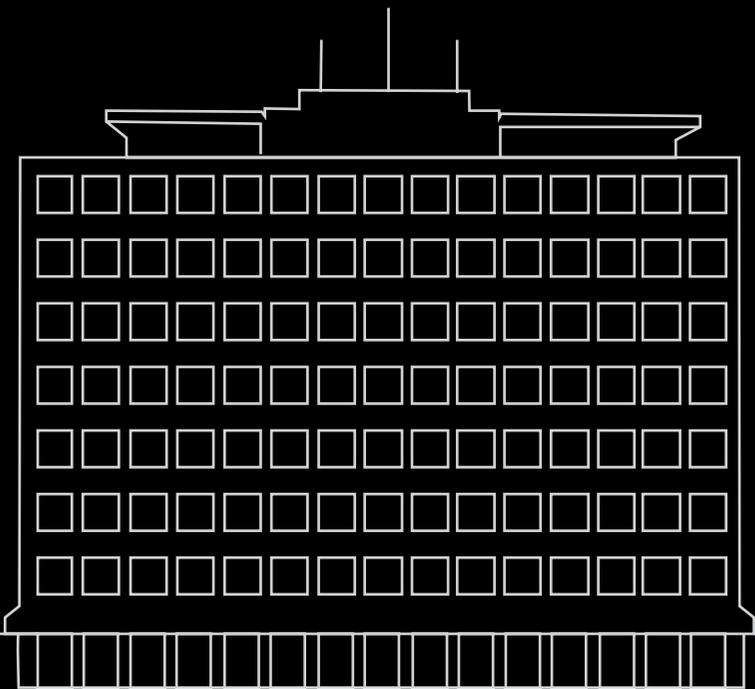




Os Reitores da Universidade de São Paulo

1934–2018





USP



Os Reitores da Universidade de São Paulo

1934-2018



Os Reitores da Universidade de São Paulo

1934-2018



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Vahan Agopyan
Vice-reitor Antonio Carlos Hernandez



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Carlos Roberto Ferreira Brandão

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente Rubens Ricupero
Vice-presidente Valeria De Marco
Carlos Alberto Ferreira Martins
Clodoaldo Grotta Ragazzo
Maria Angela Faggin Pereira Leite
Ricardo Pinto da Rocha
Tânia Tomé Martins de Castro
Suplentes Marta Maria Geraldtes Teixeira
Primavera Borelli Garcia
Sandra Reimão

Editora-assistente Carla Fernanda Fontana
Chefe Div. Editorial Cristiane Silvestrin

Os Reitores da Universidade de São Paulo

1934-2018

Coordenação

Vera Nakata



Copyright © 2021 by Universidade de São Paulo

Esta edição está disponível no portal de livros abertos da Edusp (www.livrosabertos.edusp.usp.br). É uma versão eletrônica da obra impressa. É permitida sua reprodução parcial ou total, desde que citadas a fonte e a autoria. É proibido qualquer uso para fins comerciais.

Visite também www.edusp.com.br.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Os Reitores da Universidade de São Paulo: 1934–2018 / coordenação Vera Nakata.
– 1. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

Vários colaboradores.

ISBN 978–65–5785–037–4

1. Educação superior 2. Universidade de São Paulo – Administração
3. Universidade de São Paulo – História I. Nakata, Vera Lucia Mariko.

21-69550

CDD-378.8161

Índices para catálogo sistemático:

1. Universidade de São Paulo: Ensino superior
378.8161

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/3129

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Rua da Praça do Relógio, 109-A, Cidade Universitária
05508-050 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2021
Foi feito o depósito legal

Sumário

Prefácio	11
O início	15
Reynaldo Porchat	1934–1938.....	21
Lucio Martins Rodrigues	1938–1939.....	27
Domingos Rubião Alves Meira	1939–1941.....	33
Jorge Americano	1941–1946.....	39
Antônio de Almeida Prado	1946–1947.....	45
Linneu Prestes	1947–1949.....	51
Miguel Reale	1949–1950.....	55
Luciano Gualberto	1950–1951.....	61
Ernesto de Moraes Leme	1951–1953.....	67
José de Mello Moraes	1954–1955.....	73
Alípio Corrêa Netto	1955–1957.....	79
Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho	1957–1960.....	85
Antonio Barros de Ulhôa Cintra	1960–1963.....	89
Luis Antonio da Gama e Silva	1963–1969.....	97
Helio Lourenço de Oliveira*	1968–1969.....	103
Miguel Reale	1969–1973.....	111
Orlando Marques de Paiva	1973–1977.....	119
Waldyr Muniz Oliva	1978–1982.....	125
Antonio Hélio Guerra Vieira	1982–1986.....	133
José Goldemberg	1986–1990.....	139
Roberto Leal Lobo e Silva Filho	1990–1993.....	145
Ruy Laurenti*	1993–1993.....	151
Flávio Fava de Moraes	1993–1997.....	157
Jacques Marcovitch	1997–2001.....	165
Adolpho José Melfi	2001–2005.....	171
Suely Vilela	2005–2009.....	181
João Grandino Rodas	2010–2014.....	191
Marco Antonio Zago	2014–2018.....	199
Foram Vice-Reitores	209
Bibliografia	212

*Vice-Reitores





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Prefácio



Vahan Agopyan

O objetivo desta publicação é contar a história da Universidade de São Paulo (USP) a partir do olhar de seus reitores. Não se trata, entretanto, de uma coletânea de simples biografias, mas sim de relatos da vida dessas pessoas, contados por eles próprios, sempre que possível, ou por terceiros. Felizmente, dez dos ocupantes deste cargo puderam dar seus depoimentos pessoais e inclusive, dois deles, os professores Roberto Leal Lobo e Silva Filho e João Grandino Rodas, preferiram redigir seus próprios textos.

Por conta dessa abordagem, o professor Miguel Reale, que ocupou a Reitoria em duas ocasiões, tem suas atividades relatadas em dois capítulos, já que quase duas décadas decorreram entre o primeiro e o segundo mandatos e a realidade da Universidade era bem distinta nos dois períodos.

O leitor poderá perceber, ao longo da leitura dos 28 capítulos, como a Universidade se desenvolveu e como as preocupações de seu principal gestor foram se alterando no decorrer dos anos. No início, a USP era um conjunto de unidades de ensino e pesquisa, com seus costumes e cultura própria, inclusive com orçamentos independentes. Com a reforma estatutária de 1968, as tradicionais cátedras foram extintas, o que resultou em uma mudança cultural marcante para a gestão universitária, com o estabelecimento dos departamentos.

Na reforma de 1988, além da criação das Pró-Reitorias, que diluíram o domínio do Reitor nas atividades-fim da Universidade, as decisões se tornaram predominantemente colegiadas, obrigando o mandatário, a partir de então, a colocar em prática suas habilidades de persuasão para que a comunidade acadêmica aceite e acate suas ideias. Logo depois, em 1989, com a conquista da autonomia administrativo-financeira e a destinação, para a Universidade, de uma porcentagem do

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) que o Estado recolhe, o Reitor assumiu a responsabilidade de conduzir e garantir a saúde financeira da Instituição com os recursos disponíveis, levando-se em conta que o recolhimento desse imposto tem variações cíclicas, às vezes, consideráveis.

Deve-se ressaltar que a autonomia plena, incluindo a administrativo-financeira, foi a grande ferramenta para a excelência acadêmica da USP e de suas coirmãs, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp). Esta é, portanto, uma responsabilidade que os reitores das universidades estaduais paulistas assumem com prazer.

A questão da igualdade de gêneros também está presente nesta obra. Ao longo de sua história, a USP teve apenas uma Reitora, a professora Suely Vilela, e uma Vice-Reitora, a professora Myriam Krasilchik. Em 2016, a Universidade criou o Escritório USP Mulheres e mantém, desde 2015, um convênio com a ONU Mulheres, no programa HeForShe, para acelerar a igualdade de gênero dentro da Instituição. Esse convênio está sendo renovado no momento, com a USP sendo convidada a participar em novo programa da ONU. A iniciativa foi e está sendo muito importante, pois estamos conseguindo modificar as relações de gênero e, pouco a pouco, aumentando o número de dirigentes universitários do sexo feminino. Para acelerar o processo, algumas medidas proativas foram tomadas nos últimos meses e espera-se que essas ações aumentem a proporção das professoras titulares e, como consequência, a presença de mulheres na gestão da Universidade.

Dois vice-reitores tiveram papel significativo na gestão da Universidade e, por esse motivo, fazem parte desta trajetória. Normalmente, os vice-reitores substituem os titulares em suas ausências, seguindo as diretrizes da gestão. Mais recentemente, a partir de 2014, eles assumiram a tarefa da administração geral da USP e, com isso, têm uma atuação definida e constante, não apenas esporádica e de pouca

duração. No entanto, dois vice-reitores desempenharam funções importantes na gestão, não como substitutos eventuais, mas como protagonistas na condução da Universidade em momentos difíceis e importantes de sua história. Por isso, também estão presentes neste livro.

O professor Helio Lourenço de Oliveira, quando foi indicado e nomeado como Vice-Reitor em outubro de 1968, já tinha conhecimento que iria assumir o exercício da Reitoria, pois o titular, professor Gama e Silva, era ministro da Justiça. Com isso, ele comandou a aprovação da reforma estatutária da Universidade, que acabou com o cargo de professor catedrático, propiciou a criação dos Departamentos, subdividiu a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tornou as disciplinas semestrais e deu poder aos colegiados nas várias instâncias.

Foi, sem dúvida, uma das grandes mudanças na história da Instituição, implementadas graças à habilidade e competência do professor Lourenço de Oliveira. Certamente, ele deve ter conquistado muitas desavenças por conta da perda de poder dos catedráticos, mas sua queda foi motivada pela contestação da aposentadoria compulsória de vários docentes da USP pelo Ato Institucional nº 5, o famigerado AI-5. No decreto de 29 de abril de 1969, assinado pelo Reitor afastado, então ministro da Justiça, o Vice-Reitor em exercício estava na lista dos aposentados. O Conselho Universitário, como desagravo, em 4 de outubro de 2016, determinou que o retrato do professor Helio Lourenço de Oliveira passasse a fazer parte da Galeria de Reitores da USP.

Em agosto de 1993, a poucos meses do término de seu mandato, o professor Roberto Leal Lobo e Silva Filho renunciou, por motivos que estão descritos por ele em seu respectivo capítulo. A eleição para Reitor, que seria realizada em breve, já movimentava a Universidade. O professor Ruy Laurenti que, como Vice-Reitor era candidato natural nas eleições, assumiu o cargo, abdicou do direito de se candidatar e conduziu a Universidade nesses meses

conflituosos. Graças ao seu altruísmo e à sua generosidade, a USP manteve a tranquilidade até que, em fins de novembro, assumiu o novo mandatário, o professor Flávio Fava de Moraes.

Sou o 28º Reitor da USP, mas como, já mencionado, o professor Miguel Reale foi nomeado duas vezes e, da mesma forma, o professor Luis Antonio da Gama e Silva, este para mandatos sucessivos. Por isso, pode-se considerar que sou o 26º docente ocupando este honroso cargo e me considero um observador privilegiado. Acompanhei de perto as gestões, desde o segundo mandato do professor Miguel Reale, e tive a oportunidade de conhecer os últimos doze reitores, inicialmente como aluno, depois como docente em início de carreira e, nos últimos oito anos, atuando diretamente na gestão.

É muito interessante como a percepção de um observador externo difere da pessoa que está exercendo o cargo. O relato dos reitores, ou de quem os acompanhou de perto, apresenta destaques que um aluno ou um docente não atuante na gestão não consegue vislumbrar. Alguns detalhes apresentados nos depoimentos me surpreenderam, mesmo daqueles com quem tive o prazer de conviver mais proximamente. Esta é a beleza da publicação: poder compreender melhor o desenvolvimento desta Instituição através do ponto de vista de seus gestores.

Desejo a todos os leitores que desfrutem do livro e peço especial atenção para o fato de como, nestas quase nove décadas, a sociedade se modificou, principalmente no que concerne à preocupação com a educação. Ao mesmo tempo, a Universidade se adequou às expectativas e se aproximou cada vez mais da população, e hoje, a interação com a sociedade é considerada como sua terceira missão, além do ensino e da pesquisa.

Gostaria de parabenizar e agradecer a equipe que elaborou este livro, sob a coordenação da Sra. Vera Nakata, e à Edusp, pela produção editorial. Temos um documento

histórico que nos ajuda a compreender o funcionamento da Instituição e a respeitar seus rituais. Bom proveito aos leitores.

Vahan Agopyan

*Reitor de 25 de janeiro de 2018
a 24 de janeiro de 2022*



O Início



Júlio de Mesquita Filho



Armando de Salles Oliveira



Fernando de Azevedo

Após o final da política do café com leite e todos os conflitos dos anos 30, o descontentamento dos paulistas era evidente. As lideranças do Estado de São Paulo procuravam um caminho educacional para formação de uma elite intelectual capaz de se impor como líderes nacionais.

Para este propósito era prioritária a formação dos professores para o ensino secundário, normal e superior. Seus principais defensores eram Júlio de Mesquita Filho, do jornal “O Estado de S. Paulo” e o então Interventor Armando de Salles Oliveira. A entidade educacional seria o instrumento capaz de realizar seus objetivos.

A criação da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e da Escola de Agronomia “Luiz de Queiroz”, centros de ensino superior isolados, atesta isso. Desde o século XIX, havia uma política de educação superior em São Paulo.

Alguns eventos tiveram grande importância no processo de conscientização da sociedade para a necessidade do desenvolvimento do ensino superior no Brasil. Uma destas iniciativas parte exatamente do jornal “O Estado de S. Paulo”, que, ao publicar um estudo feito por Fernando de Azevedo, mostra a situação geral do ensino no País.

Vários eventos fizeram a conjuntura que acabou levando à formação da USP como movimento renovador em São Paulo, com epicentro na Escola Normal, por exemplo, a fundação da Sociedade de Filosofia, Ciências e Letras em 1930, por um grupo de intelectuais que incluía Ernesto de Souza Campos, André Dreyfus, Miguel Reale, Francisco Isoldi, Alberto Comte, entre outros. A criação de Universidades por todo país serviria para melhorar a estrutura educacional brasileira e conseqüentemente o próprio país.

Graças aos esforços de intelectuais já citados: Fernando de Azevedo, Julio de Mesquita Filho e vários outros, em 25 de janeiro de 1934, o então Interventor Armando de Salles Oliveira, cria a Universidade de São Paulo, resultado da união da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (1827), Escola Normal (1846), Escola Politécnica (1893), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (1901), Faculdade de Farmácia, Odontologia (1902) Faculdade de Medicina (1912), a Faculdade de Medicina Veterinária (1919) já existentes e a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1934) com a função de integrar todos eles. O primeiro Reitor foi Reynaldo Porchat.





Praça do Relógio e a Reitoria, 2021



Centro Universitário Maria Antonia



InovaUSP e CDI Centro de Difusão Internacional em obras

Faculdade de Direito do
Largo de São Francisco

GESTÃO

1934–1938



Reynaldo Porchat

Faculdade de Direito

Uma vida dedicada ao ensino no país

Primeiro Reitor da USP, pertenceu durante quatro décadas ao Conselho Nacional de Educação

Advogado e professor universitário, Reynaldo Porchat nasceu em Santos (SP) no dia 23 de maio de 1868, filho de Victorino Porchat, de tradicional família santista, e Prudência da Silva Porchat. Estabelecido na cidade, seu avô paterno, o botânico suíço Henri Victor Porchat, havia adquirido, em meados do século XIX, a ilha que até hoje leva seu sobrenome – a Ilha Porchat.

Aos 7 anos, Porchat mudou-se com a família para São Paulo, onde iniciou os estudos no Colégio Ypiranga. Na adolescência trabalhou na Casa Nothmann & Cia de Santos, mas logo desistiu do comércio para estudar Humanidades. O jovem entrou, inicialmente, no Curso Anexo à então Academia de Direito de São Paulo, hoje Faculdade de Direito da USP, para prosseguir, posteriormente, para o Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, então capital do país.

De volta a São Paulo, em 1888 Porchat matriculou-se novamente na Academia de Direito de São Paulo. Como estudante, Porchat foi defensor e propagandista da República, proclamada no ano seguinte. Membro do Clube Republicano Acadêmico e redator do periódico político acadêmico “A República”, ele foi também, neste mesmo período, professor de História Pátria no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, do qual chegou à presidência.

Porchat colou grau de Bacharel em 1891, meses após seu casamento com Maria Julia Escobar de Luné (1873-1921), com quem teve três filhos: Oswaldo de Luné Porchat, Alcyrr de Luné Porchat e Edith de Luné Porchat, que foi casada com Eusébio Matoso.

Depois de formado, ele exerceu durante dois anos as funções de Primeiro Delegado Auxiliar de Polícia. Mas logo ingressou na carreira acadêmica. Aprovado em concurso para uma

vaga existente na Academia de Direito de São Paulo, foi nomeado lente substituto da Primeira Seção em outubro de 1897 e recebeu o grau de doutor – por Decreto de 18 de outubro de 1897 – no dia 23 do mesmo mês, após apresentação e aprovação da tese “Da Posição Jurídica dos Estados Federados perante o Estado Federal”.

Em 1903, Porchat tomou posse do cargo de lente catedrático de Direito Romano, por Decreto de 20 de julho, atingindo assim, em curto espaço de tempo, o topo da carreira acadêmica. Como professor foi o “*mais temido por sua severidade e o mais amado por sua ação*”, saudação que recebeu dos docentes integrantes da Congregação da Faculdade de Direito na ocasião de seu falecimento.

Ao longo de 37 anos, desde sua fundação em 1911 com o nome de Conselho Superior de Ensino, Porchat pertenceu ao Conselho Nacional de Educação. Era seu membro mais antigo, reconhecido como o mais respeitado defensor da moralização do ensino no Brasil. Por várias gestões exerceu a Presidência do Conselho.

Fora da Faculdade, foi fiscal do Governo Federal junto ao Colégio de São Luiz, em Itu, nomeado por Dr. Epitácio Pessoa, então Ministro da Justiça e Negócios Interiores da República (1898-1901).

De vocação também política, Porchat foi eleito Senador Estadual em 1923 pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Renunciou ao mandato em 1925 e, junto com dissidentes do mesmo partido, fundou o Partido Democrático (PD) em fevereiro de 1926, apoiando a Aliança Liberal composta por Getúlio Vargas e João Pessoa nas eleições presidenciais de 1930.

Em 1930 ele foi nomeado Diretor da Faculdade de Direito de São Paulo pelo Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, e em 1932, foi indicado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo membro do então Tribunal Regional de Justiça Eleitoral, servindo como juiz por mais de dois anos. Deixou

o cargo em 1934, quando foi nomeado Reitor da Universidade de São Paulo pelo Interventor Federal Armando de Salles Oliveira. A escolha veio de uma lista tríplice de professores catedráticos, posição que se compara ao dos atuais professores titulares.

Em junho de 1934, aos 66 anos de idade, Porchat tomou posse como primeiro Reitor da Universidade de São Paulo. A ata da segunda reunião do Conselho Universitário, realizada naquele mês, registrou: “*O Sr. Reitor, agradecendo a prova de confiança que lhe dera o Governo do Estado, focaliza ligeiramente o problema universitário em São Paulo, procurando salientar os extraordinários benefícios que a Universidade incontestavelmente trará à cultura do povo paulista*”.

No ano seguinte, em junho de 1935, ele presidiu a comissão nomeada pelo então Governador do Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, “*para estudar a localização da Cidade Universitária, que deveria reunir numa única área as escolas da USP que se encontravam, em sua maioria, em instalações provisórias espalhadas por diversos locais da cidade de São Paulo*”.

Porchat também foi membro do Comité correspondente do Groupment des Universités et Grandes Ecoles de France, que fundou em São Paulo o Liceu Franco Brasileiro, do Comité France-Amerique, da Sociedade Geográfica de Lisboa e da Academia Paulista de Letras.

Ao final de seu mandato como Reitor, em 1938, ele retornou ao Largo de São Francisco e à prática do Direito.

Sua obra “Curso Elementar de Direito Romano” é, segundo palavras do professor Alexandre Augusto de Castro Corrêa em seu discurso por ocasião da solenidade de comemoração do centenário de nascimento do Prof. Dr. Reynaldo Porchat, em maio de 1968, “*citada, lembrada e também – coisa mais rara – lida com igual proveito até hoje por mestres, discípulos e estudiosos*”.

O professor foi também amigo pessoal de Euclides da Cunha, conforme mostram cerca de 37 cartas preservadas pela sua vontade e de seus descendentes. Essa quantidade de correspondência coloca Porchat no posto de segundo maior destinatário de Euclides, atrás apenas de Francisco Escobar, influente advogado e político mineiro, Intendente de São José do Rio Pardo à época em que Euclides lá viveu e trabalhou. Os textos indicam que a amizade entre os dois nasceu no círculo de convivência do jornal “A Província de S. Paulo”. Euclides, que vivia no Rio de Janeiro, residiu por um ano, o de 1889, em São Paulo, quando os dois se aproximaram.

“Porchat, amigo.

Vos envio muito saudar!

Estilo antigo, como vês, estilo de quem aproveita longa estada no leito da dor, com um reumatismo tenaz, para decifrar a velha linguagem dos cronistas do século XVII. Recebi tua carta e a Cigarra. Obrigadíssimo. Foi bom que o Estado nada dissesse sobre o Correio: encontrei tudo nos eixos. Estou felizmente restabelecido de cruel incômodo. Não gostaste então da Minas [...]? Também confesso-te que Minas é um pouco melhor. Leste o capítulo “Problema Histórico”? Quanta erudição maçuda! Que maravilhoso narcótico! Eu e a Saninha muito nos recomendamos a toda a tua família. Escreva sempre e disponha do amo velho

Euclides”

Professor Emérito da Faculdade de Direito da USP, Porchat faleceu em 12 de outubro de 1953, na cidade de São Paulo, aos 85 anos.

A partir de 1980, o sistema de orientação viária do campus Butantan passou a batizar ruas, avenidas e praças com os nomes de seus ex-Reitores. Um dos primeiros homenageados foi Reynaldo Porchat. A praça da entrada principal do campus recebeu seu nome.

Ruas e escolas também receberam seu nome, em diferentes cidades paulistas: Rua Reynaldo Porchat, no bairro Jardim Francisco Morato, em Francisco Morato; Rua Reynaldo Porchat, na Vila Belmiro, em Santos, e também a Escola Estadual Reynaldo Porchat, no bairro Alto da Lapa, em São Paulo.



Instituto de Física na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio

Escola Politécnica

GESTÃO

1938–1939



Lucio Martins Rodrigues

Escola Politécnica

Universidade e progresso

Em seu discurso de posse, o engenheiro citou o papel da USP como "*principal propulsora do progresso moral e material da nossa terra*"



Lucio Martins Rodrigues nasceu em abril de 1876 na cidade de Santos, litoral de São Paulo, e perdeu o pai muito cedo, aos 6 anos, quando mudou-se com a mãe para a cidade do Rio de Janeiro. Lá frequentou o primário no Colégio Pedro II e retornou a Santos para concluir o secundário. Aos 15 anos, no entanto, já estava de volta ao Rio de Janeiro, onde logo ingressou no curso de Engenharia da Escola Politécnica da cidade, do qual se formou em 1894, com apenas 19 anos.

Em 1897 Martins Rodrigues passou a integrar o quadro de engenheiros responsáveis pelas obras da Estrada de Ferro Central do Brasil, respondendo pelo trecho Sabará a Curvelo, em Minas Gerais. Seu interesse e estudos sobre levantamentos topográficos foram importantíssimos naquela construção.

A carreira como professor universitário teve início no ano de 1901. Aprovado em primeiro lugar no concurso para o Ginásio do Estado na cidade de Campinas (SP), foi nomeado professor titular pelo então Presidente do Estado Francisco de Paula Rodrigues Alves.

Na mesma época, a Escola Politécnica de São Paulo interessou-se pelo professor. Em 1902, ele tornou-se lente substituto da Primeira Seção de Matemática. Sua competência e capacidade didática eram tamanhas que, dois anos depois, por ato de 16 de abril de 1904, o então Presidente do Governo do Estado, Bernardino de Campos, efetivou-o no cargo de caráter vitalício, por proposta da Congregação da Escola.

Anos depois, em 1932, Martins Rodrigues foi designado titular da cadeira de Topografia, Geodésia Elementar e Astronomia de Campo e, em 1936 foi transferido para a cadeira de

Cálculo Vetorial e Mecânica Racional, após o falecimento do professor Theodoro Ramos, em dezembro de 1935.

Sua caminhada profissional como engenheiro esteve ligada ao transporte e ao desenvolvimento urbano de São Paulo. Dedicou-se à construção do Porto de Santos e participou da Comissão de Saneamento da capital paulista no início do século XX. Durante cerca de 30 anos trabalhou em vários cargos – entre eles o de engenheiro na Prefeitura de São Paulo, pondo em prática suas observações e experiência adquirida em viagens ao exterior, especialmente nas visitas às cidades europeias e americanas, sempre atento às particularidades de Transporte, Urbanismo e Saneamento de cada localidade. Em 1917, na gestão do então Prefeito Washington Luiz, ele foi nomeado para organizar o 1º Congresso Paulista de Estradas de Rodagem, ao lado de Caio Prado Jr e Heitor Penteado.

Na posse como segundo Reitor da USP, em 1938, Martins Rodrigues discursou ressaltando o papel que imputava à Instituição no desenvolvimento do país:

“Ao tomar posse do cargo de Reitor da Universidade de São Paulo, sejam as minhas primeiras palavras uma afirmação de fé, no papel que essa Instituição está fadada desempenhar como principal propulsora do progresso moral e material da nossa terra, e progresso moral antes de material, não alimento ilusões sobre o esforço a despende num campo como esse, onde quase tudo ainda se está por fazer. A estrada é áspera e a jornada é longa e erizada de dificuldades, mas já dizia o poeta: – viver é lutar. Posso afiançar-vos que o homem habituado aos estudos e encanecido ao contato diário dos livros há de encontrar na obra ciclópica da elevação e do aprimoramento no nível cultural de nossa gente, estímulo suficiente para levar avante o trabalho iniciado. É para isso que conto de antemão, como se faz mister, com apoio do Governo do Estado e espero a eficiente colaboração dos ilustres colegas do Conselho Universitário, assim como, dos professores em geral da Universidade”.

Dado seu apreço pela ciência, no mesmo discurso levantou a importância da então fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, idealizada como polo central da Universidade de São Paulo, destinada à formação de pesquisadores em diversas áreas do conhecimento, abrangendo Ciências Exatas, Humanas e Biológicas. Com a reforma universitária de 1969, passou a chamar-se Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.

Contou o ilustre professor José Augusto Martins, certa época, sobre a retidão de caráter do Reitor: *“Naquele tempo, a Universidade de São Paulo e suas escolas dependiam muito da ação direta do Governador do Estado. O professor Lucio Martins Rodrigues foi muito pouco tempo Reitor da Universidade de São Paulo (...) era uma pessoa brilhante e bastante severa. Um fato que à época marcou a sua vida foi que, como era de hábito, o Governador do Estado nomeava os professores, após concurso, e os funcionários da Universidade. Um dos funcionários nomeados não estava na lista das necessidades da Escola Politécnica e foi nomeado pelo Interventor de então, Adhemar Pereira de Barros, sem anuência do Reitor. O protesto desse homem, Lucio Martins Rodrigues, mostra a sua estatura de homem de coragem e personalidade severa. Ele nem foi ao Palácio do Governo pedir demissão do cargo, simplesmente desapareceu desse cargo, em sinal de protesto”.* A saída de Martins Rodrigues da Reitoria aconteceu em abril de 1939, 11 meses após sua posse.

Tanto quanto dedicado à docência, foi também seu interesse voltado à pesquisa científica. Na área de Astronomia, seu trabalho intitulado Pêndulo de Foucault (1932) foi o primeiro estudo realizado no Brasil sobre as marés e as fases da lua, uma análise acerca da história da navegação no século XVI. A ele é conferido o mérito da montagem e edificação do Observatório Astronômico da Escola Politécnica, na Praça Buenos Aires.

Martins Rodrigues foi responsável também, juntamente com os professores Theodoro Ramos e José Otávio

Monteiro de Camargo, pela introdução do ensino de Cálculo Vetorial na Escola Politécnica.

De julho a dezembro de 1941 ele assumiu a função de Diretor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Em 1943, depois de mais de 42 anos como professor universitário, Lucio Martins Rodrigues aposentou-se das atividades de docente, mas não do estudo e da pesquisa, aos quais se dedicou até o fim de seus dias, mantendo-se em plena lucidez e conservando a curiosidade intelectual. Em 1946 foi agraciado, por todos os seus feitos, com o título de Professor Insigne.

Martins Rodrigues faleceu em 19 de agosto de 1970, aos 94 anos.

A partir de 1980, o sistema de orientação viária do campus Butantan da USP passou a batizar ruas, avenidas e praças com nomes de ex-Reitores. O Prof. Lucio Martins Rodrigues teve seu nome dado à avenida onde hoje estão a Escola de Comunicações e Artes (ECA) e o Instituto de Relações Internacionais (IRI).

Na cidade de São Vicente, São Paulo, uma escola municipal de ensino fundamental recebeu, em 1978, o nome do professor – EMEF Prof. Lucio Martins Rodrigues. A escola é considerada ponto de referência para a comunidade, pois oferece várias atividades aos fins de semana, em parceria com outras Secretarias, Universidades e Ongs.



Lucio Martins Rodrigues e esposa



Lucio Martins Rodrigues e visitantes



Lucio Martins Rodrigues reunido com bisnetos em uma festa de aniversário

Faculdade de Medicina

GESTÃO

1939–1941



Domingos Rubião Alves Meira

Faculdade de Medicina

Um médico na Reitoria

A autorização para a construção do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP deu-se em sua gestão

Domingos Rubião Alves Meira formou-se médico com apenas 21 anos pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na qual ingressara em 1894. Nascido em Barra do Piraí (RJ) em 4 de janeiro de 1878, filho de João Alves Meira e de Margarida Rubião Alves Meira, em 1900, um ano após ser diplomado, ele obteve o grau de doutor com a tese “Estudo Semiótico do Coma”, seguindo para a pequena cidade de Piumhi, no interior de Minas Gerais, onde clinicou por pouco tempo.

Em abril de 1901, Rubião Meira seguiu para São Paulo e clinicou nas cidades de Jaboticabal e São Miguel Arcanjo, optando por fixar residência na capital paulista, para onde logo se transferiu. Naquele mesmo ano, ele foi nomeado chefe da Clínica Médica para Homens na Santa Casa de Misericórdia e começou a trabalhar na Instrução Pública, órgão de ensino subordinado à Secretaria de Interior do Estado.

Em 1903, quando foi criada a Gazeta Clínica (1903-1954), periódico bancado e redigido por médicos independentes, Rubião Meira passou a assinar seu expediente como redator, ao lado de Bernardo de Magalhães, José Prudente de Moraes Barros, João Alves de Lima e Xavier Silveira, com textos que discutiam sobre a profissão em si e sua formação, e sobre as necessidades sanitárias de São Paulo.

Nos anos seguintes, de 1905 a 1906, Rubião Meira foi Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, hoje Academia de Medicina de São Paulo, cargo que voltou a ocupar em 1911 e 1912. Titular da cadeira nº 51, tornou-se Membro Emérito da Instituição.

Na Santa Casa de Misericórdia, deu aulas em sua Enfermaria e foi o primeiro professor a exercer

a livre-docência de Clínica Médica em São Paulo, antes da fundação da Faculdade de Medicina. Por sua atuação, acabou honrado com o título de Médico Honorário da Santa Casa de Misericórdia.

Além de médico, Rubião Meira admirava as letras e escrevia contos. Titular da cadeira nº 28 da Academia Paulista de Letras, foi um de seus fundadores, em 5 de outubro de 1909.

Em 1912 foi fundada a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, hoje Faculdade de Medicina (FM) da Universidade de São Paulo, e lá o professor atuou até o fim de sua vida. Por Decreto de 10 de fevereiro de 1916, tornou-se professor catedrático da Faculdade.

Sempre extremamente dedicado às profissões de professor e médico, ele liderou em 1930 um grupo de médicos paulistanos que apoiava a criação de uma entidade que defendesse os interesses da categoria, além de questões científicas. Assinou a convocação para uma assembleia geral e presidiu a reunião inaugural, que reuniu 140 médicos no anfiteatro da Faculdade de Medicina de São Paulo, à época na Rua Brigadeiro Tobias. Saiu da reunião eleito Presidente da entidade por quatro biênios, e assim nasceu, em 29 de novembro de 1930, a Associação Paulista de Medicina – APM. Naquele dia, Rubião Meira falou sobre a satisfação que sentia ao ver no recinto grande número de ex-alunos e prometeu envidar todos os esforços para que a associação se tornasse *“Um centro de atividades e de trabalho eficientes”*. Dois anos depois, a APM já reunia 650 médicos e foi reconhecida como de utilidade pública pelo Decreto federal nº 15.580, em maio de 1944.

No dia 5 de abril de 1939, sob o regime do Estado Novo, Adhemar de Barros, Interventor Federal em São Paulo, nomeou Rubião Meira Reitor da Universidade de São Paulo, em substituição a Lucio Martins Rodrigues (1938-1939). Ele foi o primeiro professor da Faculdade de Medicina a ocupar o cargo.

Adhemar de Barros, em sua gestão, autorizou a construção do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Da comissão de instalação e organização do hospital faziam parte o Secretário de Educação e Saúde Pública, o Reitor da USP, o Diretor da Faculdade de Medicina e um médico – respectivamente, Mário Guimarães de Barros Lins, Domingos Rubião Alves Meira, Ludgero da Cunha Motta e Odair Pacheco Pedroso. O hospital era contrapartida exigida pela Fundação Rockefeller para apoiar a Faculdade de Medicina. Entretanto, as obras só começariam de fato anos mais tarde, não em sua gestão.

Como Reitor e grande incentivador dos estudantes, docentes e pesquisadores da Faculdade de Medicina da USP, em 1940 ele escreveu no periódico *Revista de Medicina*: *“A Revista de Medicina, órgão do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, que vem sendo publicada há anos (desde 1916), merece ser considerada como produto de esforço e trabalho de um grupo de moços que honram a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. (...) Falo com ânimo desprevenido, e só com o intuito de bater palmas a valores.”*

Em 1941, Adhemar de Barros foi substituído pelo ex-ministro da Agricultura Fernando de Sousa Costa e Rubião Meira retorna ao magistério na Faculdade de Medicina, onde era membro nato da comissão examinadora dos concursos para livre-docência de Clínica Médica.

O ex-Reitor fez parte, também, durante muitos anos, do corpo de jurados do Tribunal do Júri da comarca de São Paulo.

Com a redemocratização em 1945, e correligionário de Adhemar de Barros, Rubião Meira foi um dos fundadores e vice-presidente da comissão executiva do Partido Republicano Progressista (PRP). Indicado para disputar, pelo partido, uma cadeira de senador (das duas que existiam) quando convocadas as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte no mesmo ano, perdeu para

Getúlio Vargas e Alexandre Marcondes Machado Filho, ambos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Repetia-se a situação de 1921, quando seu nome, incluído na chapa de candidatos a deputado federal pelo Partido Republicano Paulista (PRP), perdeu para José Roberto Leite Penteado.

Ao longo de sua trajetória, o médico deixou inúmeros seguidores. O filho João Alves Meira (1905-1989), casado e pai de quatro filhos seguiu os passos do pai, destacando-se como médico, professor e pesquisador em Clínica Médica na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e na Faculdade de Medicina da USP, da qual foi Diretor de 1963 a 1970. Quando paraninfo da turma de 1958, assim falou sobre o pai: *“Todas as qualidades do verdadeiro médico ele as possuía, exercendo a Medicina como sacerdócio, com elevação, com desprendimento, com dedicação integral ao doente, qualquer que fosse a posição social deste, sem se preocupar com recompensas materiais, sem outra ambição que a de prestar o amparo de sua proficiência e a satisfação de cumprir com desvelo o seu dever de profissional consciente. Nos quarenta e cinco anos ininterruptos de prática médica, espargiu Rubião Meira com as dádivas de seu saber, a mancheias, os benefícios de seu coração caridoso a todos os que, sem distinção dele, necessitados, se acercavam”*. O neto, Domingos Alves Meira (1932-2012), filho de João, também médico e pesquisador, seguiu os passos do pai e do avô. Domingos Rubião Alves Meira faleceu em São Paulo, em 13 de janeiro de 1946, aos 67 anos.

Durante seu velório no anfiteatro da Faculdade de Medicina, assim se expressou o professor Almeida Prado, então Reitor da USP (1946-1947), na oração de despedida ao amigo: *“Dr. Rubião, deixai que vos chame assim pela derradeira vez, nesta fórmula breve e cerimoniosa, porque foi assim que me acostumei a chamar-vos desde os dias felizes da mocidade, numa atitude de respeito e carinho, que a mais íntima e constante amizade, posta à prova depois em anos de existência lado a lado, não alteraria jamais. Foi assim que vos tratei pela primeira vez em que nos vimos,*

vai para 30 anos, quando moço e inexperiente, recém-nomeado professor substituto, me apresentei ao vosso consultório, para, convosco e sob vossas determinações, inaugurarmos juntos o magistério da Clínica Médica na nossa Faculdade, então no seu quarto ano de vida letiva. (...) E no momento em que vos contemplo pela última vez, segreda-me a consciência que não faltei nunca à lealdade que vos era devida e sinto o conforto moral de ter podido corresponder sempre às manifestações de vossa alentadora e dignificante amizade.”

Atualmente, um busto de bronze homenageia o ex-Reitor no campus Butantan da USP, instalado na praça que leva seu nome, em frente ao Centro de Práticas Esportivas da USP – CEPEUSP.



Edifício Ramos de Azevedo da Escola Politécnica

Palacete da Alameda Gleite.
Instalações da Faculdade
de Filosofia, Ciências e
Letras, mais precisamente
as Exatas, Física e Química

GESTÃO

1941–1946



Jorge Americano

Faculdade de Direito

Em nome da pesquisa

Reitor liderou a criação dos Fundos Universitários de Pesquisa, em 1942, ideia que quase duas décadas depois levaria à criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Filho de Luís Americano e de Amélia Cardoso Americano, Jorge Americano nasceu na cidade de São Paulo em 25 de agosto de 1891. Frequentou a Escola Modelo Caetano de Campos e o Ginásio de São Bento nos estudos primários e, em 1908, ingressou no curso de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Neste mesmo ano, foi admitido como escriturário do Tesouro de São Paulo, função que continuou a exercer mesmo depois de ter se formado em 1912.

Aos 24 anos foi nomeado Promotor Público – Americano ingressou no Ministério Público na cidade de Bebedouro (SP). Em 1918, um ano após seu casamento com Maria Rafaela de Paula Souza, com quem teve um filho, foi promovido para a Comarca de Atibaia (SP) na mesma função.

Uma tragédia pessoal muda os rumos de sua carreira. A morte do filho ainda criança deixou Maria Rafaela doente, e eles decidem se mudar para o litoral em busca de um clima melhor. Em 1921 Americano abandona o Ministério Público e o casal passa a viver em Santos (SP), onde ele monta um escritório de advocacia.

No ano seguinte, Americano inscreveu-se para o concurso de professor substituto de Direito Civil da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, que não aconteceu por suspensão do Governo Federal.

Em 1925, ele tenta outros dois concursos para livre-docente da mesma Faculdade, o primeiro de Direito Civil e o outro de Direito Judiciário Civil (hoje Direito Processual Civil). Neles, Americano apresentou, respectivamente, as teses – “Como se Aplica, nos Acidentes de Trabalho,

o Conceito de Ato Ilícito” e “É cabível a Ação Pauliana para Revogação de Hipotecas Celebradas em Fraude de Credores?”. Naquele mesmo tempo surge uma vaga para professor catedrático de Direito Civil, para a qual ele também se candidata com obras já publicadas e reconhecidas: “A Ação Rescisória dos Julgados no Direito Brasileiro” e, “O Abuso do Direito no Exercício da Demanda”. Ele também apresentou a obra inédita “Processo Civil e Comercial no Direito Brasileiro”. Jorge Americano não ganhou a cátedra, mas tornou-se livre-docente em Direito Civil em 1927.

No mesmo ano, convidado pelo Partido Republicano Paulista a disputar o mandato de deputado estadual, ele é eleito, e reeleito em 1928. No cargo, Americano participa da Comissão Organizadora do Projeto de Código de Processo Civil do Estado de São Paulo.

Em 1928 ele foi nomeado pelo então Presidente da República, Washington Luís, para o cargo de Procurador Geral da Justiça do Distrito Federal, exercendo as funções até 1930, ano da Revolução que pôs fim à República Velha.

Americano também participou da Bucha, nome informal da *Burschenschaft* Paulista – do alemão *bursch*, que significa camarada, e *schaft*, confraria, uma sociedade secreta, liberal e filantrópica que defendia ideias republicanas na Faculdade de Direito de São Paulo, órgão fomentador e articulador de personagens importantes como Campos Salles, Rangel Pestana, Júlio de Mesquita (um dos fundadores do jornal “O Estado de S. Paulo”, que foi uma espécie de órgão oficial da Bucha), Rui Barbosa, Prudente de Moraes, Washington Luís, Castro Alves, o Barão do Rio Branco, entre tantos outros. Sempre absolutamente secreta, a Bucha submergiu após a Revolução de 1930, na total clandestinidade.

Após deixar o cargo de Procurador Geral da Justiça do Distrito Federal, Americano retornou a São Paulo e foi

trabalhar no escritório de advocacia de Olegário Pereira de Almeida, importante advogado à época.

Em junho de 1931 ele voltou ao Largo de São Francisco para a cadeira de Direito Civil, substituindo Vicente Rao. Paralelamente, lecionou Literatura Brasileira no Ginásio São Bento e Direito Civil na Escola de Comércio Álvares Penteado.

Em 1932, o então professor participou ativamente da Revolução Constitucionalista em São Paulo, organizando o serviço de propaganda e dirigindo o curso para oficiais de emergência.

Em maio de 1933, foi eleito deputado por São Paulo na legenda da Chapa Única por São Paulo Unido para a Assembleia Nacional Constituinte. Assumiu o mandato em novembro daquele ano renunciando ao mesmo, no mês seguinte, desiludido pelos rumos da política nacional – ele contrário à política de aproximação entre os governos federal e estadual.

Em 1934 conquistou por concurso a cátedra de Direito Civil da Faculdade de Direito.

Em 1937, foi eleito presidente da Seção de São Paulo do Instituto dos Advogados do Brasil. No ano seguinte, passou a conselheiro da Seção Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil e assumiu a direção da Faculdade de Direito da USP, exercendo-a até 1939.

Entre 1939 e 1941, Americano foi membro do Conselho Penitenciário da cidade de São Paulo e visitou os Estados Unidos da América a convite do governo norte-americano.

No ano de 1941 ele foi nomeado pelo Interventor Federal Fernando Costa (1941-1945) o quarto Reitor da Universidade de São Paulo. Durante sua gestão, a Cidade Universitária foi planejada, numa área de aproximada-

mente 4.700.000m², o equivalente aos 200 alqueires paulistas previstos pela Comissão presidida pelo Reitor Reynaldo Porchat em 1935.

Durante sua passagem pela Reitoria, a Escola de Enfermagem foi incorporada à Universidade pelo Decreto-Lei nº 13.040, de 31 de outubro de 1942; em abril de 1944 a construção do Hospital das Clínicas foi concluída; em fevereiro de 1944, pelo Decreto-Lei nº 13.855, a USP viu ratificada sua autonomia; o Decreto-Lei nº 14.857, de 10 de julho de 1945, denominou como Faculdade de Higiene e Saúde Pública – hoje apenas Faculdade de Saúde Pública da USP – a então Escola de Higiene e Saúde Pública; e foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA), pelo Decreto-Lei nº 15.601, de 26 de janeiro de 1946, atual Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP.

Concomitantemente ao seu trabalho como Reitor, Americano integrou e foi presidente do Conselho da Fundação Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, cargo que ocupou até 1957.

Em 1941, também exerceu interinamente a função de Secretário Estadual da Educação e Saúde Pública de São Paulo, até o ano de 1945. E chefiou, em 1942, o grupo de professores da USP responsável pela criação dos Fundos Universitários de Pesquisas (FUP), destinados a financiar a Ciência e a Tecnologia universitárias em favor da defesa nacional, com recursos provenientes de particulares, indústrias e dos governos estadual e federal. Pesquisas e estudos sobre telecomunicações, produção de aços especiais, equipamentos bélicos, física atômica e nuclear, entre outras tantas áreas, foram assim possíveis, além da construção de sonares para combater os submarinos alemães (transcorria, naquela época, a Segunda Guerra Mundial). Quase duas décadas mais tarde, a ideia nascida com os FUPs resultaria na criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) através da Lei Orgânica 5.918, de 18 de outubro de

1960, promulgada pelo governador Carlos Alberto de Carvalho Pinto (1959-1963).

Em outubro de 1946, em meio a grande crise no ensino superior paulista, Jorge Americano, acompanhado de todo o Conselho Universitário, abandonou seu posto de Reitor. Foi seu sucessor Antônio de Almeida Prado.

Naquele mesmo ano, Americano ocupou a presidência do Instituto Cultural Brasil-Itália, e em 1950 assumiu uma cadeira de professor na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

Foi ainda o primeiro presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), de 1949-1951, e recebeu o título de Presidente de Honra da entidade, concedido a pessoas de notável saber que hajam prestado relevantes serviços à causa da ciência.

A morte de sua esposa Maria Rafaela o abalou profundamente e o motivou a perseguir um novo grande objetivo. Em 1953, foi o fundador e primeiro Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, até hoje renomada e detentora do selo OAB Recomenda, por seus altos índices de aprovação no Exame da Ordem.

Além de professor universitário, ensaísta, advogado, biógrafo, deputado e Reitor, Jorge Americano foi Oficial-de-gabinete do Secretário da Fazenda, Subprocurador Fiscal Interino da Fazenda, Juiz da Corte Internacional de Arbitragem de Haia, Presidente da Fundação Moinho Santista, Diretor das Molas-no-Sag do Brasil, e integrou a Diretoria da Vidraria Santa Marina e da Associação Paulista de Assistência aos Paraplégicos.

Após sua aposentadoria, Americano “dedicou-se à produção de obras de caráter rememorativo”, sobre a memória da cidade de São Paulo: *São Paulo Naquele Tempo (1895-1915)* – (Saraiva, 1957); *São Paulo Nesse Tempo (1915-1935)* – (Melhoramentos, 1962); *São Paulo*

Neste Tempo (1935-1962) – (Melhoramentos, 1962), e *São Paulo Atual (1935-1962)* – (Melhoramentos, 1963) trazem suas impressões sobre a metrópole.

Jorge Americano faleceu em São Paulo, em 6 de fevereiro de 1969, aos 77 anos.

No campus Butantan da USP, a praça em frente à entrada do Instituto Butantan leva seu nome, dado também a algumas ruas e escolas na capital paulista e na cidade de Lins (SP).



Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1907

Escola Normal de São Paulo

GESTÃO

1946–1947



Antônio de Almeida Prado

Faculdade de Medicina

Um idealizador da Universidade

Quinze anos antes de ser nomeado Reitor, o professor havia integrado a primeira comissão para estudar as bases de uma Universidade paulista

Em 1907, aos 18 anos, Antônio de Almeida Prado entrou para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, da qual graduou-se médico em 1912, com a tese “Das Variações Volumétricas do Baço nas Cirroses Hepáticas”. Nascido em Itu em 13 de junho de 1889, filho de Francisco de Almeida Prado e Isabel Sampaio de Almeida Prado, ele frequentou a Escola Americana de São Paulo dos 9 aos 14 anos, quando transferiu-se para o Ginásio Nogueira da Gama, em Jacareí, onde estudou até os 16 anos, para, de volta a São Paulo, formar-se no Instituto Silvio de Almeida, em 1906. Ele seguiu então para o Rio de Janeiro e, depois de graduado, para São Joaquim da Barra, no interior de São Paulo, onde passou a clinicar.

A convite do professor Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho mudou-se em abril de 1915 para a capital paulista, a fim de integrar o corpo docente da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, fundada três anos antes. Lá ele exerceu o cargo de preparador da cátedra de Fisiologia, sob direção do professor Ovídio Pires de Campos (1884-1950), médico notável que posteriormente dirigiu a Cruz Vermelha de São Paulo.

Em 1916, nomeado professor substituto de Clínica Médica da Faculdade, respondeu pelo curso de Propedêutica por nove anos. Em 1925 foi nomeado professor catedrático da terceira cadeira de Clínica Médica e, mais tarde, por permuta com o professor Rubião Meira, passou a lecionar na cadeira de Clínica Médica, Propedêutica e Laboratório Clínico. Em 1946, após concurso de títulos e trabalhos, voltou à cátedra inicial.

Almeida Prado trabalhou no Serviço de Clínica Médica do professor Miguel Pereira (1871-1918), grande incentivador do movimento sanitário que resultou na criação, em 1918, do Serviço de Profilaxia Rural. O médico tinha particular afeição por Pereira, demonstrada nas primeiras

páginas da obra “Vultos e Temas Médicos”, publicada em 1952. Logo nas primeiras páginas da obra, Almeida Prado prestou a ele suas homenagens.

Ao longo de três décadas, entre 1916 e 1946, o médico exerceu intensa e assiduamente o magistério, afastando-se somente por motivos particulares em curtíssimos períodos, até a aposentadoria em 1951, quando recebeu o título de Professor Emérito.

Ele ministrou cursos livres e de aperfeiçoamento promovidos pela Associação Paulista de Medicina e pelo Centro de Estudos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Inspirou inúmeras teses de formatura na Faculdade de Medicina de São Paulo, onde participou de bancas de livre-docência e de cátedra. Assim também o fez na Escola Paulista de Medicina e em outras pelo país, no Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul. Instituiu cursos de conferências e didáticos, cursos de férias para estudantes e integrou comissões para organizar planos de reforma do ensino.

Como Inspetor de Ensino, cargo hoje extinto, Almeida Prado fiscalizou durante anos a “eficiência do ensino, da observância do regulamento e de supervisão das teses de doutorado” na Faculdade de Medicina.

Em 1930 e 1931, ocupou a cadeira de nº 102 e o cargo de presidente da Academia de Medicina de São Paulo. Em 1931, como Secretário de Educação e Saúde Pública, integrou a primeira comissão oficial, nomeada pelo Interventor Federal Laudo Ferreira de Camargo, para estudar as bases de uma Universidade paulista. Tais trabalhos foram interrompidos em julho de 1932, quando eclodiu a Revolução Constitucionalista. Em fins de 1933, a comissão foi reorganizada, o que levou à fundação da Universidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1934, por Decreto de Armando de Salles Oliveira.

Embora professor da Faculdade de Medicina da USP, entre 1934 e 1937 Almeida Prado dirigiu a Faculdade

de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, substituindo o professor Theodoro Augusto Ramos, que ocupou o cargo por poucos meses. Na FFCL, o médico redigiu, com a colaboração do professor Aguiar Pupo, o Regulamento da Faculdade, o primeiro realizado no país, sem similar no padrão federal. Fez publicar os números do Anuário de 1934 a 1936, referentes aos primeiros anos da vida na Instituição e que, junto com os Boletins Científicos, davam notícias de toda a vida escolar e produtiva da Instituição. Ele foi responsável também por adquirir para a Universidade duas bibliotecas particulares, a do professor Ernest Breslau, que reunia grande número de obras clássicas e modernas de Zoologia, além de 20 mil separatas, e a do historiador Alberto Lamego, que compreendia quase todas as publicações sobre História do Brasil e inúmeros documentos raríssimos.

Em 1937, o professor participou do VI Congresso Médico Argentino de Medicina Interna, em Córdoba, como delegado representante da Faculdade de Medicina da USP.

Incentivador da melhora do ensino médico nacional, integrou o Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Medicina, como correlator das sugestões aprovadas pela congregação da Faculdade e enviadas ao governo federal, em 1940. No mesmo ano, trabalhou para a criação da cátedra de Semiologia como matéria autônoma e fundamental, e realizou, no centro de Estudos Brasileiros no Rio de Janeiro, uma exposição sobre ensino médico debatida por grandes nomes, como Souza Campos e André Dreyfus, de São Paulo, e Rocha Vaz e Alvaro Osorio de Almeida, do Rio de Janeiro.

Em 1941, por ocasião do jubileu de suas atividades como professor de Medicina, foi lançado o “Livro Jubilar do Prof. Dr. Antônio de Almeida Prado 1916-1941”, com mais de mil páginas de texto, de colaboração científica nacional e internacional, homenagem de seus amigos, colegas e discípulos.

Em julho de 1944, indicado pela Congregação da Faculdade de Medicina, o médico foi designado para integrar o Conselho de Assistência Pública do Estado, que coordenava e supervisionava os serviços de assistência.

Homem de grande cultura médica e humanística, mestre também na filosofia da arte médica e cultor da Literatura, da História e do Teatro, em 1944 ele escreveu “As Doenças Através dos Séculos”, obra que abrange ciência, arte e benemerência. *“As nações que não cultuam e não perpetuam a memória de seus grandes vultos, não se radicando no passado, não se projetam no futuro”*, ele declarou, certa vez. *“Constituirão, quando muito, um alongamento de indivíduos sem raízes no solo pátrio e sem consistência social definida, mas nunca um verdadeiro povo, consciente do papel que lhe toca no cenário universal e das responsabilidades legadas pela tradição de seus ancestrais.”*

Seu interesse, também, pela Ópera e sua história era tão grande que o professor foi convidado a fazer uma conferência sobre o assunto, realizada no dia 10 de junho de 1958, no auditório da Associação Paulista de Medicina, e patrocinada pela Seção de Cultura Geral da APM e pela Sociedade Brasileira de Ópera.

Em 1946, com o falecimento do Prof. Dr. Rubião Meira, o Prof. Dr. Almeida Prado obteve aprovação da Congregação da Faculdade de Medicina da USP para assumir a 3ª Clínica Médica, até então do falecido.

Em outubro de 1946, em substituição a Jorge Americano, o professor Almeida Prado assumiu a Reitoria da USP, nomeado pelo Interventor José Carlos de Macedo Soares, cargo que ocupou por apenas três meses, até janeiro de 1947. Mas sua relação com a Universidade era anterior até mesmo ao seu nascimento – como Secretário Estadual do governo do Interventor Laudo de Camargo, que durou de julho a novembro de 1931, ele havia formado uma comissão para estudar a criação da USP.

Em sua curta gestão como Reitor, o Instituto Astronômico e Geofísico (IAG) foi incorporado à USP pelo Decreto-Lei Estadual nº 16.622, de 30 de dezembro de 1946. Em janeiro de 1947, o Interventor Macedo Soares nomeou Benedito Montenegro, que havia sido Vice-Reitor na gestão de Jorge Americano, para o cargo de Reitor. Assim como seu antecessor, Montenegro permaneceu por apenas três meses no cargo.

Ao longo de sua vida acadêmica, Almeida Prado publicou inúmeras obras médicas. Nas palavras do professor e historiador da Medicina Carlos da Silva Lacaz, ele *“foi, na realidade, o verdadeiro padrão para os meios médicos de todo o país”*.

Ao anunciar seu falecimento em 7 de junho de 1965, uma semana antes de completar 76 anos, o jornal “O Estado de S. Paulo” publicou: *“Com o falecimento do professor Antônio de Almeida Prado, São Paulo perde, na verdade, um dos mais vigorosos representantes dessa personalidade tipicamente paulista, que se manifesta pela inteligência sólida e cultivada e aberta a todos os aspectos da vida cultural moderna. Tendo obtido as maiores láureas nos estudos, nas pesquisas e nas atividades médicas, não se limitou, entretanto, o professor Almeida Prado ao campo exclusivamente científico, no qual deixou uma obra que perdurará para sempre”*.

No campus Butantan da USP, o quinto Reitor foi homenageado com seu nome batizando a avenida que margeia o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).



Faculdade de Odontologia

Escola de Farmácia e
Odontologia na
Rua Três Rios

GESTÃO

1947–1949



Linneu Prestes

Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Paulo

Anos de expansão

Sob a gestão do professor, que seis meses após deixar a Reitoria seria Prefeito de São Paulo, foi aprovada a criação de novos cursos da USP em Bauru, Ribeirão Preto e São Carlos

Graduado em Farmácia, Direito e Filosofia, Linneu Prestes nasceu em Avaré (SP) no dia 30 de setembro de 1896. De família humilde, mudou-se para a capital com os pais, Ana e João Prestes de Moraes. Estudou no Ginásio Macedo Soares e em 1916 formou-se farmacêutico pela Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo, que deu origem à atual Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) da Universidade de São Paulo. Em 1928, comissionado pelo governo paulista, trabalhou no Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. No mesmo ano graduou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo e, em 1932, concluiu o curso da Faculdade de Filosofia de São Bento, também na capital paulista.

Como professor universitário, iniciou sua carreira sendo assistente de Química e Biologia na Escola de Farmácia e Odontologia. Passou posteriormente a professor catedrático de Química Toxicológica e Bromatológica da USP e a Vice-Diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia da USP no período 1935-1937, assumindo a diretoria em janeiro de 1938, cargo que ocupou até junho de 1941. Na sua gestão, a Faculdade viveu expansão em todos os setores. A biblioteca foi reorganizada, foram inaugurados novos laboratórios e clínicas (laboratório clínico escola e laboratório toxicologia escola) e laboratórios tecnológicos da cadeira de Química Industrial Farmacêutica e da Clínica Odontopediátrica foram instalados, fato inédito no país e que deu início aos serviços dentários de assistência social. O pioneirismo de Linneu Prestes criou também a farmácia escola e a farmácia comunitária. E durante sua gestão começaram as contratações de especialistas estrangeiros e foi publicado o primeiro número dos “Anais” da Faculdade. Com tantos melhoramentos introduzidos, a Instituição foi considerada o melhor estabelecimento de ensino farmacêutico e odontológico do Brasil, em 1941.

Em 1947, Adhemar de Barros assumiu o governo do Estado de São Paulo e indicou o professor

Linneu Prestes para a Reitoria da USP – ele foi o sexto a ocupar o cargo, sucedendo o professor Antônio de Almeida Prado.

Ali começava uma expansão importante da área e da atuação da Universidade de São Paulo. Em 21 de julho de 1948 foi criada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, a FAU, pela Lei Estadual nº 104, além do curso de Engenharia Sanitária na Faculdade de Higiene e Saúde Pública. Pelo Decreto Estadual nº 161 de 24 de setembro de 1948, foram criadas também a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Bauru, que seria inaugurada mais de uma década mais tarde, em maio de 1962; a Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), que só ocorreria efetivamente em 1952; e a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), que teve sua pedra fundamental lançada em 1950.

Entre outros feitos de sua gestão estão a construção dos edifícios do Acelerador de Elétrons Betatron, do Laboratório de Alta Tensão e do Instituto de Eletrotécnica, além da ampliação das instalações do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) na Cidade Universitária.

Ao deixar a Reitoria, após dois anos de intenso trabalho (1947-1949), Linneu Prestes recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* pela USP, em 12 de outubro de 1949.

Além da carreira acadêmica, o professor dedicou-se intensamente à carreira pública. Ele cuidou das finanças paulistas no cargo de Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo em 1949, na gestão de Adhemar de Barros e administrou a capital paulista por 11 meses, a partir de 28 de fevereiro de 1950, em substituição a Asdrúbal da Cunha. No mês seguinte, promulgou a Lei nº 3.853, que autorizava a instalação de bibliotecas infantis em bairros da capital, influenciado por seu chefe de gabinete, o poeta Guilherme de Almeida. Como legislador, em outubro daquele mesmo ano candidatou-se e elegeu-se suplente do Senador paulista César Lacerda de Vergueiro – ocuparia a cadeira em janeiro de 1957, após a morte do titular. Sua atuação parlamentar deu

ênfase à política de saúde pública e a questões relacionadas à profissão farmacêutica. Três leis de sua autoria foram essenciais para o ensino e o exercício da profissão no país: sobre a reforma do ensino farmacêutico, a autonomia das Faculdades de Farmácia e a obrigatoriedade da presença de farmacêuticos em farmácias.

Ao deixar a Prefeitura de São Paulo, no final de janeiro de 1951, Linneu Prestes tornou-se membro do Conselho Superior da Caixa Econômica Federal, onde permaneceu até 1958.

Foi também Diretor do Serviço de Química do Departamento de Leprosia e Chefe da Secretaria do Laboratório Estadual de Análises Químicas da Inspetoria de Nutrição. Pertenceu à Sociedade de Farmácia e Química, à Sociedade Brasileira de Farmacêutica e à Academia Nacional de Farmácia. Aposentou-se em março de 1953.

O primeiro Senador avareense faleceu na madrugada de 20 de setembro de 1958, em pleno exercício de seu mandato no Senado. Deixou viúva a senhora Iracema Prestes, com quem teve um filho.

No campus Butantan da USP, a avenida que leva seu nome dá acesso à Faculdade de Odontologia (FO) e à Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF). Em Avaré, sua cidade natal, uma rua importante leva seu nome.

Laboratório de Alta
Tensão do Instituto de
Eletrotécnica

GESTÃO

1949–1950



Miguel Reale

Faculdade de Direito

Jurista afeito às artes

Patrocinou, enquanto Reitor, exposições
de Artes Plásticas e Pintura



Advogado, jurista, professor, filósofo, ensaísta, poeta e memorialista, Miguel Reale nasceu em São Bento do Sapucaí (SP) em 6 de novembro de 1910, filho do médico italiano Braz Reale e de Felicidade Chiarardia Reale, que tiveram cinco filhos. Reale teve quatro irmãs. Mas foi nas Minas Gerais, na cidade de Itajubá, que viveu sua infância e cursou o primário, até 1921, no Colégio Nossa Senhora da Glória. De 1922 até 1929, já vivendo na capital paulista, Reale estudou no Instituto Secundário Dante Alighieri. Rompendo uma tradição da família de seguir a Medicina, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo. Formou-se na turma 103, em 1934, mesmo ano em que publicou seu primeiro livro, “O Estado Moderno”. Ainda estudante, ele começou sua carreira no magistério, lecionando Latim e Psicologia em um curso pré-jurídico, entre 1933 e 1935. Em 1936, deu aulas de Português e Literatura Brasileira em colégios da capital paulista.

Em 11 de setembro de 1935, o jovem recém-formado casou-se com Filomena Nuce Pucci, a Nuccia, apelido que era um diminutivo abrigado de Nuce, sua colega de classe quando frequentaram os mesmos bancos escolares no Instituto Secundário Dante Alighieri. Os dois foram casados por 63 anos e tiveram três filhos: Ebe, Lívia Maria e Miguel Junior.

Em 1941, o jurista conquistou, por concurso, a cátedra de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito da USP, com a tese “Os Fundamentos do Direito”. Sua posse foi em 14 de maio de 1941. No entanto, só se concretizou depois de recurso ganho nos tribunais contra uma decisão da Congregação da Faculdade. Ele foi vítima de antagonismo social e ideológico, porque os filhos da aristocracia paulista, comunistas e liberais, não viam com bons olhos o ingresso de um filho de imigrante italiano, na tradicional Academia. O episódio seria narrado pelo próprio Reale, anos mais tarde e em detalhes, no primeiro volume de suas “Memórias”, publicado em 1986.

Pouco antes de começar a lecionar na USP, o jurista já havia lançado, em 1940, o livro “Teoria do Direito e do Estado”, considerado uma das obras básicas do conhecimento jurídico-político no país e pontapé inicial de sua Teoria Tridimensional do Direito, mundialmente renomada e defendida em livro homônimo de 1968.

Integrante do Conselho Administrativo do Estado de São Paulo de 1942 a 1945, o professor foi autor de várias reformas importantes na legislação paulista, na área da Educação e da Cultura. Em 29 de fevereiro de 1944, aprovado por este Conselho, foi promulgado como Decreto-Lei nº 13.855, pelo então Interventor do Estado de São Paulo, Fernando Costa, o projeto de Lei que transformou a Universidade de São Paulo em autarquia.

Em 1947, como Secretário da Justiça do Estado de São Paulo, Reale criou o Departamento Jurídico do Estado e a primeira Assessoria Técnico-Legislativa do país, para racionalização dos serviços legislativos, modelo para outros estados e para o governo federal.

Em 1949, o professor tornou-se Reitor da USP, cargo que ocupou de agosto de 1949 a julho de 1950. Reale foi o mais jovem Reitor a assumir o cargo, aos 38 anos. Nesta sua primeira passagem pela Reitoria ele reestruturou vários institutos e departamentos e traçou o primeiro plano de expansão universitária no interior do Estado de São Paulo, começando pela fundação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e lançando a pedra fundamental da Faculdade. Entretanto, segundo suas próprias palavras: *“nada me foi possível construir durante os poucos meses de exercício do cargo, do qual me afastei devido a conflito político com o Governador (...)”*

Em outubro de 1949, Reale foi um dos fundadores e tornou-se presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), Instituição que passou a abrigar representantes de todas as correntes filosóficas, fato sem precedentes porque, até então, as sociedades deste tipo congregavam apenas par-

ticipantes de uma única tendência. A partir de 1951, o IBF passou a editar a Revista Brasileira de Filosofia, criação do próprio Reale e por ele dirigida por mais de 50 anos. Ela é a mais antiga revista filosófica da América Latina e estimulou, ao longo de toda a sua existência, o estudo sistemático da Filosofia brasileira. A Filosofia do Direito Brasileiro, através do trabalho de Reale, atingiu reconhecimento internacional e as obras do jurista dedicadas ao tema foram traduzidas em diversos países e estudadas em várias Universidades.

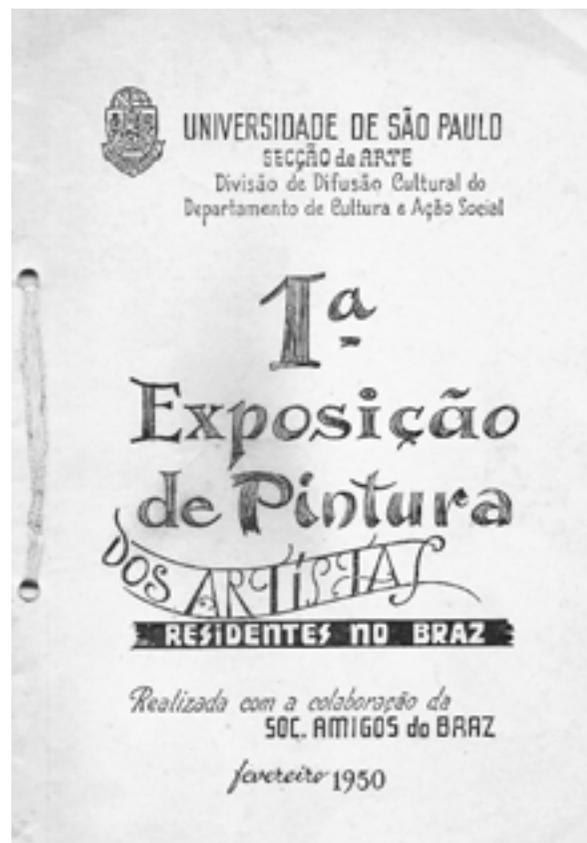
Descendente de italianos, de forte formação humanista familiar e afeito às artes, em janeiro de 1950, Miguel Reale abriu a 1ª Exposição de Artes Plásticas de pintores italianos contemporâneos no bairro do Brás, em São Paulo, bairro que é reduto, até os dias atuais, da colônia italiana, realizada com a participação do Museu de Arte Moderna e a colaboração da Sociedade Amigos do Braz. São suas palavras na apresentação: *“Cumprindo sua missão alta cultural, a Universidade de São Paulo abre as portas de uma exposição de pintura no seio da gente laboriosa do Braz, para que ela possa admirar as recentes criações do gênio italiano. Que a Universidade continue mantendo esse mesmo espírito, na mais íntima comunhão com os ideais populares”*. No mês seguinte, a Reitoria promoveu a 1ª Exposição de Pintura dos Artistas Residentes no Braz, realizada com a colaboração da mesma Sociedade. Na ocasião, a apresentação do evento foi feita pela Secção de Arte da Divisão de Difusão Cultural do Departamento de Cultura e Ação Social da Reitoria da Universidade de São Paulo, que assim se manifestou: *“(...)É, pois, com justo orgulho que a Reitoria da Universidade de São Paulo vê que foi atendido o seu apelo, congregando aqui os artistas do Braz, a revelar ao povo os seus trabalhos pictóricos. No salão que ora é franqueado, confraternizam-se os artistas, o povo e aqueles que têm a responsabilidade de acompanhar a vida cultural do Estado, nos seus caminhos sem fronteiras e que representam a vida do espírito da gente de São Paulo.”*

Em 1951, o professor chefiou a Delegação Brasileira junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT) em

Genebra, quando, por meio de votação em plenário, fez prevalecer o ponto de vista do Brasil sobre criar salário mínimo para o trabalhador rural.

Em 1953, fundou a Sociedade Interamericana de Filosofia e foi por duas vezes seu presidente. Durante anos chefiou a delegação brasileira que participou dos Congressos Interamericanos de Filosofia em Santiago (1957), Washington (1959), Buenos Aires (1961) e Quebec (1967). Foi relator especial de Congressos Internacionais de Filosofia realizados em Veneza, México e Viena, e na Bulgária foi vice-presidente de uma das sessões plenárias. No Congresso Internacional de Filosofia de 1954, em São Paulo, Reale foi declarado “Benemérito da Cultura Brasileira”.

Em 1963, o jurista foi novamente nomeado Secretário da Justiça do Estado de São Paulo e defendeu ativamente a autonomia do Estado e do regime democrático. Em 1969, nomeado pelo então Presidente da República, Artur da Costa e Silva, integrou a Comissão de Alto Nível, formada para rever a Constituição de 1967.





Escola Politécnica, 1908

Instituto de Biociências

GESTÃO

1950–1951



Luciano Gualberto

Faculdade de Medicina

Breve gestão

Poeta nas horas vagas, o médico e professor de Urologia passou apenas sete meses à frente da Reitoria da Universidade

Nascido em Petrópolis (RJ) em 14 de janeiro de 1883, poeta, médico, político e professor universitário brasileiro, Luciano Gualberto foi o Reitor com mais idade a assumir a Reitoria da Universidade de São Paulo, aos 67 anos.

Gualberto formou-se médico pela Faculdade Nacional de Medicina (RJ) em 1909, após defender a tese “A Proteção do Operário em Casos de Acidentes do Trabalho”, mostrando desde cedo sua preocupação social. Inspirado neste seu estudo, dez anos mais tarde, em 1919, o governo editou um Decreto-lei (DL 3.724) que tratava da proteção aos acidentados no país.

Além da dedicação à Medicina, tinha veia poética e publicou o livro de poesia “Torre de Babel” (1948), que teve prefácio assinado por Araripe Júnior, maior crítico literário da época. Sobre a ligação entre as atividades de médico e professor de Medicina e a poesia, ele certa vez declarou: “*Nas horas vagas como cirurgião, aplico bons aparelhos de fratura aos pés quebrados dos versos que faço para minha própria satisfação*”. Gualberto costumava brincar que suas poesias saíam sempre de “pé quebrado” porque, como urologista, não dominava as ferramentas dos ortopedistas. “Poemas” (1944), outro livro seu, enalteceu o heroísmo e os grandes feitos dos portugueses. Embora não tenha sido publicada, sua obra poética chegou a ser divulgada. De forma simples, seus poemas retratavam seu convívio com o sofrimento humano nas clínicas, nos centros de saúde e nos hospitais, como se pode notar nos versos:

*“Eu conheço o sabor da lágrima e do riso,
Tenho rido e chorado e, assim, dessa maneira,
Ora tendo o caminho erçado, ora liso,
Senti as sensações de uma existência inteira.”*

A totalidade de sua obra não é conhecida. Grande parte da poesia permaneceu inédita, assim como suas memórias, que registram episódios da história de São Paulo e da Medicina.

Durante a Primeira Guerra Mundial, o professor participou de uma missão enviada ao fronte, atuando em hospitais de sangue junto ao exército italiano e como cirurgião no hospital San Giovanni di Dio, durante seis meses.

Em 1917, já de volta à capital paulista, ele trabalhou na Santa Casa de Misericórdia como assistente de Alfonso Bovero. Juntos, publicaram o trabalho “Em Torno de um Método do Prof. R. Fusari para Diferenciação Cromática em Preparados Anatômicos”, o primeiro trabalho assinado por um médico brasileiro em parceria com Alfonso Bovero.

Durante a epidemia de gripe de 1918, Gualberto criou e dirigiu hospitais do Segundo Batalhão da Força Pública, da Penitenciária e do Instituto Disciplinar, e um ambulatório médico-farmacêutico voltado ao socorro das vítimas em domicílio.

Além de médico e professor, ele foi homem de vida pública: na década de 1920, exerceu o cargo de Vereador por legislaturas seguidas, de Vice-Prefeito e de Prefeito interino da cidade de São Paulo, em 1925, quando criou a Biblioteca Pública Municipal, denominada Biblioteca Mário de Andrade a partir de 1960. Foi também Deputado e Secretário de Saúde e Assistência Social no âmbito estadual.

Em 1931 o médico conquistou, por concurso, a cátedra de Urologia da Faculdade de Medicina de São Paulo. Foi o primeiro professor da disciplina no Estado de São Paulo. Sempre falante, direto e contundente, entremeava suas aulas com histórias de muito calor humano. Provocava nos alunos a curiosidade, a imaginação e a criatividade. Colaborador de Arnaldo Vieira de Carvalho e de Alfonso Bovero na criação da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, Gualberto especializou-se em Urologia e escreveu e traduziu inúmeras obras nesta área. Foi professor catedrático de Clínica Urológica da Faculdade de Medicina da USP e chefe da Clínica Urológica e Ginecológica do Hospital das Clínicas.

Em julho de 1950, ele assumiu a Reitoria da Universidade de São Paulo. No cargo, aliou competências acadêmicas, políticas e administrativas, envidou esforços para captar recursos que possibilitassem dar continuidade aos projetos de instalação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Faculdade de Odontologia de Bauru e da Escola de Engenharia de São Carlos. No caso desta última, seu esforço não surtiu efeito e ela acabou não sendo instalada.

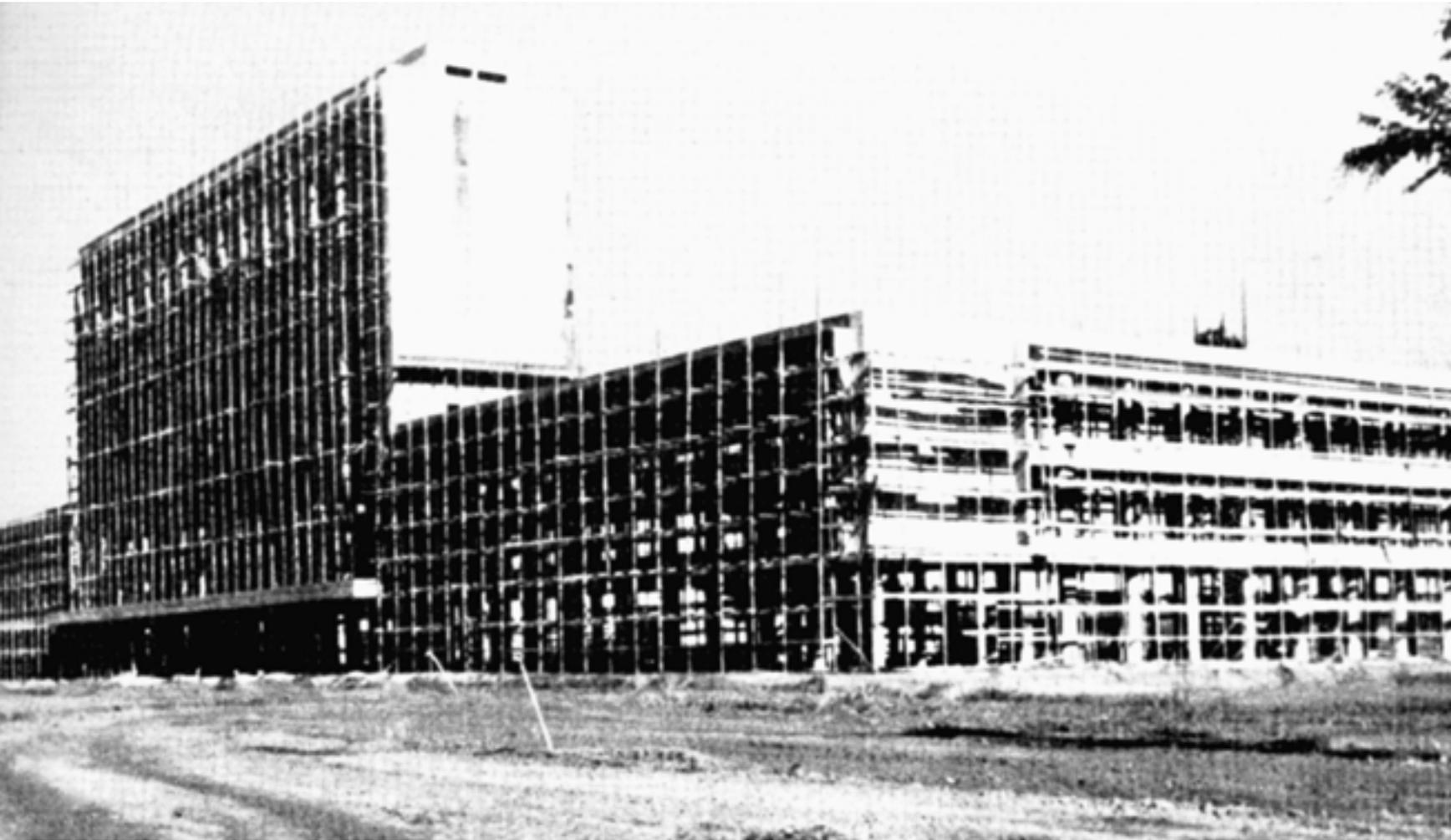
Poucas realizações aconteceram durante sua gestão, uma vez que Luciano Gualberto deixou o cargo sete meses após a posse. Ao sair, foi indicado para o posto de presidente da Viação Aérea de São Paulo (VASP) pelo Governador Adhemar de Barros.

Sua trajetória na Política, na Medicina e na Educação, além da paixão por poesia, rendeu-lhe posição de membro da Academia Paulista de Letras. Entre os títulos que recebeu estão o de Comendador da Legião de Honra da França, o de Comendador da Coroa d'Italia e o de Doutor *Honoris Causa* pela USP, em 1952.

Antes mesmo de ficar doente, o que levou ao seu falecimento, aos 76 anos, em 21 de setembro de 1959, o médico voltou-se para a religião ao avaliar que o homem

é também espírito, segundo contou o professor Ataliba Nogueira. Enfermo, Gualberto sofreu por meses acompanhado por um sacerdote, que passou a ser seu maior confidente.

No campus Butantan da USP, a avenida onde fica a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) e a Escola Politécnica, popularmente conhecida como “a avenida dos bancos”, recebeu o nome do ex-Reitor.



Edifício da Reitoria em obras

Fundações da
Torre do Relógio
com a Reitoria
ao fundo

GESTÃO

1951–1953



Ernesto de Moraes Leme

Faculdade de Direito

O Reitor político e diplomata

Em sua gestão, ele firmou acordos de intercâmbio entre USP e Portugal e deu início à primeira fase da construção da Cidade Universitária e do edifício da Reitoria

Ernesto de Moraes Leme viveu em diversas cidades do interior paulista durante sua infância. Nascido em 30 de dezembro de 1896, em Bragança Paulista, era filho de Cândido Moraes Leme e Maria da Conceição Castro Leme, lavradores que se tornaram comerciantes e que, por conta dos novos negócios, mudaram-se diversas vezes. Leme fez os estudos primários em São Paulo, no 2º Grupo Escolar do Brás e no Grupo Escolar do Pari, concluindo-os no Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, em Bragança. Depois, frequentou a escola secundária em Pirassununga, entre 1911 e 1913, período em que morou com o irmão, professor na Escola Normal da cidade. No terceiro ano do curso, transferiu-se para a Escola Normal de Campinas, na qual em 1914 formou-se professor. Em Campinas, ele apurou o gosto por atividades intelectuais, entre elas a poesia. Seu pai era mecenas das artes e a casa dos Castro Mendes foi palco, naqueles tempos, inclusive de recital da renomada pianista Guiomar Novaes.

Em 1915, com apenas 18 anos, Leme ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Fato curioso é que nunca frequentou aulas do curso. Ele foi nomeado professor substituto do grupo escolar da cidade de Bebedouro e precisava trabalhar, por questões financeiras. Ali exerceu o magistério até 1918, o que fez com que durante os três primeiros anos da Faculdade ele realizasse apenas os exames – algo possível à época.

No quarto ano, ele foi convocado para o serviço militar. E, no quinto, mudou-se para o Rio de Janeiro, após conseguir um emprego de redator da “Gazeta de Notícias”. Em 1919, de volta a São Paulo, ele prestou os exames finais da Faculdade e foi aprovado bacharel, colando grau na 88ª turma de Direito da atual Faculdade de Direito da USP.

No ano seguinte, Leme mudou-se para Catanduva (SP) e lá abriu seu escritório de advocacia. Seguiu depois para São José do Rio Preto e em 1922 instalou-se definitivamente na capital paulista.

Em 1926, um ano após casar-se com Dulce Ribeiro, ele tentou ingressar na carreira acadêmica, mas sem sucesso. A Congregação da Faculdade de Direito recusou sua inscrição, alegando que ele não era livre-docente, nem havia publicado anteriormente monografia referente às matérias da cátedra: Direito Público e Constitucional. Ele então começou sua livre-docência.

Anos mais tarde, em 1931, ele foi nomeado professor catedrático de Direito Público da Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais e, em 1933, por concurso, finalmente catedrático de Direito Comercial da Faculdade de Direito de São Paulo, com a tese “Acções Preferenciaes nas Sociedades Anonymas”. Ele foi o último professor nomeado pela esfera federal. No ano seguinte, a Faculdade passou a integrar a nova Universidade de São Paulo.

Na política, o jurista pertenceu à Liga Nacionalista de São Paulo, fundada em 1916, organização política de cunho cívico-patriótico formada por professores das Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, jornalistas, estudantes e representantes de camadas médias da população que se opunham ao Partido Republicano Paulista – o PRP. Nomes como Paula Souza, Arnaldo Vieira de Carvalho, Frederico Vergueiro Steidel, Plínio Barreto, Ernesto de Sousa Campos compuseram o Conselho Deliberativo e a Diretoria da Liga.

Ele foi também um dos fundadores, em 1925, do Partido Democrático, ao lado de dissidentes do Partido Republicano Paulista. Duas décadas mais tarde, em 1945, o jurista se filiou à União Democrática Nacional – a UDN. Sempre muito envolvido em política, ele participou ativamente da Revolução Constitucionalista de 1932, tendo lutado na frente de Queluz. Naquela época, entre 1931 e 1935, ocupou o cargo de Promotor de Resíduos da Comarca de

São Paulo. Pelo Partido Constitucionalista, foi Deputado à Assembleia Constituinte e Legislativa de São Paulo entre 1935 e 1937, período no qual atuou em várias comissões. Em 1936, com o também deputado Paulo Duarte, apresentou no plenário da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 103, que dispunha sobre bibliotecas, sua organização e funcionamento. Aprovada em dezembro daquele mesmo ano, o projeto tornou-se Lei para o Estado de São Paulo, reunindo acervos para melhor aproveitamento e criando o Conselho Bibliothecario do Estado (hoje CRB – Conselho Regional de Biblioteconomia) e o Catálogo Geral das Bibliothecas Paulistas, posteriormente Catálogo Coletivo, que durante anos funcionou na USP.

Em 1939, Leme foi eleito sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, a mais antiga e tradicional entidade de fomento da pesquisa e preservação histórico-geográfica, cultural e de ciências sociais do Brasil, fundado em 1838 – em 1975 ele passou a correspondente da entidade. Em junho de 1946, o professor assumiu a diretoria da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, hoje Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP.

Nono Reitor da Universidade de São Paulo, cargo que ocupou até 1953, Leme foi nomeado em 1951 pelo então Governador Lucas Nogueira Garcez. Em 1953 ele foi a Portugal levar a ideia da criação de um centro de estudos da história e literatura portuguesas na USP, dado o desenvolvimento de trabalhos realizados na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras nesses campos. Juntamente com a diretoria do Instituto de Alta Cultura de Portugal, deu os primeiros passos para que o projeto se concretizasse. No fim daquele mesmo ano, o Secretário Geral do Instituto de Lisboa, professor Antônio de Medeiros Gouvea, veio ao Brasil para os entendimentos finais de colaboração de Portugal ao novo centro de estudos. Em 3 de novembro, foi aprovado pelo Conselho Universitário e pela Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e assinado em Portugal o Convênio Cultural entre a



Ernesto de Moraes Leme crava a primeira estaca do Edifício da Reitoria

Universidade de São Paulo e o Instituto de Alta Cultura de Portugal. Como cumprimento ao acordo de cooperação firmado, foi criado no ano seguinte o Instituto de Estudos Portugueses (I.E.P.), dando início à troca de professores entre a USP e a Universidade de Coimbra.

Leme recebeu títulos universitários internacionais, como o de Professor Honorário da Faculdade de Direito da Universidad Nacional Mayor de San Marcos (Lima, Peru), em 1951, e o de Doutor *Honoris Causa* pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Coimbra, Portugal), em 1952, e condecorações, entre elas a Medalha de Prata da Universidade de Bolonha (Itália) e a Cruz Magistral da Ordem Soberana e Militar de Malta, ambas em 1953, e a Grã-Cruz da Ordem de Orange e Nassau (Holanda), em 1955.

Durante sua gestão à frente da USP ocorreu a primeira fase da construção da Cidade Universitária e do edifício da Reitoria, no Butantan, além de ter sido fundada a Escola de Engenharia de São Carlos (EESC).

Após deixar o cargo de Reitor, começou uma carreira diplomática. Em 1954, o então Ministro do Exterior, Vicente Rao, o nomeou Delegado Permanente do Brasil na Organização das Nações Unidas – ONU, na categoria de Embaixador (1954-1955), a convite do Presidente Vargas. Naquele mesmo ano, tornou-se Presidente da Comissão de Desarmamento do Conselho de Segurança das Nações Unidas e Chefe da Delegação Brasileira na IX Sessão da Assembleia Geral. Ele também foi indicado para representar o Brasil no comitê de organização da Conferência de Energia Atômica de Genebra – e recusou o convite com a justificativa de que a função cabia a um especialista em Energia Nuclear, e não a um jurista.

Ao deixar seu cargo na ONU e voltar ao Brasil, foi escolhido, em 1956, para ocupar a cadeira de nº 15 da Academia Paulista de Letras, enquanto dedicava-se, simultaneamente, à vida acadêmica e à advocacia. Leme ocupou a presidência da APL por dois biênios, em 1971 e em 1973.

Seu último cargo público de projeção foi o de Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo na administração de Adhemar de Barros, entre 1964 e 1965. Sobre sua atuação política, o ex-Reitor declarou, anos mais tarde, em conferência no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizada em julho de 1972: “*Conspirei em 1964, mas não conspiréi em 1932*”, registrando seu compromisso ideológico em rara manifestação pública. Como Reitor, ele manteve fluxo permanente de informação com o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), e organizou a vigilância a professores ou alunos de esquerda, membros do Partido Comunista Brasileiro, para apurar a atuação política de cada um, após ter vetado o contrato de Oscar Niemeyer com a Universidade, fato que desencadeou uma greve na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU).

Sua aposentadoria compulsória aconteceu em 1966, aos 70 anos, e um ano mais tarde recebeu o título de Professor Emérito da Faculdade de Direito da USP. A paixão pelo magistério, no entanto, o fez continuar dando aulas. De 1967 a 1969, Leme lecionou Direito Comercial para a terceira série do curso de bacharelado da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Duas vezes por semana ia à cidade do ABC paulista e só pediu afastamento definitivo quando sua saúde se deteriorou.

O Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH), da Universidade São Francisco campus Bragança Paulista, mantém em seu acervo o Fundo Ernesto Leme, uma coleção de impressos (livros, periódicos, relatórios públicos) e documentos pessoais sobre as diversas atividades do professor em sua trajetória política, acadêmica e pessoal, doada pela família após sua morte, ocorrida em São Paulo no dia 21 de maio de 1986, aos 90 anos.

Com variada e intensa carreira, acabou reconhecido dentro e fora do Brasil. Ele foi Secretário do Instituto da Ordem dos Advogados de São Paulo (1927-1930), Secretário da Ordem dos Advogados do Brasil Seção de São Paulo (1932-1933), Membro do Conselho da Ordem (1933-1935),

Membro do Tribunal de Ética Profissional (1937-1939), Representante da Universidade de São Paulo no bicentário da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos (1947), Presidente da Terceira Comissão no Congresso das Universidades Hispânicas em Madrid (1953). Foi também Cavaleiro da Ordem de Cristo de Portugal. Extinta como ordem eclesíástica, mas ativa como ordem honorífica, foi restabelecida e “destinada a premiar os serviços relevantes de nacionais ou estrangeiros prestados ao país ou à humanidade, tanto militares como civis.”

A partir de 1980, o sistema de orientação viária do campus Butantan da USP passou a batizar ruas, avenidas e praças com nomes de ex-Reitores. Em 1991 Moraes Leme teve seu nome dado à avenida onde fica o Hospital Universitário (HU). Ruas e escolas também levam seu nome, na capital paulista e no interior do Estado.

Escola Superior de
Agricultura Luiz de Queiroz

GESTÃO

1954–1955



José de Mello Moraes

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

Foi Diretor da ESALQ por 27 anos

Sabia transmitir, com entusiasmo, todos seus conhecimentos
Era um encanto ouvi-lo, nas suas palestras ninguém cochilava



Engenheiro agrônomo, acadêmico e político, José de Mello Moraes graduou-se em 1909 como o melhor aluno da sétima turma de formandos do curso de Agronomia pela Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz, hoje Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo, a ESALQ. Filho de Antônio Martins Duarte de Mello e de Carolina Corrêa de Moraes, Mello Moraes nasceu em Piracicaba, no interior de São Paulo, em 17 de fevereiro de 1891, e sempre foi um bom aluno por onde passou – pelo Grupo Escolar Moraes Barros, pelo Colégio Piracicabano e pela antiga Escola Complementar, atual Escola Estadual Sud Mennucci, todos em sua cidade natal.

Seu destaque na graduação rendeu-lhe como prêmios uma viagem à Europa e uma bolsa de estudos na Alemanha, para onde seguiu a fim de estudar com o professor Wilhelm Ostwald, Prêmio Nobel de Química em 1909, de quem foi o melhor aluno. Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, no entanto, Mello Moraes partiu para a Inglaterra e de lá voltou ao Brasil, quando permaneceu por dois anos em Leopoldina (MG), onde lecionou.

Em 1918, inscreveu-se em um concurso para professor assistente de Química na Escola Agrícola “Luiz de Queiroz”, classificando-se em primeiro lugar. A partir de então integrou o quadro de docentes até seu falecimento, em 1956. Tornou-se professor de Química, em 1920, e depois catedrático em Química Agrícola.

Em 1927, o professor assumiu a direção da Escola nomeado pelo então Presidente do Estado de São Paulo, Júlio Prestes (1927-1930), permanecendo no cargo durante 27 anos, de 1927 a 1954. Em 1951, foi-lhe concedido o título de Doutor *Honoris Causa*.

Mello Moraes manteve-se atualizado nos conhecimentos científicos, apesar de suas responsabilidades do cargo de diretor, e continuou a ministrar aulas. Dizia que *“a administração não era motivo para que deixasse de ensinar.”*

“Sempre impecável, de terno de linho branco e cachimbo na boca”, conforme relembra seu neto, José de Mello Moraes Neto, ele adorava dar aulas. Elas eram sempre concorridíssimas pois o professor *“sabia transmitir, com entusiasmo, todos seus conhecimentos sobre nutrição de plantas, fertilidade de solo e adubação. Era um encanto ouvi-lo, nas suas palestras ninguém cochilava”,* escreveu o professor Euripedes Malavolta, seu aluno e amigo pessoal, mais tarde Diretor da ESALQ (1966-1970). E continuou: *“relacionava-se com seus alunos e assistentes sempre os incentivando, principalmente os com potencial e vontade de trabalhar, demonstrando sempre muita paciência”*. Para Mello Moraes, *“o professor catedrático que não conseguiu fazer um assistente melhor que ele, fracassou”*.

Em 1938, convidado por Fernando Costa, então Ministro da Agricultura, para colaborar com o ministério, criou o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, instituído pelo Decreto-lei nº 982, de 23 de novembro de 1938, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, com a finalidade de promover o ensino agrícola e veterinário, além de executar, coordenar e dirigir as pesquisas agrônomicas no país. Mello Moraes dirigiu o Centro de Indústria Agrícola do Ministério da Agricultura de 1938 a 1941. E foi também membro da Sociedade Química do Brasil, da Sociedade Sul-Americana de Solos e da Associação dos Agrônomos.

Novamente a convite de Fernando Costa, desta vez enquanto este era Governador do Estado de São Paulo (1941-1945), Mello Moraes assumiu a Secretaria de Estado da Agricultura, em 1943. Durante parte da Segunda Guerra Mundial a distribuição, subordinada à Secretaria da Agricultura, dos combustíveis e do trigo, esteve racionada porque os produtos eram importados. Mesmo com todo

o poder que lhe cabia, Mello Moraes jamais facilitou a distribuição indevida dos produtos, nunca se corrompeu.

Também neste período, os pecuaristas de Bauru criaram um recinto de exposições e deram a ele o nome que traz até hoje, Recinto Mello Moraes. Ainda enquanto Secretário da Agricultura do Estado, entre 1943 e 1945, o professor conseguiu recursos junto ao Governador Fernando Costa para a construção de edifícios novos e grandes para a expansão da área da Escola, iniciativa que muito colaborou com o crescimento da Instituição, que à época contava com pouco mais de 200 alunos. Como parte da reforma geral da ESALQ, Mello Moraes trabalhou para a construção da casa do diretor da Escola Agrícola, idealizada por ele. O projeto era de valor elevado, mas o professor dizia *“que os críticos se esqueciam que a obra não era uma residência*



Mello Moraes, quando jovem, caçava

particular, mas uma realização do Estado que tinha o objetivo de servir à família do diretor e receber todos os visitantes ilustres da Luiz de Queiroz. Piracicaba não tinha acomodações hoteleiras à altura para receber dignos visitantes” ele justificava. Em 1990, o edifício em questão deixou de ser utilizado como casa do diretor para abrigar o Museu Luiz de Queiroz.

O 10º Reitor da Universidade de São Paulo ocupou a cadeira entre janeiro de 1954 e fevereiro de 1955, nomeado pelo Governador Lucas Nogueira Garcez (1951-1955) como o primeiro Reitor não originário das três escolas mais tradicionais da Universidade – Faculdade de Direito, Escola Politécnica e Faculdade de Medicina.

Em 31 de maio de 1954, Mello Moraes assinou a Portaria nº 54, que criou, anexo à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), o Instituto de Estudos Portugueses (I.E.P.) previsto no Convênio Cultural entre a USP e o Instituto de Alta Cultura de Portugal, assinado em Lisboa por seu antecessor, Ernesto de Moraes Leme, em 3 de novembro de 1953.

Quando foi eleito para a Reitoria, Mello Moraes era Secretário de Estado e despachava diretamente com o Governador Lucas Nogueira Garcez (1951-1955). Em janeiro de 1955, o novo Governador, Jânio Quadros, que queria ter na Reitoria um escolhido seu, deixou de receber Mello Moraes. O Reitor, de caráter e personalidade fortes, por discordância política com Jânio Quadros, que parecia não entender a importância de manter a autonomia universitária, e para não criar dificuldades para a USP, renunciou ao cargo. Foi o primeiro Reitor a tomar tal atitude. No dia seguinte, foi publicado no Diário Oficial do Estado o Decreto assinado pelo Governador do Estado, exonerando, a pedido, o Dr. José de Mello Moraes do cargo de Reitor da Universidade de São Paulo.

O professor então voltou à Piracicaba e à ESALQ. Ele faleceu no ano seguinte, em 1956, em plena atividade, du-



Homenagem do Embaixador da Itália a José de Mello Moraes, 1940

rante uma reunião da Congregação em que seria apresentada uma decisão do Supremo Tribunal Federal que o confirmava no cargo de Diretor da Escola.

Sobre Mello Moraes, escreveu o professor Malavolta, já citado anteriormente: *“como gente, quatro traços sublinharam a sua personalidade: a simpatia, a humildade, a honestidade e a irreverência. Simpático, homem simples, que tratava a todos da mesma maneira, das autoridades com quem conviveu até os menores funcionários. Sempre muito correto, nunca foi visto no carro de chapa branca em serviço não oficial. Honesto, morreu pobre, sem nunca ter se aproveitado das posições que exerceu e dos cargos que ocupou. Presidindo as bancas de provas públicas, ao ver o nervosismo do candidato, tranquilizava-o dizendo: ‘Menino, não tenha medo – lembre-se que de dois ignorantes o que pergunta sempre leva vantagem’. E rindo, tirava uma baforada do seu constante cachimbo. A irreverência lhe deu muitos inimigos, inclusive alguns inimigos da sua memória”*.

Para Adilson Dias Paschoal, professor sênior da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Mello Moraes

foi “um dos homens mais capacitados e influentes da Instituição.”

O professor teve três filhos com Maria Antonieta Dias de Mello Moraes, todos já falecidos: Rubens, Oscarlino e José de Mello Moraes Filho.

No campus Butantan da USP, a via da Raia Olímpica e do Velódromo recebeu seu nome – Avenida Prof. Mello Moraes. Em Piracicaba, o professor também foi homenageado com o nome de uma escola estadual.



Mello Moraes e família



“Não há uma opinião tão absurda que não possa ser admitida por algum homem.”
John Locke (1632-1704)

Fortunato Losso Netto 1910 - 1985

Com Mello Moraes perdemos um piracicabano autêntico

12 de agosto 1956

Há homens cuja vida é a síntese e o espelho de seu meio. Esse homem que os amigos, compungidos, vão levar hoje ao campo santo, quando a natureza armar no poente mais uma tarde violácea, era um piracicabano de corpo inteiro: no amor à terra, na obsessão de vê-la engrandecida, na inteligência vivida, e até na fala exuberantemente baírrista.

Menino de nossas ruas, era companheiro de peraltices e de sonhos de Francisco Lagreca, no largo de São Benedito.

Estudante pobre, brilhou pela fulgúncia de seu talento e partiu para a pátria de Liebig abeberar-se nas fontes da sabedoria, que tornaram os alemães os pais da química moderna.

Professor, galgou toda a escala da nobre carreira, lecionando a dezenas de gerações, elevando a cátedra a culminâncias respeitáveis.

Sua multiforme personalidade se desdobrou em dedicação extre-

ma, a serviço da grandeza da Luiz de Queiroz. A ampliação do grande instituto, fazendas, pavilhões, laboratórios, maquinária, um sem número de instalações, tudo Mello Moraes procurava arrancar da complicada burocracia que tolhe os movimentos administrativos, em todos os setores, particularmente no ensino.

Chamado a colaborar no governo do Estado, assume a secretaria da Agricultura, em momento dos mais trágicos da vida brasileira, com submarinos inimigos rondando as nossas costas, com toda a frota de veículos imobilizada, pela falta de combustível.

Coroando carreira brilhante, é chamado ao posto máximo da universidade, sendo o primeiro engenheiro-agrônomo a ocupar a reitoria da USP (Universidade de São Paulo).

Isso tudo, com a piracicabana simplicidade do mesmo menino do largo de São Benedito. Porque Mello Moraes não sofria a vertigem das alturas. Nunca o vimos tornar-

se importante, por alto cargo que exercesse, por mais simples a criação que o abordasse.

O homem que a terra generosa de Piracicaba vai receber hoje é como essas árvores frondosas cujo porte não se pode avaliar a sua sombra. É necessária a distância para que se ergam, majestosas, sobrepairando a paisagem em seu derredor.

Através do tempo, mais e mais, há de erguer-se o vulto desse homem singular, lutador extraordinário, piracicabano autêntico, que viveu para um grande ideal: a sua Luiz de Queiroz. E em plena vida, em plena sala augusta da sua douta congregação expirou, como que cumprindo integralmente um glorioso destino.

Replicação dos artigos de Fortunato Losso Netto, em homenagem ao seu centenário de nascimento (1910-2010). Texto publicado originalmente em 12 de agosto 1956. Optou-se pela correção ortográfica atual.

Instituto de Física,
Edifício Basílio Jafet em obras

GESTÃO

1955–1957



Alípio Corrêa Netto

Faculdade de Medicina

Das trincheiras a quase vice-presidente

Médico de guerra, ele foi o único Reitor da Universidade a ter concorrido à vice-presidência do país, nas eleições de 1950

Nascido em 14 de janeiro de 1898, na cidade de Cataguases, interior de Minas Gerais, Alípio Corrêa Netto completou em 1923, aos 25 anos de idade, sua graduação na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, atual Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Foi orador da turma em março de 1924, mesmo ano em que defendeu tese de doutorado intitulada “Contribuição ao Estudo dos Cystos Congênitos do Pescoço”, e foi aprovado com distinção.

Em 1930 ele ingressou na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, hoje Academia de Medicina de São Paulo, Instituição da qual, anos mais tarde, de 1947 a 1948, foi presidente. Ainda em 1930, contribuiu para a fundação da Associação Paulista de Medicina.

Dedicado ao ramo da Cirurgia, por concurso, em setembro de 1935, foi nomeado professor catedrático de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina – segundo registros da época, após brilhantes provas que o classificaram em primeiro lugar. Foram 33 anos dedicados à Faculdade, onde ele atuou de 1935 a 1968. Foram seus alunos o cirurgião Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, o primeiro da América Latina e do Brasil a realizar um transplante de coração, e outros tantos de renome internacional, como Walter Pinotti, Arrigo Raia e Jorge Zaidam.

Corrêa Netto deu aulas também, da mesma disciplina de Clínica Cirúrgica, na Escola Paulista de Medicina, hoje Unifesp (Universidade Federal de São Paulo). Foi um de seus fundadores em 1933 e, em 1936, tornou-se professor catedrático de Cirurgia na Instituição. Foi professor de Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Torácica e Vasculares durante 20 anos, de 1933 a 1953, e fundou, em 1952, o seu Departamento de Cirurgia, atuando como seu primeiro chefe. Assumidas as duas cátedras, o médico adotou modificações no ensino médico instituindo o conceito, muito

mais amplo, de Educação Médica. Ele era fiel ao princípio de educar, e não meramente ensinar.

Como cirurgião de guerra, Corrêa Netto teve ativa participação no movimento revolucionário de 1932. Chefiou a Cirurgia do Hospital de Sangue de Cruzeiro, no Vale do Paraíba, e relatou suas experiências do período na obra “Cirurgia de Guerra do Hospital de Sangue de Cruzeiro”. Em 1942, quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, ele alistou-se na Força Expedicionária Brasileira, a FEB, como Major Médico e, em 1944, seguiu para a Europa, para os Montes Apeninos no centro da Itália, difícil zona de combate, a fim de atender como cirurgião no 38º Hospital de Evacuação do V Exército Norte-Americano, onde permaneceu até o fim do combate. Pelas operações realizadas na Itália, pelo pioneirismo no reparo de traumatismos vasculares e por seu exímio trabalho como cirurgião no tratamento das lesões do tórax, foi-lhe conferida autorização para operar oficiais do Exército Americano, ao qual o brasileiro era subordinado. Corrêa Netto ao fim foi homenageado com a condecoração Bronze Star Medal, outorgada pelo comandante do exército americano General Mark Clark, por sua destacada atuação e por ter salvo inúmeras vidas do Exército Aliado, em julho de 1945. A Medalha de Campanha dada em outubro de 1945 e a Medalha de Guerra, em abril de 1947, foram homenagens do governo brasileiro. O governo da França também condecorou Corrêa Netto como Cavaleiro da Legião de Honra. O livro de memórias “Notas de um Expedicionário Médico” relata sua experiência nesta fase.

Em 1934, seu trabalho intitulado “Tratamento Cirúrgico do Hipertireoidismo” inaugurou a era da cirurgia da tireoide no país.

Em 1941, como cirurgião de tórax, o médico realizou na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo uma operação pioneira de retirada de um corpo estranho do coração. O paciente chegou com uma faca encravada na fossa supraclavicular, com o cabo balançando a cada batida

do coração. A situação foi resolvida com a abertura do tórax e a retirada da faca, suturando-se o coração e o pericárdio. O doente sobreviveu, o que naquela época foi tido como uma façanha memorável.

Em 1950, Alípio Corrêa Netto foi candidato à vice-presidência da República pelo PSB – Partido Socialista Brasileiro, na chapa de João Mangabeira. Getúlio Vargas foi eleito, com Café Filho como seu vice. Foi o único Reitor da USP, cargo que assumiria quatro anos mais tarde, a concorrer a tal posição.

Em 1951, o médico contribuiu para a fundação da Associação Médica Brasileira, da qual foi presidente por quatro anos, até 1955. No exercício do cargo, congregou e fortaleceu a classe médica, dando-lhe prestígio graças ao seu caráter sério, firme e conciliador. Foi presidente também da Academia Paulista de Medicina e do Colégio Brasileiro de Cirurgiões.

Em 1955, por eleição do Conselho Universitário, assumiu o cargo de 11º Reitor da Universidade de São Paulo, posição que ocupou até 28 de março de 1957.

De profunda formação humanística, além de médico e professor universitário foi também político. Corrêa Netto foi um dos fundadores e presidente da Seção São Paulo do Partido Socialista Brasileiro, no qual permaneceu até 1960. Eleito Deputado Estadual, ficou no cargo entre 1951 e 1952, no governo de Lucas Nogueira Garcez, e apresentou dois projetos que se tornaram leis a partir de 1952: Assistência Hospitalar no Estado de São Paulo e Assistência Agro-Médico-Social ao Trabalhador Rural, estabelecendo normas para melhorar e garantir a assistência médico-hospitalar no Estado de São Paulo.

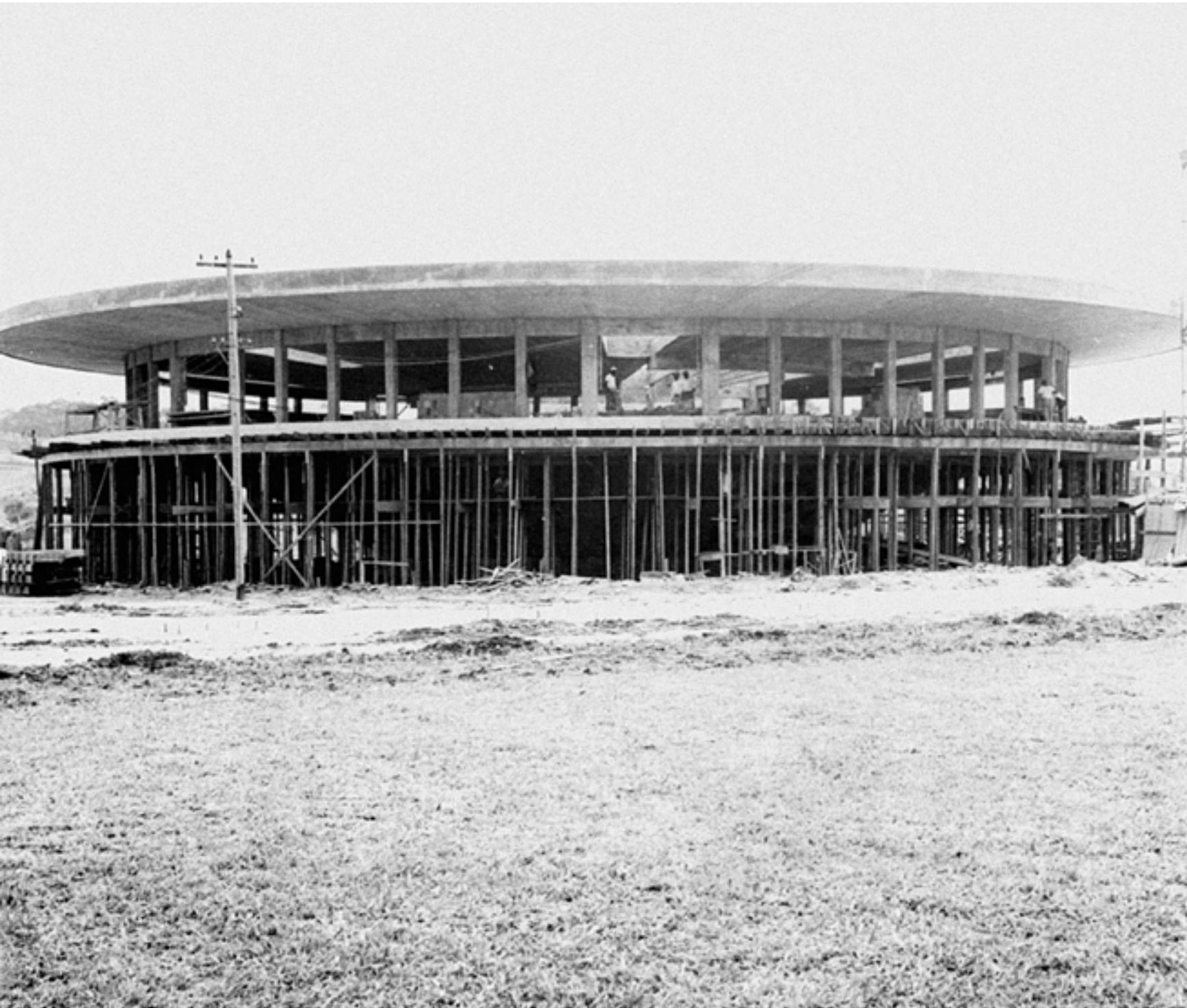
Em 1953, ele assumiu o cargo de Secretário de Higiene da Prefeitura de São Paulo, na administração de Jânio Quadros, período no qual organizou as equipes do Pronto Socorro Municipal. Em 1958, na administração de Jânio

Quadros como Governador do Estado de São Paulo, Corrêa Netto assumiu a Secretaria de Educação.

São de sua autoria frases citadas até hoje por seus discípulos e seguidores: *“Sorte não existe; o que existe é grande esforço que deu certo”*; *“A vida do médico é um sacerdócio não pela gratuidade do serviço, mas pela devoção com que o faz”*; *“Quem importa ideias tem que pagá-las; a verdadeira independência de um país é conquistada pela autonomia espiritual. Somente a pesquisa científica nos libertará”*; *“Ensinar é orientar o futuro médico pelo caminho do amadurecimento na compreensão dos conceitos básicos em que se apoie a sua inteligência em busca do diagnóstico e do tratamento.”*

Entre as muitas obras que publicou está a maior e melhor obra didática de Clínica Cirúrgica, assim intitulada e em cinco volumes, reeditada até os dias de hoje. Por sua trajetória, Corrêa Netto foi homenageado como patrono da cadeira nº 12 da Academia de Medicina de São Paulo.

Falecido em 24 de maio de 1988, aos 90 anos, hoje seu nome batiza um hospital, uma escola, vias públicas e o Centro de Estudo do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.



Escola Politécnica

Biênio da Escola Politécnica
em obras



GESTÃO

1957–1960



Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho

Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia

Sem verbas ou apoio político

O médico veterinário assumiu a Reitoria durante o governo paulista de Jânio Quadros, que havia reduzido a receita destinada à pesquisa de 3,5% em 1953 para 1,5% em 1957

Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho formou-se médico veterinário em 1923, na primeira turma da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, naquela época ainda Instituto de Veterinária. Nascido na capital paulista em 31 de dezembro de 1902, o jovem foi logo indicado pelo então professor Zeferino Vaz, que anos mais tarde viria a dirigir a Instituição, para assumir a cadeira de Terapêutica, Farmacologia e Arte de Formular. Por longo tempo Teixeira de Carvalho participou do corpo docente da “Antiga Escola”, que em 1934 foi extinta para se tornar Faculdade e ser incorporada à Universidade de São Paulo. Em 1938, a disciplina de Clínica Médica do 3º Ano (2ª Cadeira) passou a ser de responsabilidade do professor, e assim o foi até 1946, quando ocorreu o efetivo provimento da cátedra. Anos mais tarde (1947-1949), Teixeira de Carvalho também dirigiria a hoje denominada Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) da USP e assumiria a Reitoria da Universidade (1957-1960).

Ao término do mandato de Alípio Corrêa Netto como Reitor, em março de 1957, o então Governador do Estado de São Paulo, Jânio Quadros, nomeou Teixeira de Carvalho (1902-1978) para o cargo. Mas a gestão do 12º Reitor não transcorreu de forma tranquila. A política de austeridade adotada por Jânio Quadros atingia a Universidade, mesmo depois do fim de seu mandato (1955-1959). Em 1959, ano da comemoração dos 25 anos da fundação da USP, logo no mês de fevereiro, a Associação dos Auxiliares de Ensino da Universidade de São Paulo denunciou a situação salarial dos docentes. Na Faculdade de Medicina, por exemplo, médicos assistentes recebiam melhores salários que professores catedráticos. Outro problema denunciado foi a falta de recursos para a pesquisa, uma vez que a receita do Estado destinada a este fim caiu de 3,5% em 1953 para 1,5% em 1957. A Associação entregou ao então Governador, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (1959-1963), um memorial relatando a situação. Carvalho Pinto, com visão diferente da de

seu antecessor, entendia a importância da Educação e da Ciência & Tecnologia para a modernização da sociedade e do país. Vislumbrava-se, portanto, tempos melhores para as duas áreas.

Como médico veterinário, Teixeira de Carvalho trabalhou em diversas instituições: Usina Santa Cruz, Banco do Brasil, Sociedade Protetora dos Animais de São Paulo, Granja Normandia, Granja Bussocaba, e Indústria Pastoral do Ministério da Agricultura (em sua Diretoria).

O ex-Reitor faleceu aos 75 anos, no dia 3 de junho de 1978, em São Paulo.

No campus Butantan da USP, a avenida que leva a uma entrada lateral da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) foi batizada com seu nome. Ela hoje conduz estudantes e criadores ao mais ativo polo de ensino, pesquisa e atendimento de animais ruminantes do país – ao Centro de Pesquisa e Diagnóstico de Enfermidades de Ruminantes (CPDER) e ao Hospital de Bovinos, ambos instalados e implantados com auxílio financeiro da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.



Construção do Conjunto Residencial da USP

Inauguração do edifício
da Reitoria, 1962

GESTÃO

1960–1963



Antonio Barros de Ulhôa Cintra

Faculdade de Medicina

Em nome da pesquisa

Na gestão do médico na Reitoria foram construídos diversos laboratórios e foi criada a FAPESP, uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país

Paulistano de família tradicional, Antonio Barros de Ulhôa Cintra nasceu em 13 de setembro de 1907. Coursou o Ginásio do Estado para depois ingressar na Faculdade de Medicina de São Paulo, da qual se formou médico em 1930. Diplomado, começou a trabalhar no Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina e na Santa Casa de Misericórdia.

Médico, professor e pesquisador, Ulhôa Cintra assumiu, em 1933, a disciplina de Pediatria da Faculdade de Medicina e, em 1936, a de Clínica Médica. Interessou-se então pela Endocrinologia, ao tomar conhecimento de estudos e pesquisas de professores alemães que, fugidos do terror nazista, radicaram-se nos Estados Unidos.

Em 1941, com bolsa de estudos da Fundação Rockefeller, ele seguiu para Boston, onde trabalhou no Massachusetts General Hospital da Harvard Medical School, e no Pratt Diagnostic Hospital, com o professor Fuller Albright, conhecido como pai da Moderna Endocrinologia. Ulhôa Cintra sempre considerou esta sua passagem por Boston *“uma espécie de incursão para dentro do futuro”*. As doenças ósseas metabólicas, objeto do trabalho de Albright, logo fascinaram o professor que, na volta ao Brasil, em 1943, implantou novas técnicas de diagnóstico dessas doenças no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Lá montou o Serviço de Moléstias da Nutrição e o Laboratório Metabólico da primeira Clínica Médica, que chefiou até 1950, e assumiu a cátedra de Clínica Médica, com a tese *“Doenças Ósseas Metabólicas”*, sendo pioneiro nesta disciplina. O médico foi quem difundiu o conceito de que todo endocrinologista deve aliar, ao conhecimento clínico e teórico da doença, grande familiaridade com o laboratório clínico ou de pesquisa.

Em seu discurso de posse como 13º Reitor da Universidade de São Paulo, em maio de 1960, ele declarou: *“a primeira missão da nossa Universidade, na ordem cronológica, é estimular a*



Vinda do governador Carvalho Pinto para inauguração de obras na Cidade Universitária

pesquisa, e difundir e orientar a ciência. Qualquer que seja a concepção de vida que se possa ter, a direção dos acontecimentos obriga a um progresso material e, para simples sobrevivência, devemos ao menos nos equiparar ao dos outros povos". E seguiu esta diretriz. Uma das marcas de sua gestão foi a construção de laboratórios de pesquisa e a criação da Editora da Universidade de São Paulo, a Edusp.

O médico foi naquele mesmo ano nomeado pelo então Governador do Estado de São Paulo Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto para integrar a equipe de implantação da recém-criada FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, por Lei 5.918 sancionada em 18 de outubro de 1960. Como Reitor, Ulhôa Cintra foi incumbido de tomar as providências para o funcionamento da Fundação. As reuniões aconteciam em seu gabinete, naquela época localizado na rua Helvetia, região central da cidade (a Reitoria transferiu-se para o campus em abril de 1961). Sua participação decisiva na criação e implantação da FAPESP o elegeu presidente do primeiro Conselho Superior da Instituição, cargo que ocupou até 1973. Era – e ainda é – competência do Conselho Superior definir a “orientação geral da Fundação e as decisões maiores de política científica, administrativa e patrimonial”. Do orçamento



Paulo de Camargo e Almeida responsável pelo Fundo de Construções, Reitor Ulhôa Cintra e o governador Carvalho Pinto



Alberto Rizkallah, Paulo de Camargo e Almeida. Ao fundo, Fernando Henrique Cardoso

estadual para a USP, apesar de grande, sobrava pouco para a pesquisa. Assim, a FAPESP surgia em boa hora. Com ela, os problemas de financiamento da investigação científica e tecnológica no Estado de São Paulo foram minorados.

Anos mais tarde, em depoimento prestado ao Projeto FAPESP – História e Memória, o ex-Reitor falou sobre o significado de sua criação para a comunidade científica: *“Era simplesmente uma abertura enorme para quem trabalhava em ciência, de poder ter amparo para continuar a trabalhar.(...) A FAPESP foi criada para amparar a ciência que se quisesse realizar. A ciência é que ia bater à porta da Fundação para dizer qual o projeto que tinha.”*

Carvalho Pinto, certa vez, também falou sobre a FAPESP: *“Se me fosse dado destacar alguma das realizações da minha despreziosa vida pública, não hesitaria em eleger a FAPESP como uma das mais significativas para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país.”*

Ainda em 1960, foi instituído o Fundo para Construção da Cidade Universitária, a fim de viabilizar maior agilidade de decisões, o que deu início à segunda fase de construção no campus Butantan. Neste período começaram as obras dos edifícios da Escola Politécnica.

A USP vinha crescendo muito. Em 1960 houve 7.930 vestibulandos, número que em 1962 subiu para 9.709. Mostrava-se necessária uma reforma urgente dos Estatutos para acompanhar sua expansão. Em 1962 a reforma foi concretizada, instituindo de forma facultativa a organização departamental, mantendo o regime de cátedras.

Em 1963, também durante sua gestão na Reitoria, foi criado o Museu de Arte Contemporânea (MAC) da Universidade de São Paulo, cujo acervo originou-se de doações feitas por Ciccillo Matarazzo e outros colecionadores.

Ulhôa Cintra enfrentou problemas, alguns bem difíceis, de ordem política. No âmbito federal, a mudança do regime

presidencialista para o parlamentarista. No movimento estudantil, alunos da USP, em agosto de 1962, ocuparam edifícios levando a Reitoria a fechar todos os cursos. O clima de instabilidade avançou no ano seguinte. Adhemar de Barros assumiu o governo paulista e criticou os gastos com a Universidade. Para ele, o país não precisava de cientistas, mas de técnicos para resolver questões imediatas.

Ao deixar o cargo de Reitor, em maio de 1963, o médico voltou à Faculdade de Medicina e dedicou-se a ensinar – formou inúmeros médicos que o sucederam naquela Instituição e em outras Universidades – e a pesquisar sem descanso, sendo o fundador dos Laboratórios de Investigação Médica (LIM) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP e seu primeiro Diretor Geral.

Fora da Universidade, entre 1967 e 1971 o professor ocupou o cargo de Secretário de Educação e Cultura do Governo Abreu Sodré, em São Paulo, e sua prioridade foi trabalhar para a expansão do então chamado ensino ginásial, hoje ensino médio. Em sua gestão foi inaugurada, oficialmente, a Divisão Regional de Educação na cidade de Campinas e assinado um decreto, em 19 de setembro de 1969, que determinava à Fundação para o Livro Escolar institucionalizar como atividade obrigatória a realização, anualmente, das Feiras de Livros Escolares e das Feiras Culturais.

Ainda neste período, Ulhôa Cintra integrou, entre maio de 1968 e março de 1971, o Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, instituída pelo Governo do Estado de São Paulo em 26 de setembro de 1967 e com autonomia intelectual, política e administrativa para desenvolver atividades de radiodifusão pública e educativa, proprietária e gestora da TV Cultura.

O Decreto-Lei de 6 de outubro de 1969, assinado pelo então Governador do Estado de São Paulo Abreu Sodré e pelo Secretário Estadual de Educação e Cultura Ulhôa Cintra, criou, como entidade autárquica, o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo – Centro Paula Souza,



Durante o discurso do Governador Carvalho Pinto: Mário Guimarães Ferri e João Batista Vilanova Artigas



Mário Schenberg no discurso do Governador

cuja finalidade era “a articulação, a realização e o desenvolvimento da educação tecnológica, nos graus de ensino médio e superior.”

Em 1978, aos 70 anos, o professor e médico aposentou-se. Mas sua paixão e dedicação pela Medicina ainda o mantiveram presente no Hospital das Clínicas, visitando as enfermarias, participando de reuniões, discutindo casos clínicos complexos e emitindo opiniões.

As várias gerações que ele ajudou a formar o consagraram como um dos maiores mestres da Medicina e formulador de política científica no Brasil. Ele teve participação decisiva na elaboração da Lei de criação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Faculdade de Ciências Médicas de Botucatu.

Foram muitas as homenagens que ele recebeu como reconhecimento de seu legado – em vida e após sua morte, em 23 de dezembro de 1998, aos 91 anos.

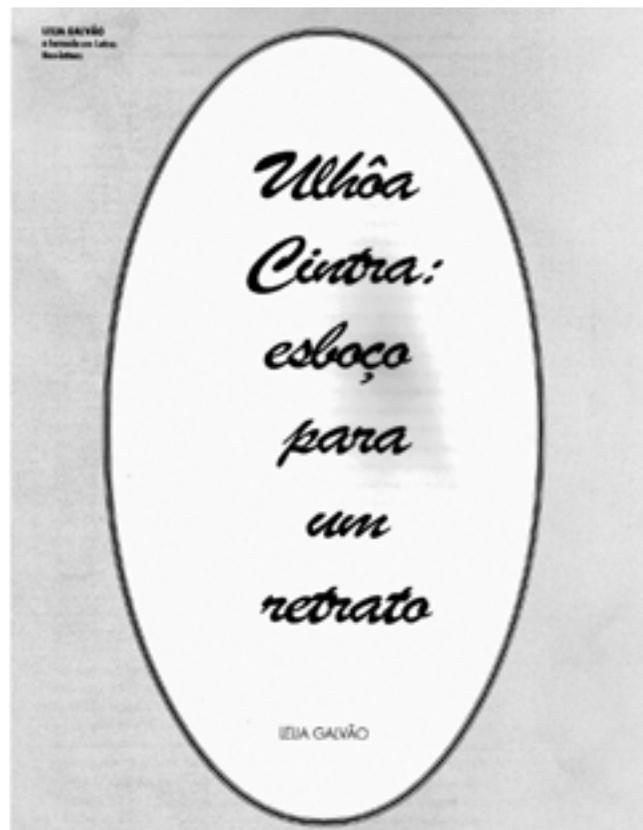
Foi patrono da cadeira nº 33 da Academia de Medicina de São Paulo, por sua brilhante carreira de médico, professor universitário, cientista e educador. Em 1972, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, durante sua 24ª Reunião Anual, o apontou como cientista que deu contribuições significativas para o desenvolvimento da ciência brasileira.

A Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM) criou o Prêmio Antonio Barros de Ulhôa Cintra, entregue a cada dois anos a endocrinologistas, em reconhecimento à contribuição e colaboração para o desenvolvimento da Sociedade.

A partir de 1980, o sistema de orientação viária do campus Butantan da USP passou a batizar ruas, avenidas e praças com nomes de ex-Reitores. O nome do professor batiza a avenida onde está situada a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia. Em 2006 e 2007, ele também

foi homenageado com seu nome dado a um hospital e a uma rua.

Em 1999, meses após seu falecimento, Lélia Galvão, uma de suas filhas, também o homenageou no texto intitulado “Ulhôa Cintra: Esboço para um Retrato”, publicado na Revista da USP. Nele, descreve “*não o Ulhôa Cintra profissional brilhante, mas o homem Ulhôa Cintra a quem conheci muito bem: Vejo-o como um humanista, irredutível na defesa dos direitos humanos, mas também como um homem humanitário, capaz de sensibilizar-se com o sofrimento alheio e, sem disso fazer alarde, socorrer pessoas simples que lhe pediram ajuda.*”



Ulhôa Cintra sob o olhar da filha Lélia, Revista da USP, 1999



Vista aérea da Reitoria em 1965

Início das obras e construção
da Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo

GESTÃO

1963–1969



Luis Antonio da Gama e Silva

Faculdade de Direito

Tempos sombrios

Redator do mais sombrio documento jurídico do país, o AI-5, foi o Reitor que durante mais tempo – seis anos de muita repressão – esteve à frente da USP

Nascido em Mogi-Mirim (SP) em 19 de maio de 1913, filho de Acrísio da Gama e Silva e Ana da Gama e Silva, Luis Antonio da Gama e Silva estudou na cidade de Campinas, nos tradicionais Ginásio Culto à Ciência e Ginásio Diocesano de Santa Maria até 1929, quando concluiu o ensino secundário. Seguindo os passos do pai, advogado formado na turma 72 de 1903 da Faculdade de Direito de São Paulo, matriculou-se na mesma Instituição e, em 1934, recebeu o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na turma 103.

Enquanto estudante, Gama e Silva participou da Revolução Constitucionalista de 1932, lutando por São Paulo contra o Governo Federal de Getúlio Vargas e passando a militar como membro do Partido Republicano Paulista (PRP) após a derrota dos paulistas. Ele foi também redator político do Correio Paulistano, órgão oficial do partido, até 1939, quando, durante o Estado Novo, foi demitido de sua função. Após a queda do governo Vargas, em 1945, voltou ao Correio Paulistano como editor-chefe e, em seguida, afiliou-se à União Democrática Nacional (UDN), partido político recém-fundado e opositor às políticas e à figura de Getúlio Vargas.

Dedicado à advocacia, com escritório próprio em São Paulo, e à política, no início da carreira Gama e Silva foi Promotor Público em Mogi-Mirim por alguns meses de 1935. Anos depois, de 1938 a 1945, foi nomeado Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo (TIT). Também ensinou Língua Portuguesa e Lógica no Liceu Pan-Americano, no Colégio Carlos Gomes e no Colégio Rio Branco, na capital paulista. E participou da campanha do brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República, em 1945, quando foi eleito o general Eurico Gaspar Dutra.

Na Faculdade de Direito da USP, Gama e Silva recebeu o grau de doutor em Direito defendendo a tese “A Ordem Pública em Direito Internacional Privado” e, em 1944, foi nomeado livre-docente de Direito Internacional Privado.

Na década de 1950, dedicado à vida acadêmica, ele deu aulas na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, a PUC Campinas, e na Faculdade de Direito da USP, da qual tornou-se professor catedrático em 1953, aprovado por unanimidade, com a tese “As Qualificações em Direito Internacional Privado”. O professor assumiu, a vice-diretoria da mesma Faculdade em 1956, a diretoria interina de 1958 a 1959 e a diretoria efetiva de 1959 a 1962. Em 1961, ele tornou-se também Vice-Reitor da USP, na gestão do então Reitor Antonio Barros de Ulhôa Cintra (1960-1963).

Apoiado pelo grupo que dava suporte a Ulhôa Cintra para modernizar a Universidade de São Paulo, Gama e Silva foi eleito para a lista tríplice no Conselho Universitário. E foi assim que, em 1963, sua carreira acadêmica chegou ao auge, como Reitor, nomeado ao cargo pelo Governador do Estado de São Paulo à época, Adhemar de Barros (1963-1966), e compromissado com o programa de reformas de seu antecessor. Após o Golpe Militar de 1964, no entanto, Gama e Silva deixou de depender do apoio do grupo que o levara à Reitoria, e passou a ser um agente da ditadura dentro da USP.

Toda a gestão de Gama e Silva foi marcada por intensas manifestações políticas de alunos, professores e funcionários, reflexo da política dos militares em âmbito nacional. Grupos conservadores e progressistas divergiam em vários assuntos. Foi instaurado Inquérito Policial Militar (IPM) e professores e alunos foram presos sem critérios, após invasão policial à Faculdade de Filosofia, onde houve grande resistência.

O Reitor montou uma comissão para investigar e apontar professores, alunos e funcionários que deveriam ser expurgados da Universidade por serem envolvidos com ideologias

subversivas. Tal punição só se concretizou na Faculdade de Medicina, antes mesmo da conclusão do inquérito, a pedido da Congregação da Faculdade. Posteriormente, concluiu-se que a situação acontecida na Faculdade de Medicina era uma disputa de poder.

Em setembro de 1964, um relatório da Comissão Interna foi publicado pela imprensa, sugerindo que os direitos políticos de 52 membros da USP fossem cassados, citando nominalmente cada um. Protestos de estudantes e professores continuaram acontecendo e o Conselho Universitário apoiava o Reitor.

No contexto político nacional, Gama e Silva também apoiou o Golpe Militar de 1964 que depôs João Goulart. Sem se afastar da Reitoria da USP, ele assumiu o Ministério da Justiça e o de Educação e Cultura, nos poucos dias que antecederam a posse do novo presidente, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). No mesmo ano, foi eleito juiz da Corte Permanente de Arbitragem de Haia, na Holanda, com mandato até 1976.

Em junho de 1966, Gama e Silva foi novamente apontado ao cargo de Reitor pelo Governador do Estado de São Paulo Laudo Natel (1966-1967). Em agosto, o professor montou uma Comissão Especial encarregada de reestruturar e modernizar a USP, formalmente empossada em novembro e que recebeu o nome de Comissão de Reestruturação. Mas o movimento estudantil crescia em várias partes do mundo, em diferentes Universidades, assim como na USP. Houve invasão e depredação do edifício da Reitoria, ocupação da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a transformação em território livre do Conjunto Residencial da Cidade Universitária (CRUSP), inaugurado em maio de 1963 e construído para abrigar os atletas que participariam dos Jogos Pan-Americanos de São Paulo.

Em 1967, nomeado pelo novo Presidente da República, o General Artur da Costa e Silva (1967-1969), ele assumiu o

Ministério da Justiça, agora sim afastando-se interinamente da Reitoria da USP. Seu Vice-Reitor, Helio Lourenço de Oliveira, assumiu a cadeira.

A gestão de Gama e Silva no Ministério da Justiça foi repressora e autoritária. Combateu a Frente Ampla, que reunia forças oposicionistas ao governo militar, apoiada por vários nomes, entre eles João Goulart, proibindo todas as suas atividades por meio da Portaria nº 177. O movimento estudantil, que crescia em vários estados do país em 1968, assim como o número de opositores ao regime ditatorial, foram reprimidos por ordem dele. O então Ministro determinou que quaisquer publicações de natureza política feitas por cassados fossem apreendidas e instaurados inquéritos policiais contra seus autores e contra os responsáveis pelos órgãos de divulgação.

O período mais duro da ditadura no Brasil teve início com o anúncio, em rede nacional, do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, redigido por Gama e Silva. De conteúdo autoritário e repressivo, o ato autorizava o presidente a suspender direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos, cassar mandatos eletivos e eliminar a figura do habeas corpus. Ele também decretou recesso no Congresso Nacional e defendeu que o ato deveria ter prazo indeterminado, de modo a não limitar a atuação do regime ditatorial.

Em 1969, Gama e Silva ainda redigiu outros dois decretos baseados no AI-5, para cassar e aposentar 27 professores da USP, pessoas com prestígio acadêmico como Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, João Batista Vilanova Artigas, Caio Prado Jr, Paulo Mendes da Rocha, Mário Schenberg, Paul Israel Singer, entre outros. O Vice-Reitor, Helio Lourenço de Oliveira, após protestar contra a lista, com apoio do Conselho Universitário, também foi incluído nela. Professores com ideias esquerdistas e outros, simplesmente, seus desafetos pessoais, foram todos proibidos de lecionar. Alguns se exilaram e assumiram posições em Universidades no exterior, voltando à USP

apenas depois de anistiados. O CRUSP foi dominado por forças militares que invadiram o campus.

Ainda como Ministro da Justiça, ele implantou a Polícia Federal, a Justiça Federal e a Lei do Ministério Público. Em 30 de outubro de 1969, ao fim do governo Costa e Silva, Gama e Silva deixou o Ministério e passou a atuar decisivamente para impedir que o então vice-presidente, Pedro Aleixo (que votou contra o AI-5), assumisse a presidência. A Junta Militar indicou o nome do General Emilio Garrastazu Médici, que governou o país de 1969 a 1974.

Em 1969, Gama e Silva saiu da Reitoria da USP e teve como sucessor o também jurista Miguel Reale. De 1970 a 1974, o professor ocupou, por nomeação, o cargo de Embaixador do Brasil em Portugal, sendo um dos criadores da Comunidade Luso-Brasileira. Ao exonerar-se do posto, retornou a São Paulo, à advocacia e às atividades acadêmicas.

A partir de janeiro de 1978, durante o governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), a abertura do regime ditatorial começou a ser discutida. Gama e Silva declarou-se contrário à extinção do AI-5, afirmando que o mesmo constituía uma *“boa advertência aos candidatos à subversão.”*

Sobre ele escreveu Alessandro Hirata, docente da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto: *“Difícil tecer comentários sobre a vida de um jurista que entrou para a história como redator do talvez mais sombrio documento jurídico das últimas décadas no país. Reza a lenda, contudo, que era extremamente querido entre os seus estudantes, o que revela a complexidade de sua personalidade.”*

Gama e Silva faleceu em 2 de fevereiro de 1979, pouco antes de completar 66 anos, deixando viúva Edi Pimenta da Gama e Silva, com quem teve quatro filhos.



Finalização das obras da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Edifício da Administração
da Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras

GESTÃO

1968–1969



Helio Lourenço de Oliveira*

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

Resistência e exílio

Após lutar pela autonomia da USP em período de repressão a docentes e alunos, o Reitor em exercício foi aposentado por Decreto assinado por Gama e Silva e exilado

*Vice-Reitor que substituiu temporariamente o Reitor



Antes de formar-se médico, em 1940, pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Helio Lourenço de Oliveira, filho primogênito de Joaquim da Silva Oliveira e de Deolinda Lourenço de Oliveira, graduou-se em Ciências Sociais e Filosofia. Nascido em Porto Ferreira, no interior de São Paulo, em 9 de julho de 1917, Lourenço de Oliveira cumpriu toda sua formação escolar em instituições públicas de ensino, inclusive a universitária.

Na Faculdade de Medicina, ele participou ativamente do movimento que lutava pela criação do Hospital das Clínicas de São Paulo. Depois de formado, bolsista do Pan American Sanitary Bureau, estagiou entre 1941 e 1942 no Bellevue Hospital de Nova York, o mais antigo hospital público dos Estados Unidos, na especialidade Nefrologia. Em 1948, foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e, no ano seguinte, 1949, tornou-se livre-docente com a tese "As Propriedades da Dieta de Arroz, Frutas e Açúcar e o seu Emprego no Tratamento da Doença Vascular Hipertensiva – Mecanismo de sua Ação Terapêutica Relacionado com Fatores Metabólicos de Doença Vascular Hipertensiva Experimental".

Em 1954 ele aceitou o convite do professor Zeferino Vaz, então Diretor (1952-1964) da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) da USP, para organizar e dirigir o Departamento de Clínica Médica na Faculdade, que oferecia ambiente propício para o estabelecimento de um modelo de ensino médico em que a ciência permeasse a educação e onde a investigação clínica estivesse incorporada ao cotidiano do professor de Medicina. Hoje o Departamento é chamado Departamento de Clínica Médica Professor Helio Lourenço de Oliveira.

Médico, professor universitário e pesquisador, Diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) e Vice-Reitor no exercício da Reitoria da Universidade de São Paulo, Lourenço

de Oliveira participou de um período importante e sombrio da vida da USP. Ele integrou a lista tríplice para a Vice-Reitoria da USP em 1967, quando o então Reitor, Luís Antonio da Gama e Silva, afastou-se para assumir o Ministério da Justiça. O cargo de Vice-Reitor, que à época correspondia ao de Reitor em exercício, foi dado a Mario Guimarães Ferri, que renunciou em outubro de 1968. No dia 8 daquele mesmo mês, o nome de Lourenço de Oliveira foi novamente indicado e, por ter sido o mais votado pelo Conselho Universitário, assumiu o cargo conduzido pelo Governador do Estado de São Paulo Roberto Costa de Abreu Sodré (1967-1971). Apesar de Vice-Reitor, ele ocupava efetivamente a Reitoria em virtude do afastamento de Gama e Silva, que sem abdicar do cargo assumiu o Ministério da Justiça do governo Costa e Silva (1967-1969).

O professor desligou-se de seu consultório particular e optou pelo regime de dedicação exclusiva à Universidade. Na Reitoria, passou a liderar uma reforma universitária que extinguiu as cátedras, substituídas pela estrutura departamental e que consolidou o conjunto de escolas dispersas na Universidade como Instituição. Em sua homenagem, o documento foi chamado de Estatuto Helio Lourenço.

Também se opôs às atividades da Polícia Militar no campus, inserida em contexto de repressão à atividade estudantil. Logo após o anúncio do Decreto do AI-5 (13 de dezembro de 1968), na madrugada do dia 14, o Conjunto Residencial da USP (CRUSP) foi metralhado. Dias depois, em 17 de dezembro, as entradas da Cidade Universitária, em São Paulo, foram bloqueadas pelas forças policiais e militares e o CRUSP foi invadido, deixando desabrigados seus moradores, os estudantes que se viram expulsos.

Diante da situação, o Reitor em exercício reuniu conselheiros para elaborar um documento em protesto contra a operação surpresa, defendendo a autonomia da Universidade e a regularização da vida no conjunto residencial.



Helio com os pais, Deolinda e Joaquim, 1932

A resposta veio em 25 de abril de 1969, um Decreto arbitrário com base no AI-5 que, por iniciativa do Ministro da Justiça, Gama e Silva, aposentou 42 pessoas dos cargos que ocupavam nos órgãos da Administração Pública Federal. A USP, mesmo sendo Universidade estadual, foi incluída no mesmo decreto. Lourenço de Oliveira contestou o ato, que determinava a aposentadoria compulsória de docentes da USP, por meio de telegrama dirigido ao Ministro da Educação, solicitando sua intercessão. No dia 29, um novo decreto, também baseado no AI-5, aposentava outras 24 pessoas, inclusive ele próprio, Reitor em exercício. Gama e Silva foi quem assinou a ordem. Na lista estavam os nomes de Fernando Henrique Cardoso e Paulo Mendes da Rocha, entre outros. Apesar de nunca ter sido informado



Depois de formado em Medicina, Helio foi bolsista da Pan American Sanitary Bureau, no Departamento de Medicina da New York University, 1941

sobre as razões de seu afastamento, em depoimento ao “O Livro Negro da USP”, anos mais tarde, Lourenço de Oliveira lançou a hipótese de que sua aposentadoria compulsória tivesse decorrido das desavenças políticas existentes entre o Governador Abreu Sodré e Gama e Silva, que se opunha à sua permanência na Reitoria.

Forçado a se exilar, o professor seguiu para Alexandria, onde dirigiu o Escritório de Educação Médica da Organização Mundial da Saúde (OMS), ficando encarregado da revisão do ensino de Nutrição em escolas do Oriente Médio e prestando assessoria à instituições nacionais e estrangeiras. Ele foi também membro da missão da Unesco encarregada de auxiliar na reforma e desenvolvimento do ensino superior na Síria.

A anistia, decretada em 28 de agosto de 1979 pelo Presidente da República João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), beneficiou os exilados, entre os quais

o professor. Em julho de 1980 ele voltou à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP, reintegrado ao corpo docente. Foi Chefe do Departamento de Clínica Médica e depois Diretor da mesma Faculdade (1983-1985), eleito por professores, funcionários e alunos. Ele faleceu no dia 14 de março de 1985, aos 67 anos, no exercício do cargo.

Lourenço de Oliveira deixou viúva a senhora Aparecida do Carmo Brandt de Oliveira, com quem teve cinco filhos – um deles, Ricardo Brandt de Oliveira, seguiu os passos do pai e tornou-se médico e professor titular da mesma Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

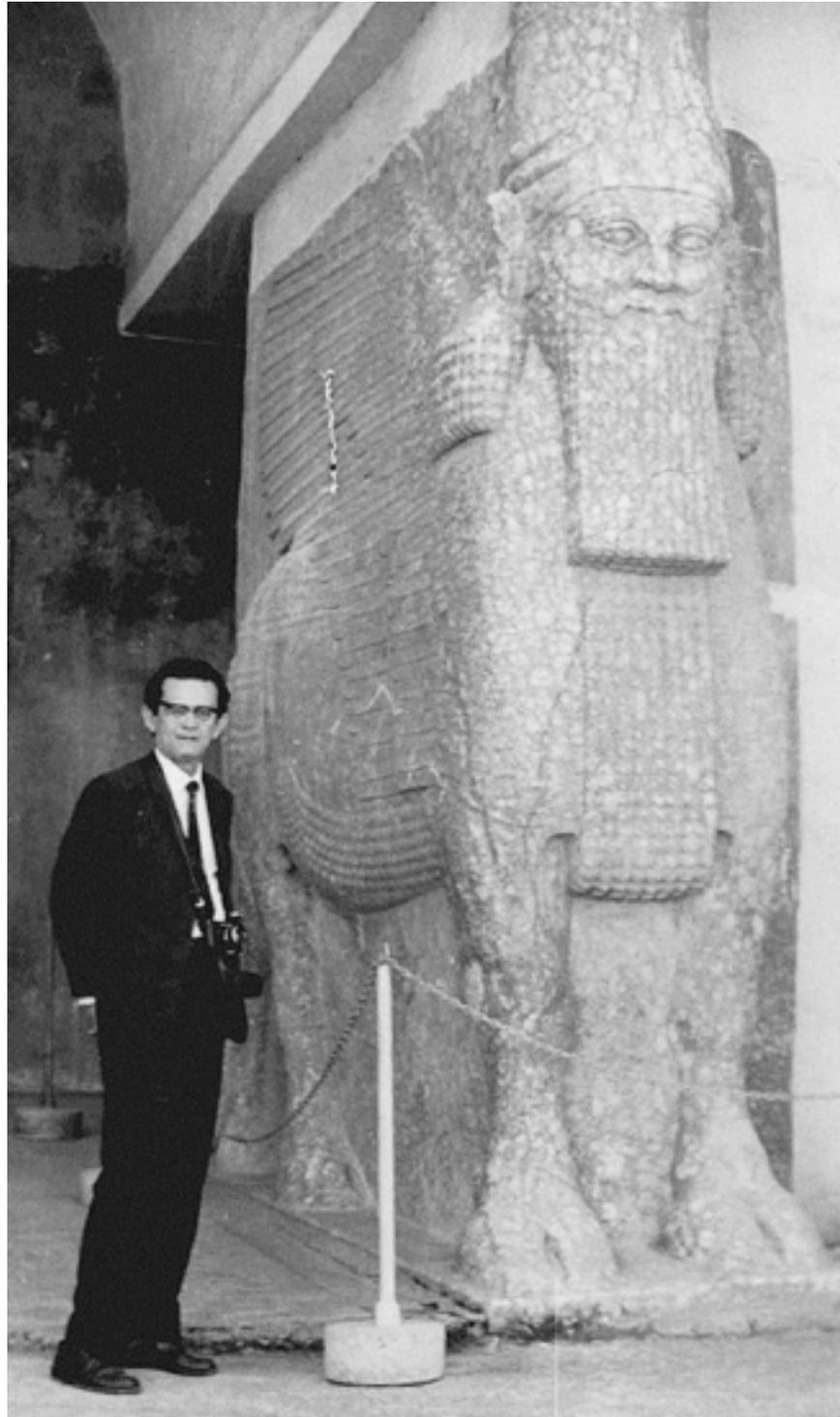
Em diversos depoimentos de colegas de profissão e de vida acadêmica, Helio Lourenço é lembrado por qualidades como inteligência privilegiada, retidão de caráter e capacidade de liderança. “*Um cisne branco, belo, digno, ativo, reservado, valente*”, escreveu o professor Mozart



Helio apresenta um paciente ao professor Bernardo Houssay, prêmio Nobel de Medicina e Fisiologia, Ribeirão Preto, 1947

Régis Fortes Furtado, do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

No ano do centenário do seu nascimento, 2017, foi lançado o livro “Helio Lourenço – Vida e Legado”, escrito por seu filho Ricardo e pela jornalista Regina Prado. No lançamento, Ricardo lembrou: *“Eu tinha em casa um arquivo contendo documentos, textos e anotações que meu pai escreveu em vários momentos, sobre vários assuntos. Embora a trajetória acadêmica e o protagonismo por ele assumido em um período conturbado da Universidade de São Paulo já estivessem bem retratados por contemporâneos seus, eu tinha a convicção de que do material guardado poderia emergir um retrato mais inteiro, mais verdadeiro da pessoa que ele foi, de como ele enxergava o mundo e a humanidade além dos limites da academia”*. Naquele ano, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto comemorou 65 anos de fundação. Sua então Diretora, Margaret de Castro, declarou: *“Eu não tive o privilégio de sua convivência, mas*



Em Bagdá, a serviço da Organização Mundial da Saúde, 1970

como membro do Departamento de Clínica Médica e diretora desta Faculdade convivo com seu legado de dignidade e princípios acadêmicos". Na mesma solenidade, o Reitor à época, Marco Antonio Zago, lembrou "(...) o papel inovador que Helio Lourenço teve em Ribeirão Preto, no seu tempo. Seria a maior homenagem que poderíamos prestar a um homem que, apesar de morto há 32 anos, vive na nossa admiração e no nosso respeito."

Helio Lourenço de Oliveira foi alvo de desagravo por parte da Universidade e da Reitoria da USP. Por iniciativa da Comissão da Verdade, no dia 4 de outubro de 2016 o Conselho Universitário aprovou que seu retrato fosse incluído na Galeria de Reitores da USP, um reconhecimento do papel do professor em defesa da autonomia universitária e no processo de reforma do Estatuto da USP. A cerimônia aconteceu em 25 de setembro de 2017, na presença de dirigentes da Universidade e do professor

Ricardo Brandt de Oliveira, filho do homenageado. Na ocasião, o Reitor Marco Antonio Zago enfatizou: "(...) Seu retrato em lugar de destaque no edifício da Reitoria serve para nos lembrar de que, para realizar a sua missão com sucesso, a Universidade precisa de autonomia(...)". A Presidente da Comissão da Verdade da USP, Janice Theodoro da Silva, reiterou suas palavras: "Este é um ato de reparação e justiça a alguém merecedor de amplo aplauso. O professor Helio Lourenço exercia liderança porque tinha um projeto para a Universidade, pautado pelo respeito à autonomia desta Instituição e por uma ambição acertada do ponto de vista acadêmico de integração das diversas áreas do conhecimento. Ele era um homem que acreditava nas liberdades democráticas."

Em homenagem ao professor, uma escola e uma unidade de saúde em Ribeirão Preto foram batizadas com seu nome.



Em 1984, como Diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, à esquerda, recebe a visita de Carlos Chagas Filho, do Instituto de Biofísica do Rio de Janeiro, acompanhado de Miguel Rolando Covian e André Ricciardi Cruz, ambos professores da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto



Família em 1973, em pé, os filhos Maria Teresa, Ricardo, Marcelo e Eduardo; sentados, Rose (nora), Maria Luísa, Maria Cistina, Maria Isabel, Elisabete (nora), Carmita e Helio, com a neta Marina no colo

Fundações do edifício da
Faculdade de Economia,
Administração e
Contabilidade

GESTÃO

1969–1973





Miguel Reale

Faculdade de Direito

Em dose dupla

Em suas duas passagens pela Reitoria, um dos maiores juristas da história do país realizou feitos em diferentes áreas



Em novembro de 1969 o professor Miguel Reale assumiu, pela segunda vez, a Reitoria da USP, para o quadriênio 1969-1973. Como pertencera ao Conselho Estadual de Educação, que havia aprovado, em 16 de junho de 1969, o novo Estatuto da Universidade, promulgado conforme Decreto em 13 de dezembro de 1969, o professor sabia de antemão que uma reforma universitária substituiria as cátedras pelos departamentos, e que caberia ao Reitor enquadrar mais de 4.200 professores nos departamentos a serem criados. Em seu discurso de posse, sob o título “Perspectivas da Reforma Universitária”, disse o professor: “(...)A referência à minha experiência como Reitor, de agosto de 1949 a junho do ano seguinte, servirá, penso eu, a demonstrar, no limiar de 1970, que será o ano da reforma universitária, que esta não surge “ex-abrupto”, mas constitui, antes, o resultado necessário de uma contínua evolução (...)”. Tal missão, ele previa, encontraria resistências. “Tudo dependia, pois, de uma prudente passagem da monarquia das cátedras para o governo colegial dos departamentos(...)”, declarou Reale em artigo publicado em 1994, sob o título “Minhas Memórias da USP”.

No plano urbanístico e arquitetônico, o Reitor elaborou projetos e concluiu edifícios – foram cerca de novos 250.000 m² destinados ao ensino, à pesquisa e ao esporte, entre eles, a sede da nova Reitoria, o Anfiteatro e a Prefeitura da Cidade Universitária. Ele também transformou o Fundo para Construção da Cidade Universitária em Fundo de Construção da USP (Fundusp), como órgão especializado de projetos e controle de obras cujo corpo de arquitetos, engenheiros e técnicos alterou a programação das construções já iniciadas de modo a obedecer rigorosos cronogramas para sua conclusão. A proposta de construção da Torre Universitária, com 50m de altura, projetada e aprovada pelo Conselho Universitário anos antes, com recebimento de donativos feitos pela colônia portuguesa e projeto de Rino Levi e baixos-relevos de Elizabeth Nobiling, seguiu adiante. Duas imensas paredes de concreto



Paulo Vanzolini, Miguel Reale e Orlando Paiva no Museu de Zoologia, 1971

pré-moldado, uma representando as ciências humanas e a outra, as ciências naturais, ambas culminando num imenso relógio destinado a assimilar a unidade progressiva do tempo, foram erguidas. Em torno da torre, Reale mandou que fosse escrito: *“No universo da cultura o centro está em toda a parte”*, certo que este deveria ser *“o lema a guiar para sempre o destino da Universidade de São Paulo.”*

Os edifícios destinados aos Institutos e Faculdades resultantes da reforma por ele promovida, ou seja, os Institutos de Matemática, Física, Química, Psicologia, Geologia, Ciências Biomédicas, Oceanografia, Biociências, e edifícios próprios para a Escola de Comunicações e Artes (ECA) e para a Faculdade de Economia e Administração (FEA), seguiram seus cronogramas. A relação completa das obras executadas e concluídas na sua gestão estão arroladas no relatório *“USP – Miguel Reale – Quatro Anos de Reitoria”*.

A posse de Reale coincidiu com a competição *“Volta da Cidade Universitária”* – ele não só compareceu à prova, mas assumiu o compromisso de deixar implantado o campus esportivo da USP. Com apoio do então Prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, o Reitor obteve recursos para

a construção da pista de atletismo, obedecendo às exigências técnicas atléticas.

No plano administrativo, instaurou a Coordenadoria de Administração Geral (Codage), prevista no Estatuto, com forma técnica e dinâmica de condução dos serviços burocráticos. E, no plano cultural, institucionalizou, definitivamente, a Editora da Universidade de São Paulo, a Edusp, a fim de dotar o campus de uma livraria, dando ênfase aos serviços de coedição, o que possibilitou a publicação de obras de todos os domínios do saber. Ele também instalou a Coordenadoria de Saúde e Assistência Social (COSEAS), destinada a oferecer serviços médicos a estudantes, professores e funcionários e a gerenciar os restaurantes universitários e o setor esportivo.

Seu Vice-Reitor, o professor Orlando Marques de Paiva, aceitou a delegação de poderes a ele concedida e muito trabalhou ao lado de Reale, que, anos depois, declarou sobre a parceria: *“o maior resultado para mim foi a consolidação de uma amizade fraterna”*. Ainda segundo Reale, o sucesso de sua administração foi agir em função do novo Estatuto: *“(...)ele concede ao Reitor e ao Conselho Universitário, ou tão-somente ao Reitor, até que este órgão seja constituído,*

toda uma série de poderes implícitos(...) a autoridade que tem atribuição legal para realizar certos fins dispõe também de poder para a escolha e a utilização dos meios indispensáveis e adequados à consecução destes fins.”

Em 1972, Reale participou da elaboração de documentos relativos à criação da Itaipu Binacional, dando a ela a estrutura de empresa internacional. No mesmo ano, foi fundado o Observatório Abrahão de Moraes na cidade de Vinhedo, interior de São Paulo, um laboratório científico pertencente ao Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da USP, e foi criada a Coordenadoria de Atividades Culturais/Codac (atual Superintendência de Comunicação Social/SCS).

Em 1973, ao inaugurar o Centro de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais, da Faculdade de Odontologia de Bauru, o Centrinho, falou o Reitor: *“Servir e servir será cada vez mais o lema da Universidade do nosso tempo. Aqui, os estudantes aprendem uma técnica, e mais ainda, o amor ao próximo. Aqui, a Universidade de São Paulo se encontra com o homem e, o que é mais importante, com a criança. É aqui que pulsa o coração da Universidade nova.”*

Na oportunidade escreveu o jornalista e escritor Gilberto de Mello Kujawski: *“Em Miguel Reale, a principal virtude moral que alimenta, desde sempre, sua reflexão intelectual é, sem dúvida, a coragem. A coragem de ser, da qual deriva a coragem da postura nos momentos mais difíceis de sua vida – que foram muitos –, a coragem política, a coragem das posições ideológicas pioneiras e muitas vezes desafiadoras. (...) A sólida figura de homem público (...) está embasada num maciço pedestal de coragem, que também lhe tem valido na vida privada, em sua condição de pai e chefe de família”*. Em 1973 Reale assumiu a criação e educação de três netos, filhos de Lívia Maria que, junto com o marido, sucumbiu em um incêndio num hotel na cidade de Copenhagen.

Paralelamente ao seu trabalho na Reitoria, por sua vasta experiência como advogado e suas contribuições no campo



Reale e Gilberto Freire, 1975

do Direito Público e Privado, Reale foi convidado para ser Coordenador da Reforma do Código Civil Brasileiro. Depois, como Supervisor da Comissão Elaboradora e Revisora do novo Código Civil Brasileiro, instalada em 1969, ele apresentou, em 1975, o anteprojeto. Amplamente debatido, foi aprovado pelo Congresso Nacional, sancionado pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pela Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, e entrou em vigor em janeiro de 2003.

Na “Exposição de Motivos” do Código Civil, Reale apontou como era necessário atualizar o Código antigo, datado de 1916, que refletia os valores de uma sociedade ainda da *belle-époque*, não sacudida pelas consequências da Primeira Guerra Mundial. Era preciso *“dotá-lo de institutos novos, reclamados pela sociedade atual.”* O clamor por uma nova Lei Civil adveio *“das profundas alterações havidas no plano dos fatos e das ideias, tanto em razão do progresso tecnológico como em virtude da nova dimensão adquirida pelos valores da solidariedade social”*. Sobre o tema união estável, por exemplo, *“ao erigir a disciplina da união estável em norma geral, o novo Código Civil, além de reconhecer esta nova realidade social, lhe imprimiu um maior grau de importância. A novos valores, trazidos por novos fatos, a legislação civil respondeu com novas normas. E isto é a*

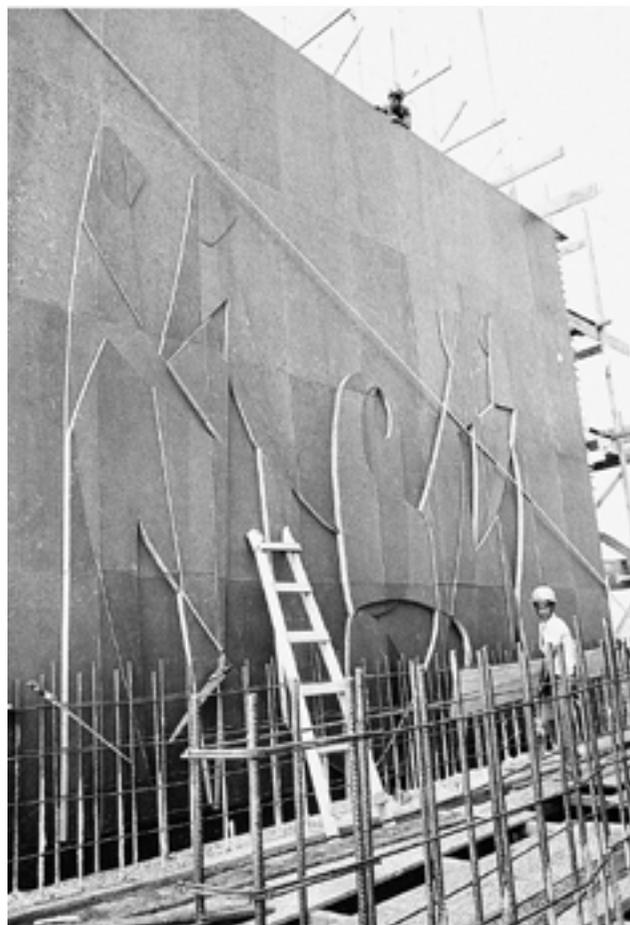
Teoria Tridimensional aplicada, em todo o percurso da legislação nacional, sobre a união estável, até sua consagração completa no art. 1723, do atual Código Civil.”

O único Reitor a ser membro da Academia Brasileira de Letras, Reale ocupou a cadeira de nº 14 por três décadas, a partir de janeiro de 1975. Ele escreveu coluna quinzenal no jornal “O Estado de S.Paulo”, sobre questões filosóficas, jurídicas, políticas e sociais, até pouco antes do seu falecimento. E publicou cerca de sessenta livros e centenas de artigos em jornais e revistas do país e do estrangeiro, firmando seu nome também como poeta. Várias das suas obras foram vertidas para o italiano, espanhol, francês, inglês e alemão. Reale tornou-se membro também de importantes instituições culturais. Pertenceu à Academia Paulista de Letras, à Academia Paulista de Direito, à Academia Paulista de História, à Academia Brasileira de Letras Jurídicas e à Sociedade Interamericana de Filosofia (foi seu primeiro presidente), além de outras instituições do Brasil e do exterior, e presidiu o Conselho Federal de Cultura por 15 anos, a partir de 1974, nomeado pelo então Presidente da República, Emilio Garrastazu Médici (1969-1974).

Doutor *Honoris Causa* das Universidades de Coimbra, Lisboa e Gênova, e de importantes Universidades latino-americanas e brasileiras, foi Presidente Honorário da Internationale Vereinigung für Rechts – und Sozialphilosophie (IVR, Alemanha), entidade que congrega todos os filósofos do Direito no mundo, e pertenceu à Academia Brasileira de Filosofia (1989), ao Instituto Histórico Brasileiro e a muitas instituições culturais do exterior.

Culto, dotado de conhecimentos enciclopédicos sobre vários assuntos, amante da literatura, versado em várias línguas, simpático, de sorriso largo, sua marca em todas as fotos, o professor Miguel Reale, nas palavras da filha Ebe Reale, “adorava ser Reitor e viveu intensamente as duas gestões. Na nossa casa, almoçávamos USP e jantávamos USP”, contou ela.

Quando o jurista completou 80 anos (1990), 85 anos (1995) e 90 anos (2000), promoveram-se diversos eventos em sua homenagem. No evento ocorrido em 16 de novembro de 2000, em comemoração ao seus 90 anos completados dias antes, pela EPTe – Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A., disse o ex-Reitor sobre ter dado consultoria jurídica na criação da Itaipu Binacional: “Ter cooperado na estruturação dessa empresa internacional, a primeira no mundo, foi possível graças a minha experiência anterior adquirida no meu trabalho de consultor no setor elétrico paulista e foi, sem dúvida, a maior realização, no plano jurídico, da minha vida.”



Montagem da Torre do Relógio



Torre do Relógio vista de cima

A lista de títulos honoríficos, medalhas e condecorações que recebeu, em nível nacional e internacional, ao longo de toda a sua carreira, é extensa.

Miguel Reale faleceu em São Paulo em 14 de abril de 2006, aos 95 anos, vividos com intensidade juvenil. A missa de sétimo dia teve a participação do Coral da USP.

Na Faculdade de Direito, uma sala de aula leva seu nome e a casa onde nasceu, em São Bento do Sapucaí, é mantida até os dias de hoje e conhecida como Casa de Cultura Miguel Reale. A Fundação Nuce e Miguel Reale, desde

2004, “tem por objetivo primordial salvaguardar a continuidade do Instituto Brasileiro de Filosofia e da Revista Brasileira de Filosofia, bem como promover e patrocinar quaisquer outras atividades culturais e assistenciais”, além de reunir o acervo bibliográfico e documental do ex-Reitor. O website miguelreale.com.br reúne dados e informações sobre o professor.



Miguel Reale, esposa e seus filhos Ebe e Miguel Reale Jr.



Inauguração da Raia Olímpica



Instalação do
Monumento
a Ramos de
Azevedo

GESTÃO

1973–1977



Orlando Marques de Paiva

Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia

Avanços em diferentes áreas

Hospital Universitário, CEPEUSP, Orquestra Sinfônica, FUVEST – foram muitas as conquistas durante o mandato do médico veterinário na Universidade



Orlando Marques de Paiva, filho de portugueses da região de Beira Alta, nasceu em São Paulo em 26 de julho de 1915. Estudou em um colégio estadual no Parque D. Pedro II, concluiu o ensino secundário em 1933 e, no ano seguinte, ingressou na Faculdade de Medicina Veterinária (FMV) de São Paulo, atual Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) da Universidade de São Paulo. Ainda estudante, em 1936, estagiou no Departamento de Defesa Sanitária da Agricultura e, em 1937, graduou-se em primeiro lugar na classificação geral da turma.

Em 1938 Marques de Paiva já era professor assistente da cadeira de Anatomia Descritiva e Topográfica dos Animais Domésticos na Faculdade. Ele recebeu convites para assumir cátedras de outras escolas, mas escolheu não deixar a USP. E em 1957, por concurso, conquistou a cátedra.

O professor foi nomeado Vice-Diretor da Faculdade em 1959. No ano seguinte, uma bolsa de estudos do Ministério das Relações Exteriores o levou para a Itália, a fim de estudar mais a fundo sua especialidade. Ao retornar ao Brasil, classificou-se em primeiro lugar no concurso para a cátedra de Anatomia da Universidade Rural do Rio de Janeiro.

A partir de 1965, de volta a São Paulo, até 1972, ele dirigiu a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) da USP. Em 1969, participou da lista tríplex de candidatos à Reitoria, mas o candidato escolhido foi Miguel Reale (1969-1973) e ele elegeu-se Vice-Reitor. Marques de Paiva trabalhou intensamente com Reale, tornando natural sua candidatura à sucessão do então Reitor e amigo. Assim, em novembro de 1973, nomeado pelo então Governador do Estado de São Paulo, Laudo Natel (1971-1975), ele assumiu a Reitoria da USP, prometendo prosseguir com os planos de trabalho de seu antecessor.

No mandato do professor Marques de Paiva teve início a construção do Hospital Universitário (HU) e de edifícios para institutos, faculdades, laboratórios e administração no campus da capital e nos campi de São Carlos, Pirassununga, Ribeirão Preto e Piracicaba. O Centro de Práticas Esportivas da USP, o CEPEUSP, na Praça Rubião Meira, promessa feita por seu antecessor no dia da Volta da Cidade Universitária, também foi construído. Organizou-se o Projeto Rondon, com a USP assumindo o campus de Marabá, no sul do Pará. A ideia era que os alunos passassem 30 dias na região, sendo o grupo trocado a cada 30 dias, de maneira a manter as atividades do projeto durante os 365 dias do ano, com apoio logístico da Força Aérea Brasileira.

Na área cultural, em 1975 foi fundada a Orquestra Sinfônica da USP (OSUSP). No ano seguinte, o Teatro da USP

(TUSP) ressurgiu oficialmente, em 26 de maio, por meio da Resolução 943, assinada por Marques de Paiva. Vinculado à Coordenadoria de Atividades Culturais da USP, o espaço compunha, ao lado da Orquestra e do Coral, o corpo de produção artística da Universidade. O renomado crítico de teatro e professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Décio de Almeida Prado, assumiu então sua direção. Ainda naquele ano, o TUSP ganhou um novo espaço para espetáculos, o auditório da Biblioteca Municipal Anne Frank, cedido à USP pelo prazo de vinte anos, de 1976 a 1996.

Importante projeto em sua gestão foi também a criação da Fundação Universitária para o Vestibular, a FUVEST. Aprovada em 20 de abril de 1976, pelo Conselho Universitário, com o objetivo de realizar os exames vestibulares para admissão à instituição. Realizado em duas fases, ele



Construção do Centro de Práticas Esportivas da USP



Orlando Marques de Paiva e Miguel Reale

é atualmente o segundo maior vestibular do país, atrás somente do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). As provas do primeiro vestibular da FUVEST aconteceram em janeiro de 1977.

Em outubro de 1975, um ato de repressão comandado pelo Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-CODI, órgão subordinado ao Exército durante a ditadura, abalou a Universidade de São Paulo. O jornalista Vladimir Herzog (1937-1975), diretor da TV Cultura e professor da Universidade foi assassinado nas dependências do DOI-CODI, ocasionando protestos da sociedade civil e de professores e alunos da USP, que fizeram greve por três dias.

Durante sua gestão na Reitoria, foram feitas denúncias por deputados de irregularidades no COSEAS – Coordenação de Serviços e Assistência Social, na operação do refeitório, sobre o atendimento aos alunos, à situação salarial dos professores, à paralisação das obras do Centro Residencial

da USP – CRUSP, entre outras tantas. Para apurar tais denúncias, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo constituiu uma Comissão Especial de Inquérito e, em 1977, o Reitor foi convocado para prestar depoimento. O inquérito terminou em outubro do mesmo ano, com ele negando reconhecer a existência de crise na USP.

Marques de Paiva defendia a instituição do ensino pago nas Universidades estaduais, mesmo afirmando que o pagamento de anuidades aliviaria, mas não resolveria os problemas orçamentários da USP. Ele propôs que fossem instituídas taxas de pagamento variáveis, de acordo com os rendimentos do estudante e sua família. *“Instituir o ensino pago, concedendo bolsas de estudo aos alunos carentes é uma forma de distribuir justiça social”*, afirmou à época. Em agosto de 1977, o deputado Antonio Salim Curiati apresentaria um projeto à Assembleia Legislativa propondo a instituição do ensino pago. Marques de Paiva não acreditava na aprovação do projeto, pois o deputado não tinha o apoio do partido MDB – Movimento



Miguel Reale, Waldyr Muniz Oliva e Orlando Marques de Paiva

Democrático Brasileiro, então maioria naquela casa. Foi o que por fim aconteceu.

Marques de Paiva considerava atribuição e direito seus a escolha dos docentes da Universidade que dirigia. Assim, assumiu a responsabilidade pela retenção e arquivamento dos processos de contratação de vários professores, o que o levou a ser acusado de realizar triagem ideológica na escolha dos docentes da USP.

Durante os últimos meses da sua gestão, em 1977, um projeto de reformulação total dos estatutos da Universidade, que datavam de 1969, foi submetido à apreciação das congregações das unidades e rejeitado em todas elas. Em novembro o Reitor deixou o cargo e foi sucedido por seu Vice-Reitor, Josué Camargo Mendes, do Instituto de Geociências (IGC).

Em 1986, então no cargo de Diretor do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, conhecido como Museu do Ipiranga, Marques de Paiva devolveu, a contragosto, uma machadinha cerimonial Kyiré (machado sagrado), peça única para os índios Kraôns e de grande importância cultural, aos caciques Pedro Penon e Aleixo Parri, da tribo

em Goiás. A peça teria sido levada da aldeia na década de 1940 pelo antropólogo Harald Schultz (1909-1966), da USP. A própria viúva de Schultz alertou os Kraôns sobre a localização da peça, o que os levou à São Paulo em busca da mesma.

O ex-Reitor ocupou outros muitos cargos ao longo de sua carreira, entre eles: Membro do Fundo de Pesquisa Pasteur, secretário da Sociedade Paulista de Medicina Veterinária, vice-presidente do Conselho de Medicina Veterinária, integrante da Academia de Ciências do Estado de São Paulo e presidente do Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro. Ele também publicou mais de uma centena de artigos e recebeu o Prêmio Alfonso Bovero, conferido pelos antigos alunos da FMVZ para o melhor trabalho de Anatomia no Brasil.

Marques de Paiva faleceu em 22 de junho de 1989, um mês antes de completar 74 anos. Como outros Reitores, foi homenageado no campus Butantan com seu nome dado à uma avenida, aquela onde fica a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, onde ele atuou por tantos anos.

Finalização do Edifício da
Engenharia Civil da
Escola Politécnica

GESTÃO

1978–1982



Waldyr Muniz Oliva

Instituto de Matemática e Estatística

Sobre três pilares

Em quatro anos foram muitos os avanços em três áreas: no ensino, em pesquisas e em serviços para a comunidade – entre eles, a implantação do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP e a criação da Creche Universitária



Waldyr e seu cachorro Cambuí

Nascido em Santos (SP) em 1930, Waldyr Muniz Oliva sempre teve grande interesse por números. O relacionamento de mais de 70 anos com a área de Ciências Exatas começou oficialmente com sua entrada no curso de Engenharia na Escola Nacional de Engenharia da antiga Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, hoje pertencente à UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. *“Na época eu vivia com o meu irmão mais velho, e quando ele se mudou para São Paulo fui junto”*, lembra o professor, que então se transferiu para a Escola Politécnica (Poli) da USP, onde concluiu a graduação em Engenharia Civil, em 1952, dando início ali a uma relação duradoura com a USP.

A mudança de estado garantiu bons frutos a Oliva. Ele logo conquistou amizades e contatos profissionais preciosos, entre eles o professor José Carlos de Figueiredo Ferraz. Responsável por incluir o então estudante em um projeto para desenvolver os cálculos da cúpula da Catedral da Sé, no centro da capital paulista. Este projeto arquitetônico é de Maximiliano Emil Hell. *“Era o final do quarto ano e ele disse que gostaria que eu e o Luiz Altenfelder fôssemos estagiar no escritório dele para ajudar com um desafio muito importante. Claro que aceitamos”*, conta o professor. O trabalho que realizaram abriu muitas portas e Oliva foi reconhecido, em 1952, com o Prêmio Instituto de Engenharia, concedido ao melhor aluno do Curso de Concreto Armado da Escola Politécnica. Ele também recebeu um prêmio em dinheiro em concurso promovido pela empresa de mineração Pedreira Morro Grande Ltda. (mais tarde Pedreira Anhanguera S.A.). *“Foi a partir dali que criamos uma firma de cálculos de concreto, eu, o Luiz e mais dois colegas. Fiquei por dez anos atuando na área, com muito prazer”*. Dentre as realizações da firma, atendendo novamente a um pedido do professor Figueiredo Ferraz, está a elaboração do projeto estrutural do edifício da Oca, no Parque do Ibirapuera.



Waldyr recebe a Comenda da Ordem do Rio Branco no Grau de Grande Oficial

Professor Emérito do Instituto de Matemática e Estatística (IME) da USP, título recebido em 1994, Oliva conta que a Matemática sempre esteve em seus planos. *“Desde o ginásio via nos números uma grande diversão, mas naquela época não era tradição fazer curso de Matemática, então optei por Engenharia”*. Ainda assim, quando estava no terceiro ano da Escola Politécnica, ele decidiu estudar Matemática em paralelo na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, mas precisou trancar a matrícula, concluir primeiro o curso de Engenharia e então finalmente voltar à Matemática, por gosto. Formou-se nos dois cursos e em 1962 obteve o título de doutor, seguido pelo de livre-docente em 1965 e pela cátedra de Geometria Analítica em 1967, na Escola Politécnica.

Com a reforma universitária implantada em 1970, Oliva passou a professor titular do IME – Instituto de Matemática e Estatística. Ele foi ainda chefe do Departamento de Astronomia do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da USP, e diretor do Instituto de Matemática e Estatísticas (IME) da USP (1974-1978), antes de ser eleito Reitor da Universidade de São Paulo. *“Entrei na Reitoria aos 48 anos, jovem para os padrões, e ao fim do meu mandato voltei para o IME – Instituto de Matemática e Estatística, onde fiquei até 1993”*, ele conta.

Enquanto ainda Diretor do IME, Oliva afastou-se do cargo durante um ano para fazer um curso na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, focado exatamente na administração de instituições.

Na Reitoria, sua gestão foi marcada por um episódio relacionado ao regime noturno de aulas. Os professores haviam conquistado na justiça o benefício de aumentar seus salários, por conta do adicional da nova condição de tempo integral. Por falta de recursos, no entanto, Oliva não conseguia atender a demanda, mas foi informado por um procurador federal que a USP deveria cumprir a ordem judicial. O Reitor então solicitou imediatamente uma suplementação orçamentária, por meio de ofício



Waldyr à esquerda, na entrega do prêmio Doutor *Honoris Causa* a Mário Soares, Presidente de Portugal

enviado ao então Governador do Estado de São Paulo, José Maria Marin. No documento, ele mencionou os exemplos de Delfim Neto e Alfredo Buzaid, que já eram beneficiados pelo adicional noturno como professores da USP. O dinheiro foi depositado na conta da Universidade em 24 horas e os professores foram pagos.

Questões orçamentárias sempre desafiaram Reitores ao longo da história da USP, no entanto, Oliva enfrentou algumas dificuldades particulares. *“Na época não havia autonomia orçamentária, então precisávamos nos desdobrar para obter recursos para aumentos salariais, trabalhos científicos e melhorias estruturais”*. Mesmo assim, ele conseguiu, como Reitor, avançar significativamente nos pontos propostos por sua gestão.

Avanços no ensino, em pesquisa e dos serviços para a comunidade constituíram-se nos pilares de seu mandato.

Foram criados os cursos de Zootecnia, Ciências Biológicas (Ribeirão Preto) e Geofísica, além de lançadas duas novas habilitações sob responsabilidade da Faculdade de Educação, visando o ensino para pessoas com deficiências visuais e mentais.

Na área de pesquisa, um dos pontos importantes da atuação de Oliva como Reitor foi a reformulação da estrutura administrativa de alguns dos centros de especialidades, garantindo maior eficiência às instituições. Entre eles o antigo Instituto de Biologia Marinha, hoje Centro de Biologia Marinha (CEBIMar), sediado em São Sebastião (SP), o Instituto de Pré-História do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) e o Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA), em Piracicaba (SP), que receberam ainda sedes físicas adequadas para cada frente. Também foi implantada em sua gestão a Unidade de Pesquisa e Ensino do Hospital Universitário (HU).



Waldyr entrega o título de Doutor *Honoris Causa* da USP a Albert Sabin, 1979

Em seu último semestre como Reitor, Oliva encabeçou uma iniciativa que garantiu o aperfeiçoamento da infraestrutura de apoio à pesquisa, com a implantação do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP (SIBiUSP), hoje Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA), e da Comissão Central de Informática (CCI).

Entre os serviços implantados para a comunidade, o professor destaca como principais pontos de atuação a criação de mais de uma centena de leitos no Hospital Universitário (HU) e apoio à ampliação das atividades assistenciais e de pesquisa do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC) da USP, conhecido por Centrinho de Bauru. O espaço oferece atendimento odontológico de ponta gratuito para pessoas de todo o país. Além disso, foi elaborado e inaugurado o primeiro módulo da Creche Universitária no campus Butantan, uma antiga reivindicação de funcionários, estudantes e docentes.

Ainda durante sua gestão, em 1978 foi inaugurada a Rádio USP – que no ano seguinte ganhou o prêmio Disco de Ouro de melhor FM. Em 1979 Albert Sabin, responsável pelo desenvolvimento da vacina oral para a poliomielite, recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* da USP, entregue por Oliva.

Um aspecto interessante da Reitoria, segundo Oliva, era – e ainda é – a representação da USP em vários conselhos institucionais. O professor participou do Conselho do IPEN- Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, da Fundação Padre Anchieta e do Conselho Superior da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, como vice-presidente.

A aposentadoria da USP não foi, de forma alguma, o fim de seu relacionamento com o meio universitário ou com a Matemática. Assim que encerrou seu vínculo com a



Instituto de Matemática e Estatística em obras

Universidade de São Paulo, ele foi contratado como professor catedrático convidado do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, onde exerceu o magistério e atua como pesquisador até o momento.

Além disso, em 1999 Oliva tomou posse como titular na Academia Brasileira de Ciências, da qual era associado desde 1973. No pequeno currículo com dados biográficos solicitado pela Academia, consta que o professor, em suas próprias palavras, é *“um amante da agricultura e pecuária de leite e de corte, e fanático torcedor do Santos Futebol Clube”*.

Oliva atualmente divide seu tempo entre pesquisas matemáticas e o trabalho no campo, nas propriedades que ele e sua família têm no interior de São Paulo e Minas Gerais. Pai de cinco filhos – três deles de seu primeiro casamento,

com Myriam Cabral da Cunha Canto, de quem ficou viúvo, e outros dois do segundo, com Ângela Maria Caleiro Guimarães, com quem se casou em 1966 – Oliva tem doze netos e seis bisnetos.

Entre outros títulos e prêmios que o professor recebeu ao longo da carreira estão o de Professor *Honoris Causa* da Universidad Nacional Federico Villarreal, (Lima, Peru), em 1978, e a Medalha Armando de Salles Oliveira, em 2008.



Waldyr e Angela com 11 dos 12 netos

Hospital Universitário

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

GESTÃO

1982–1986





Antonio Hélio Guerra Vieira

Escola Politécnica

À frente da redemocratização

A reabertura após o fim dos anos de ditadura foi um período de tensão política dentro da USP – a Reitoria tirou os militares do campus e contratou professores até então por eles vetados



Engenheiro, professor e um dos nomes responsáveis pelo desenvolvimento da Ciência da Computação no Brasil, Antonio Hélio Guerra Vieira nasceu no dia 14 de julho de 1930 na cidade de Guaratinguetá, interior de São Paulo. Filho de professores primários, decidiu seguir seus estudos na área das Ciências Exatas. Formou-se engenheiro na Escola Politécnica (Poli) da Universidade de São Paulo em 1953 e foi contratado pela Ford assim que concluiu a graduação. A indústria de automóveis estava em franco crescimento, o que tornou o convite irrecusável à época. Pouco depois, no entanto, Guerra saiu do emprego para fazer doutorado em Ciências na Escola Normal Superior de Paris.

Em seu retorno ao Brasil, aceitou convite da Escola Politécnica para tornar-se professor da Instituição, onde conquistou o título de doutor em Engenharia e de livre-docente, tornando-se mais tarde professor titular e catedrático. Sempre muito atento aos acontecimentos mundiais e às necessidades de inovação, Guerra foi um dos criadores do Departamento de Engenharia Elétrica da Poli e fundou o Laboratório de Sistemas Digitais (LSD) na Escola, da qual foi Diretor de 1980 a 1982. Em 2000, recebeu o título de Professor Emérito na Escola Politécnica.

Em 1968, à frente do Laboratório de Sistemas Digitais, o professor participou de um intento de um grupo de pesquisadores do Departamento de Engenharia Elétrica que procurava aprofundar conhecimentos a respeito dos sistemas de computação que existiam na época, adquirindo inclusive um computador IBM 1620 com o objetivo de estudá-lo. Em 1970, o curso de graduação em Engenharia Elétrica foi dividido em duas frentes: Engenharia Elétrica com ênfase em Telecomunicações e Engenharia Elétrica com ênfase em Sistemas Digitais, sendo esta última a concretização do “Currículo 70”, idealizado pelo professor Guerra. Foi o primeiro passo da Universidade de São Paulo voltado para o ensino de graduação nesta área da Engenharia.

Tais iniciativas possibilitaram o desenvolvimento do hardware e do software do primeiro computador brasileiro, concebido inicialmente como um trabalho de fim de curso e concluído em julho de 1972. Integralmente desenvolvido pela equipe do Laboratório de Sistemas Digitais, o projeto teve como resultado a assinatura de um contrato de milhões de dólares entre a Escola Politécnica e a Marinha do Brasil. *“O Governo queria um computador feito em solo nacional que pudesse substituir os que equipavam fragatas compradas da Inglaterra”*, lembrou o professor, em uma entrevista à Agência Brasil em 2018. O computador tinha menor capacidade de memória do que uma simples máquina de calcular da atualidade, mas serviu como base para o primeiro computador comercial brasileiro, o Sistema 500 (MC 500), lançado pela Cobra em 1975.

O projeto envolveu inúmeros profissionais de diferentes áreas e ganhou o apelido de Patinho Feio, em alusão bem-humorada ao navio veleiro Cisne Branco – embarcação da Marinha que exerce funções diplomáticas e de relações-públicas. *“A Universidade de Campinas também tinha um projeto em andamento para enviar à Marinha do Brasil, que foi batizado de Cisne Branco, então batizamos o nosso como uma piada aos concorrentes”*, contou Guerra à Agência Brasil.

O engenheiro e professor foi um dos criadores, membro do Conselho Curador e presidente da Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), entidade que faz a interface entre a Poli e o setor empresarial, com foco em parcerias para o desenvolvimento de projetos inovadores. Foi presidente do Instituto de Engenharia, da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arseps) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Foi, também, membro do Conselho Tecnológico do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp).

Enquanto Diretor da Escola Politécnica, Guerra criou comissões como as de Graduação e Pós-Graduação, uma



Hélio Guerra, Romeu Landi, Hélio Nogueira da Cruz e Vahan Agopyan nas comemorações dos 110 anos da Poli

grande inovação de sua gestão. Hoje institucionalizadas, estas comissões garantem mais agilidade e participação de alunos e docentes nos diversos níveis da Instituição, ao descentralizar as decisões. Seu trabalho à frente da Escola o levou ao cargo de Reitor da Universidade de São Paulo, escolhido pelo então Governador do Estado de São Paulo e também politécnico Paulo Salim Maluf, posição que assumiu em janeiro de 1982.

Como Reitor, o professor enfrentou dois grandes desafios: a tensão política dentro de uma grande Universidade com o fim do regime militar e suas dificuldades orçamentárias. *“Mesmo assim conseguimos tirar do papel iniciativas que estavam paradas durante as gestões anteriores, como reequipar e modernizar o Hospital Universitário, que passou a operar com 100% da sua capacidade e é atualmente um dos centros mais importantes de atendimento para a população de São Paulo”*, lembrou Guerra anos mais tarde.

Em entrevista publicada pelo jornal “O Estado de S. Paulo” em janeiro de 2014, o professor falou sobre alguns destes desafios políticos que encontrou ao assumir a Reitoria, em 1982. *“Eu digo sempre que Reitor é bom ter sido, porque enquanto a gente é, é sofrido demais. Enfrentei problemas interessantes. Eu tive que administrar aquela ‘caixa*



Miguel Reale, Hélio Guerra e Orlando Marques de Paiva nas comemorações dos 50 anos da USP

de ressonância' no período de redemocratização do país. (...) Deu para administrar tudo e a USP não atrapalhou o processo de abertura. Pelo contrário, acho que ajudou."

Além das disputas ideológicas, Guerra deparou-se com mecanismos de controle internos e documentos confidenciais em um espaço até ali ocupado pela Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), órgão da ditadura que agia dentro da USP para adquirir informações e gerir contratações. Descontente com a estrutura que encontrou ao assumir a Reitoria, dispensou os militares, contratou os professores vetados e queimou documentos deixados na Universidade. *"Os arquivos tinham processos pendentes. Eram cerca de 12 processos de contratação, processos aprovados internamente na USP, então mandei contratar todo mundo. Eram 12 e, na época, eu brinquei: 12 comunistas a mais ou a menos na USP não farão diferença nenhuma"*, declarou na mesma entrevista ao jornal.

A queima dos documentos deu-se por orientação do chefe da Consultoria Jurídica da Universidade na época, Humberto Filgueiras, que descobriu um Decreto que dizia que documentos sem uso que estavam carimbados como secretos deveriam ser destruídos. *"Eu não tive dúvida, mandei queimar. Depois disso eu sofri uma tentativa de enquadramento durante toda a gestão do André Montoro [André Franco*



Sidnei Martini e Hélio Guerra nas comemorações dos 40 anos do PCS – Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da Escola Politécnica

Montoro, Governador do Estado de 1983 a 1987], quando me acusaram do crime de obedecer à Lei. Só quando mudou o Procurador Geral do Estado ele mandou arquivar, porque não encontraram nada, nenhum crime, para me indiciar. O que houve é que eu desmontei a triagem ideológica que era feita no processo de contratação de pessoas na USP, tanto de professores quanto de funcionários. Tenho orgulho disso", concluiu. Até hoje mantém a fotografia como hobby, e vive ao lado de Syllene Castejon, sua esposa há 64 anos. O casal tem cinco filhos e nove netos.



Hélio e Syllene com 4 dos 9 netos

Início das obras do edifício da
Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas, 1985

GESTÃO

1986–1990



José Goldemberg

Instituto de Física

Mais autonomia à Universidade

Conquistas financeiras conferiram maior agilidade e capacidade de planejamento, com menos interferência do governo federal na USP e em seus avanços científicos



O quarto filho e único menino do casal Jacob e Bertha, imigrantes judeus vindos da Rússia, José Goldemberg nasceu na cidade de Santo Ângelo (RS), em 27 de maio de 1928. Aos 5 anos ele ficou órfão de mãe e a família pouco tempo depois seguiu para Porto Alegre. Lá Goldemberg começou seus estudos, até mudar-se para São Paulo, em 1946, onde ingressou no curso de Química da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo, para logo transferir-se para o curso de Física da mesma Faculdade. *“É engraçado, mas mudei de curso porque errei no vestibular. Eu tinha uma grande curiosidade que me motivava e um professor de Química daquela época me gerou um enorme interesse pela área. Somado a isso, 1945 foi a época da explosão das bombas atômicas e esse novo tipo de energia me intrigou demais”,* conta Goldemberg. *“E só percebi que o tema se tratava de um ramo da Física depois de cursar seis meses de Química, então prestei novo vestibular”.* A escolha pela Universidade de São Paulo já indicava sua inclinação para pesquisador. *“Ela era o único lugar no Brasil onde havia pesquisa de maneira significativa, foi uma decisão totalmente lógica.”*

O curso de Física foi apenas a primeira etapa de um longo relacionamento com a Universidade de São Paulo. Lá tornou-se doutor em Ciências Físicas, professor Professor e Diretor do Instituto de Física, Diretor do Instituto de Física e, mais tarde, Reitor. Goldemberg ocupou o cargo entre os anos de 1986 e 1990, em uma gestão marcada por diversas reformas que garantiram a independência da USP e uma maior participação de alunos e funcionários na governança da Universidade.

Físico, professor universitário, pesquisador e gestor público, ao longo de seus mais de 70 anos de carreira Goldemberg tornou-se um dos maiores intelectuais do país, com direito a,

desde 2014, ocupar a cadeira nº 25 da Academia Paulista de Letras (APL). Suas publicações e forte atuação nas frentes de Física Nuclear, Política Energética, Educação, Desenvolvimento científico/tecnológico e Meio Ambiente foram marcantes não apenas dentro da USP. *“Trabalhei em diferentes Universidades ao redor do mundo. Até hoje mantenho contato com cientistas destas instituições, com quem sigo publicando”*, diz o ex-Reitor, que atuou como professor e pesquisador na Universidade de Paris (França), em Princeton (Estados Unidos) e Universidade de Toronto (Canadá), para citar algumas.

Professor Emérito da USP, título que recebeu em 14 de fevereiro de 2017, Goldemberg diz que nunca almejou o cargo de Reitor, mas considera a experiência única. *“É preciso experimentar para saber o que significa estar à frente de uma Universidade como a USP. De tudo que fiz, foi o período mais interessante”*. O professor explica que o trajeto até a Reitoria foi quase um caminho natural, após assumir cargos com características mais administrativas. *“Também havia a questão política, muitos colegas achavam que eu deveria me candidatar por ser uma figura reconhecida e com apelo entre os estudantes. De fato, fiquei em primeiro lugar na consulta feita com professores e estudantes, para então ser nomeado Reitor pelo Governador Franco Montoro”*, lembra Goldemberg.

Para ele, o grande marco de sua gestão foi a defesa da autonomia universitária, já à época garantida pela Constituição. *“Ainda assim, havia muita interferência do governo federal na Universidade. A lista de candidatos ao cargo de Reitor, por exemplo, era composta por seis nomes, o que facilitava inserir candidatos de interesse do então governo militar. Durante o meu mandato, eu questionei este mecanismo junto ao Supremo Tribunal Federal e conseguimos estabelecer uma lista tripla, o que vale até hoje.”*

Goldemberg participou também de outra mudança importantíssima para as Universidades estaduais paulistas. No dia 2 de fevereiro de 1989, o então Governador do Estado de



São Paulo, Orestes Quércia, assinou o Decreto nº 29.598, que estabelecia a autonomia de gestão financeira para USP, Unicamp – Universidade de Campinas e Unesp – Universidade Estadual Paulista, que passariam a ter direito sobre um percentual fixo de 8,4% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP), criado dois anos antes e do qual Goldemberg fazia parte, estipulou a distribuição dos recursos – naquele primeiro momento, a USP recebeu 4,46%, a Unicamp – Universidade de Campinas, 2%, e a Unesp – Universidade Estadual Paulista, 1,94%. *“Com esta mudança, conseguimos um empréstimo que me permitiu reequipar os laboratórios de pesquisa da USP”*, conta. Durante seu período como Reitor, o físico criou também o Instituto de Estudos Avançados (IEA), que teve como meta ampliar o debate científico dentro de uma linha de interdisciplinaridade. Ele ainda colocou em prática uma nova forma de gestão dos recursos da Universidade para a pesquisa, por meio da avaliação do desempenho dos docentes em cada departamento, e iniciou a reativação do Conjunto Residencial da USP (CRUSP), desativado na ditadura militar. Além disso, a quarta fase da construção da Cidade Universitária, marcada por obras de limpeza e recuperação da Torre da

Cidade Universitária e do espelho d'água, na Praça do Relógio, deu-se em sua gestão. Outro feito do mandato de Goldemberg foi a reforma do estatuto da Universidade, aumentando a representatividade de funcionários e alunos. *“Acredito que a governança da Universidade se faz por meio da representação. Garantimos aos estudantes 10% dos assentos no conselho da Universidade e ampliamos a participação de professores com menos tempo de casa. O estatuto atual é basicamente o mesmo de minha gestão.”*

Grande defensor do ensino gratuito nas Universidades públicas, Goldemberg aponta que as instituições paulistas devem servir de modelo para todo o país. *“A USP deve permanecer como Universidade de elite, no sentido de ser residência de grandes pesquisadores e mentes, pois serve como ponto de comparação para todas as demais federais e estaduais. Não à toa, a Universidade de São Paulo está sempre na lista das melhores do mundo.”*

Seu trabalho como físico nuclear e seu papel fundamental para a Ciência e a Educação no Brasil renderam a Goldemberg diferentes cargos públicos, além do de Reitor da maior Universidade do país. No Estado de São Paulo, ele foi Presidente da Companhia Energética de São Paulo (1983-1985), Secretário da Educação (1990), Secretário do Meio Ambiente (2002-2006) e Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a FAPESP (2015-2018). No governo federal, atuou como Secretário de Ciência e Tecnologia (1990-1991), Secretário do Meio Ambiente (1992) e Ministro da Educação (1991-1992).

O início da trajetória na política veio após ele ocupar a presidência da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), em 1979. *“Comecei minha carreira em um período de forte interesse pela energia nuclear, que era exatamente o meu ramo de pesquisa. Aos poucos, fui me tornando uma figura pública até assumir a SBPC”,* ele lembra. *“Foi uma época de grandes movimentações políticas e lutei bravamente pelo direito dos cientistas brasileiros, e então fui nomeado pelo governador Franco Montoro*



como presidente da CESP (Companhia Energética de São Paulo), em 1983.”

O professor destaca como suas principais contribuições em cargos públicos o lançamento do Programa Semear (SEMEntes + Árvores), que envolveu escolas no trabalho de reflorestamento, além da criação de seis unidades de conservação em diferentes biomas: Área de Proteção Ambiental Anhatomirim (SC), Floresta Nacional Ipanema (SP), Reserva Extrativista Ciriaco (MA), Reserva Extrativista Mata Grande (MA), Reserva Extrativista Quilombo Frechal (MA), Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins (TO) e Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé (SC). Em junho de 1992, então ministro, ele esteve à frente da condução da Eco-92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, no Rio de Janeiro.

Goldemberg nunca se afastou de sua atuação como pesquisador. *“É minha vocação, tenho mais de 300 trabalhos publicados e continuo atuando. Minha principal ocupação hoje em dia ainda é contribuir em áreas nas quais minha expertise é importante. O contato entre cientistas*

de diferentes gerações e origens é absolutamente indispensável”, ele explica. “Estou aposentado pela Universidade, mas mantenho várias atividades de caráter intelectual, sou membro da Academia Paulista de Letras, escrevo eventualmente para o jornal O Estado de S. Paulo, acompanho a área de pesquisa e tenho uma rede de colegas que me permite continuar ativo.”

Entre as dezenas de premiações e títulos que recebeu estão a Grã-Cruz da Ordem do Ipiranga, do Governo do Estado de São Paulo (2010); o Trieste Science Prize, da Academia de Ciências do Terceiro Mundo na Índia (2010); o Prêmio Planeta Azul, da fundação japonesa Asahi Glass (2008); o 13 Heroes of the Environment na categoria Leaders and Visionaries, conferido pela revista norte-americana “Time” (2007); o Prêmio Volvo, da Volvo Environment Prize Foundation (2000) e Doutor *Honoris Causa* pelo Technion, o Instituto de Tecnologia de Israel (1991).



Obras do edifício da
Faculdade de Odontologia

GESTÃO

1990–1993



Roberto Leal Lobo e Silva Filho*

Instituto de Física e Química de São Carlos

Convicções fortes para mudar o mundo

Reitor entre os anos de 1990 e 1993, Roberto Leal Lobo e Silva Filho dirigiu a Universidade de São Paulo com um forte senso de justiça e o compromisso de respeitar seus ideais e projetos acima de tudo

* Texto produzido pelo próprio professor.

Botafoguense e fã de praticamente todos os esportes, Roberto Leal Lobo e Silva Filho nasceu em setembro de 1938 na Cidade Maravilhosa. “Morei no Rio de Janeiro até terminar o curso de Engenharia Elétrica com ênfase em Eletrônica, que os próprios alunos conseguiram criar na PUC-RIO (*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*)”. O professor conta que seu plano original, acordado com a Universidade, era fazer doutorado no exterior ao terminar a graduação, “o que me foi negado em razão de uma viagem que fiz à época para conhecer a antiga União Soviética. Entendi a motivação ideológica que me prejudicou, mas certamente não podia concordar com ela”.

Transferiu-se então para a USP São Carlos, onde iniciou sua carreira acadêmica como instrutor de ensino no Departamento de Física da Escola de Engenharia a convite do professor Sérgio Mascarenhas. “Foi pela USP São Carlos que tive a oportunidade, em 1964, por meio de um convênio com a Fulbright Commission, de fazer meu doutorado em Física na Purdue University, em Indiana, nos EUA”. A Universidade concedeu-lhe, em 1991, o título de Doutor *Honoris Causa*.

Roberto Lobo conta que viveu no país em outras ocasiões, devido ao pós-doutorado e como *fellow* da Fundação Solomon R. Guggenheim e no Argonne National Laboratory em Chicago, através do grupo do professor Sergio Rodriguez daquela Universidade. “Foi durante meus primeiros 12 anos entre São Carlos e Chicago que tive minha fase mais produtiva como cientista e professor. Decidi prestar concurso para professor titular em 1977.”

Líder por vocação e físico por paixão, o professor revela que a Física é, até hoje, seu refúgio quando quer pensar ou se desafiar com algo que realmente o faz feliz. “Mesmo tendo uma bem-sucedida carreira acadêmica, e até em razão disso, acabei sendo chamado pelos colegas



Ex-reitores na posse de Roberto Lobo e Silva em 1990

que confiavam em mim para implantar a pós-graduação e posteriormente fui eleito para assumir a direção do Instituto de Física e Química de São Carlos mais de uma vez". Os cargos de gestão que se sucederam foram certamente um obstáculo para a sua produção científica, mas nunca o afastaram por completo de seu compromisso com a ciência. "Depois de passar pela importante experiência de dirigir o CBPF (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas), no Rio de Janeiro, vi que sempre continuei também servindo à ciência, só que de outra forma".

Roberto Lobo acredita que a guinada na carreira se deve às posições firmes que sempre assumiu. "Nunca almejei cargo algum, não só dentro da USP, e por onde passei sempre fui instado a assumir posições ou concorrer a eleições porque defendia projetos. Acho que essa é uma característica da minha vida da qual muito me orgulho. Foi assim quando ainda no CBPF (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas), e depois como Diretor no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), eu pude realizar um dos projetos mais importantes de minha vida: conceber e coordenar a implantação do primeiro Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) do hemisfério sul. Em 2017 o espaço completou 30 anos com mais de 2.700 pesquisadores atuantes, brasileiros e estrangeiros."



Entrega do título de Doutor *Honoris Causa* na Purdue University

Antes de ocupar o cargo máximo da USP, o professor atuou como Vice-Reitor na gestão de José Goldemberg. "Troquei São Carlos pelo grande campus de São Paulo, com tudo o que isso representa. A ciência que envolve a educação superior passou a ser, então, o meu novo e abrangente campo de estudo sistemático, de minhas manifestações em jornais e revistas e produções científicas". Lobo conta que ser Reitor da USP é algo que muda profundamente, e para sempre, a pessoa aos olhos da sociedade. "O Reitor é quem escolhe a marca de seu mandato e é a sociedade que define se assim foi."

Em tempos de hiperinflação e confisco de poupanças, que marcaram o então governo Collor (1990-1992), a gestão de Lobo teve como seu principal desafio recolocar a USP em sua rota de equilíbrio financeiro. "Só assim foi possível desenvolver projetos que responderam ao que eu havia proposto em minha campanha e, também, criar iniciativas que deram frutos e das quais me orgulho, inclusive daquelas poucas que não foram mantidas após minha saída."

O ex-Reitor menciona entre os destaques de seu mandato o início da avaliação interdepartamental, o Disque Tecnologia, o Programa BID/USP (Banco Interamericano de Desenvolvimento), a reabertura e expansão da Estação Ciência

e a abertura do campus para a população com programas como o Bem Brasil, realizado pela TV Cultura, entre outros.

Lobo também pontua um “aumento expressivo e deliberado da participação da USP como geradora de pautas em Educação, Ciência e Tecnologia nos principais jornais do país” como uma das marcas de sua gestão. E destaca que todo o trabalho foi feito com o apoio de uma equipe profundamente envolvida. “Liderei processos e projetos, e as pessoas os levaram para frente”. Ainda assim, afirma que a ação mais importante de seu mandato foi, na verdade “uma conduta permanente de rígido compromisso com o dinheiro público aplicado em prol da qualidade e da legitimidade da USP perante a sociedade.”

Em uma atitude inédita e histórica, Lobo renunciou poucos meses antes do fim de seu mandato. A impossibilidade de dar andamento às propostas e um ambiente político desfavorável foram os motores da decisão. “Sei que até hoje muitos, fora e dentro da USP, não entenderam a razão de minha renúncia, mas eu nunca permaneci em cargo algum quando achei que não podia mais fazer aquilo a que me propunha.”

O professor encaminhou um texto à época para a comunidade USP com o título “Renúncia – Denúncia!”, onde explicava as causas de sua atitude. “Nenhum mandato deveria segurar uma liderança quando retiram dela o poder de fazer aquilo que é responsabilidade de seu cargo. Não compactuei e nunca aceitei fazer qualquer papel indigno de minha pessoa e do cargo que ocupo. Foi a minha renúncia que em grande parte devolveu à USP mais civilidade ao processo eleitoral para o novo Reitor. Não me arrependo, apesar de ser muitas vezes, e por muitos, incompreendido. Não me pareceu uma opção, mas um dever”, conclui.

A aposentadoria da USP levou Lobo a trilhar projetos pessoais, sempre com foco em Educação e Ciência. “Assumi consultorias internacionais e me deparei com outro enorme desafio: encabeçar um projeto de qualidade na transforma-



Entrega do Prêmio Educador do Ano e esposa Maria Beatriz Lobo, 1998



Roberto Lobo e Miró



Roberto com seus quatro filhos, Roberto Neto, Carlos Eduardo, Thiago e Ricardo, 2005

ção de uma Instituição na melhor Universidade particular do Brasil. Em 1996 assumi a Reitoria da Universidade de Mogi das Cruzes e durante três anos empreendemos uma verdadeira revolução". O professor conta que o movimento havia sido iniciado pela então Vice-Reitora anos antes, com quem viria a se casar em segundas núpcias, em 1997.

A experiência rendeu um enorme aprendizado e pode ser conhecida a fundo no livro denominado "Desafios e Escolhas de uma Liderança – A vida profissional do ex-Reitor da USP e da UMC – Universidade de Mogi das Cruzes". Produzida em parceria com sua esposa Maria Beatriz Lobo, a publicação aborda ainda a experiência do casal como consultores e pesquisadores em Educação Superior, Ciência e Tecnologia à frente da Lobo & Associados Consultoria e do Instituto Lobo. "Foram mais de 120 instituições clientes em 24 estados brasileiros, além de algumas no exterior. Capacitamos mais de 20 mil gestores em cursos e seminários. Realizamos e publicamos dezenas de pesquisas em todas as áreas da Universidade. Uma quantidade incontável de projetos e amigos feitos ao longo de 15 anos."

O trabalho foi brevemente interrompido por uma temporada de cinco anos nos Estados Unidos. "Quando mudamos para a região de Boston, um dos maiores clusters acadêmicos e de inovação do planeta, tivemos uma experiência como casal muito interessante e uma convivência profes-

sional com importantes Universidades entre as melhores do mundo que muito enriqueceu nosso portfólio de internacionalização". Atualmente, o casal segue à frente da Consultoria e do Instituto Lobo. Além disso, Roberto Lobo permanece vinculado à USP como professor sênior do Instituto de Estudos Avançados. "Continuo produzindo livros e artigos, além de manter um espaço opinativo em meu blog no estadão.com."

De todos os ideais que cultivava, Lobo destaca como o maior valor de sua vida o amor. "Quando me vi em risco recentemente por questões de saúde pude reafirmar que nada é mais importante do que o amor que tenho por minha esposa, amor que surpreende as pessoas por sua intensidade e transparência, que transcende qualquer coisa", revela.

O professor confessa que sempre foi apegado aos filhos Roberto Neto, Ricardo e Carlos Eduardo de seu primeiro casamento, e Thiago, filho do primeiro casamento de Beatriz, a quem considera como um filho. "A preocupação e o carinho de meus filhos também me ajudaram muito nos momentos difíceis por que passei, além de meus netos Eduardo, Luísa, José Roberto, Bernardo e Laura". Foi o relacionamento próximo com a família que fez com que o casal voltasse para o Brasil. "Pretendo encurtar as distâncias físicas entre nós. É justamente estar próximo a eles que sinto mais falta", afirma.

Obras do edifício do
Instituto de Ciências
Biomédicas

GESTÃO

1993–1993



Ruy Laurenti*

Faculdade de Saúde Pública

Breve passagem

Primeiro Pró-Reitor de Cultura e Extensão da USP, o professor foi na sequência Vice-Reitor e Reitor em exercício, assumiu a Reitoria por três meses, após renúncia de Roberto Leal Lobo e Silva Filho

*Vice-Reitor que substituiu temporariamente o Reitor



Ruy Laurenti nasceu em Rio Claro (SP) em 15 de agosto de 1931, caçula dos sete filhos. Foram seus pais, Rosa Campilongo Laurenti e Ernesto Laurenti. Ele, italiano, era operário qualificado da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e fez todos os filhos estudarem. Ruy frequentou o grupo escolar e o ginásio que funcionavam na região. Saiu entendendo muito bem o francês e as declinações em latim, e depois fez o curso científico, ainda sem saber exatamente qual carreira queria seguir.

Apesar de aprovado no vestibular para Medicina em 1951, Laurenti não conseguiu entrar para a Faculdade naquele ano: ficou como excedente. O número de candidatos era muito grande, o que fez com que seu ingresso no curso ficasse para o ano seguinte. Era 1952 quando ele entrou para a Faculdade de Medicina (FM) da Universidade de São Paulo, e a partir daí nunca mais deixou a USP.

Laurenti formou-se na turma de 1957 e começou a residência e a atuar como voluntário no Serviço de Cardiologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Contratado como instrutor-assistente de Cardiologia, ele lecionava para o 3º ano de Medicina pela manhã e, à tarde, trabalhava no Serviço de Saúde Escolar. O pouco tempo que lhe sobrava era investido em seu consultório particular.

Em 1962, o professor foi indicado pela Faculdade de Medicina da USP, como clínico, para participar de um grande estudo epidemiológico internacional da Organização Mundial da Saúde (OMS), sobre padrão específico da mortalidade de adultos. A partir daí surgiu seu interesse por estudos epidemiológicos e seu envolvimento com a Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP. Em 1969, Laurenti obteve o título de doutor na área de Cardiologia com a tese “Estudo dos



Ruy Laurenti, Adolpho Melfi e Nina Ranieri em primeiro plano no Conselho Universitário

Dermatoglifos em Portadores de Cardiopatias Congênitas”. Seu trabalho recebeu a Medalha de Ouro Ovídio Pires de Campos, outorgada à melhor tese defendida no Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da USP naquele ano.

Em 1971 ele transferiu-se para a Faculdade de Saúde Pública da USP em tempo integral, no Departamento de Epidemiologia, deixando de atuar como médico. Foi Chefe deste Departamento, Vice-Diretor e, em 1985, Diretor da Faculdade. Por concurso fez sua carreira acadêmica nesta unidade de ensino, tornando-se professor livre-docente em 1973, adjunto em 1976 e titular em 1979.

Laurenti dedicou-se à saúde da população. Coordenava um grupo que ele mesmo criou, em 1975, o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, adotando as normas e procedimentos internacionais da OMS – entidade que, em 1976, reconheceu o grupo como referência. Criou-se na USP, assim, um Centro Colaborador da OMS, mais tarde chamado de Centro Colaborador da OMS para a Família de Classificações, sob a direção do professor Laurenti, para a classificação de doenças no idioma português. Foi assinado um

convênio entre a USP, a OMS e o Ministério da Saúde com o Centro.

Em 1989, indicado pelo então Reitor, José Goldemberg, Laurenti assumiu a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão pelo período de um ano (1989-1990) – ele foi o primeiro Pró-Reitor de Cultura e Extensão e considerava sua implantação uma das coisas boas que fez na carreira.

Na gestão, do Reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho (1990-1993), o professor ocupou o cargo de Vice-Reitor. Além de aprender muito com processos, ele formou um grupo para dar assessoria na área da saúde na Universidade, o início do Sistema de Saúde da USP (SISUSP), pelo Serviço de Saúde e Medicina do Trabalho (SESMET). O SISUSP começou a funcionar no edifício da Reitoria com grande colaboração do superintendente do Hospital Universitário, Professor Erasmo Tolosa.

Outro grupo formado por Laurenti estudou a criação e estruturação da Faculdade de Zootecnia e de Engenharia de Alimentos (FZEA) da USP, em Pirassununga, oficializada pela Resolução USP nº 3.946 de 3 de julho de 1992. Ele também participou da criação da Faculdade de Economia,

Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP) como uma extensão da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP naquele momento.

Sobre as fundações dentro da Universidade, Laurenti declarava-se sempre favorável. Em 1992, foi instituída a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, a FUSP. *“Como eu trabalho com vários convênios, entrego a administração para ela e o que preciso me comunico com ela (...) Se não fosse a FUSP, eu não conseguiria fazer pesquisas, ou melhor, teria mais dificuldade para gerir os convênios”,* ele disse, certa vez.

Com a renúncia do Reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho, em agosto de 1993, o professor Laurenti reuniu o Conselho Universitário e recebeu apoio de todos os membros, que assinaram uma manifestação favorável à sua permanência como Reitor em exercício até o fim do mandato, em novembro de 1993. Ele teve apoio também do então Governador do Estado de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho (1991-1995), o que o deixou confortável para seguir até o fim do mandato, quando entregou ao Governador a lista tríplice com os nomes dos mais votados para a Reitoria.

Perguntado sobre quem indicaria, Laurenti respondeu: *“Eu indicaria aquele que o Conselho Universitário (CO) indicou. É uma lista tríplice e o CO manifestou o seu desejo pelo primeiro da lista”.* E assim se fez: o professor Flávio Fava de Moraes assumiu a Reitoria da USP em 26 de novembro de 1993.

Laurenti foi, anos mais tarde, em 2001, o primeiro Ouvidor Geral da USP, indicado pelo Reitor Jacques Marcovitch (1997-2001). *“A Ouvidoria Geral da Universidade de São Paulo é uma instância informal, neutra e independente, à qual membros da comunidade uspiana e cidadãos em geral que não se considerarem atendidos de forma satisfatória pelos canais usuais podem recorrer para fazer sugestões, reclamações e denúncias relativas às atividades e funções da Universidade”,* dizia o termo de criação da



Ouvidoria, promulgada pela Lei 10.294 de 20 de abril de 1999, durante governo Mário Covas (1995-2001). A Lei instituiu ouvidorias em todos os órgãos públicos do Estado.

Naquele mesmo ano de 2001 saiu a aposentadoria compulsória do professor, mas nem assim ele parou. A pedido da diretoria da Faculdade de Saúde Pública da USP, continuou dirigindo o Centro Colaborador da OMS para a Família de Classificações, pesquisando e publicando.

De reconhecida competência na USP, e em âmbito nacional e internacional, Laurenti ganhou, também em 2001, em Washington, o Abraão Horowitz Award, prêmio concedido pela Associação Pan-Americana de Educação em Saúde, com unanimidade de votos entre candidatos de dezoito governos. No ano seguinte ele recebeu Menção Honrosa do Ministério da Saúde e o título de Professor Emérito da USP, por solicitação unânime dos membros da Congregação da Faculdade de Saúde Pública. Além disso, atuou no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), de forma tão relevante que obteve, em 2015, o título de Pesquisador Emérito da Instituição. Publicou quase duas centenas de artigos e livros sobre Epidemiologia, Saúde Materna e Estatísticas da Saúde.

Laurenti foi ainda representante da USP no Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a FAPESP, de 1993 a 2000, e membro titular da Academia de Medicina de São Paulo desde 1999.

Sobre o ex-Reitor, escreveu o também professor da Faculdade de Saúde Pública Alexandre Chiavegatto Filho, no *Journal da USP*: "(...) já aposentado, ele trabalhava literalmente no porão da Faculdade de Saúde Pública. Ele também tinha tempo para todo mundo, o que não condiz com a nossa imagem de pessoa importante. A diferença é que ele tinha tempo para todo mundo porque ele gostava de gente. O professor Ruy não procurava essas grandes homenagens

que recebeu ao longo da vida, muito pelo contrário. Se você precisasse conversar, ele dispensava as formalidades e abria o seu sorriso fácil e convidativo, mesmo se você fosse um aluno de Iniciação Científica folgado. Lembrar a memória do professor Ruy é cultivar um ideal de carreira acadêmica orientada pela humildade e generosidade. É, acima de tudo, entender que por maior que sejam as suas conquistas acadêmicas, no fim o que fica na memória dos seus amigos é o tamanho da pessoa que você era."

O professor Laurenti faleceu em 12 de junho de 2015, aos 83 anos, deixando a esposa, Rose Marie, e dois filhos, Renato e Ruy.



Governador Luis Antonio Fleury Filho dá posse da Reitoria da USP a Flávio Fava de Moraes. Ruy Laurenti a esquerda com paletó claro

Praça do Relógio em 1992
antes da reforma

GESTÃO

1993–1997



Flávio Fava de Moraes

Instituto de Ciências Biomédicas

Ouvir antes de agir

Doutor em Ciência, Fava apostou na escuta ativa para abrir diálogos e intermediar diferentes opiniões e interesses dentro da Universidade



Nascido em Lins, interior de São Paulo, em 23 maio de 1938, Flávio Fava de Moraes ingressou na Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo por influência de um tio, que fizera o curso e tornara-se um cirurgião-dentista renomado em São Paulo. No entanto, o Professor Emérito do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) da Universidade de São Paulo passou longe da carreira clínica e resolveu aprofundar-se na ciência microscópica. *“Pensei até em mudar para Biologia, mas acabei virando monitor no laboratório de Histologia e Embriologia e por lá fiquei”*, ele conta.

Com o fim da graduação, em 1960, Fava passou a atuar como assistente na Faculdade de Odontologia e, após a reforma universitária que transferiu a disciplina de Histologia e Embriologia para o Instituto de Ciências e Biomédicas da USP, tornou-se professor titular do Instituto. Naquela mesma época, atuou como professor visitante na University of Michigan (Estados Unidos), onde aprofundou seus conhecimentos e habilidades tanto profissionais quanto pessoais. *“Tive a sorte de ter o professor Burt Lowel Baker como mentor. Foi uma vivência muito marcante em todos os aspectos, um belo aprendizado de comportamento humano. Com ele aprendi a ser mais tolerante, mais dialogável, a construir caminhos para me aproximar e ouvir as pessoas”*. O professor avalia que este é um grande diferencial para quem ocupa funções executivas: *“São cargos que englobam problemas dos mais complexos e exigem uma escuta ativa.”*

Ao longo de seus 60 anos de carreira, Fava sempre cultivou sua filosofia de valorização humana à frente do Instituto de Ciências Biomédicas, que dirigiu de 1982 a 1986, e, mais tarde, como Reitor da USP. Foi durante sua atuação como Diretor do Instituto que ele recebeu o convite para assumir a diretoria científica da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de

São Paulo), onde ficou de 1985 a 1993. *“Foram mais de seis anos à frente da Instituição e trabalhamos arduamente para ampliar o orçamento e adotar um modelo de financiamento de projetos temáticos, que envolvem pessoas de múltiplas áreas e de forma muito mais abrangente”,* ele conta. Tais mudanças facilitaram o intercâmbio internacional de informações e pessoas, algo que o professor considera atualmente comprometido. *“Há hoje uma certa descrença no caminho da Ciência e da Tecnologia por parte da população, e isso se reflete no governo, que vem cortando investimentos e repasses para os centros de pesquisa”,* lamenta.

As habilidades interpessoais de Fava foram colocadas à prova durante seu mandato como Reitor. *“Na época havia um movimento sindical muito ativo fora e dentro da Universidade, com um sistema reivindicatório bastante integrado, e foi necessário criar um ambiente de cooperação para que a Instituição não sofresse com movimentos de natureza puramente política”,* lembra.

Uma das iniciativas que o então Reitor conseguiu tirar do papel, com grande esforço, foi organizar a frequência do campus pela sociedade. O professor revela que havia um movimento contrário, que alegava que qualquer controle seria o mesmo que fechar o campus para a população, mas outra parte considerava necessário determinar um uso responsável do espaço. *“Foi preciso ter um sentido de liderança para agregar o público em geral, a fim de que os interesses da Universidade prevalecessem, e não os individuais”,* ele explica.

A recuperação dos espaços da USP e o incremento dos campi em todo o Estado de São Paulo foram uma grande preocupação de Fava. *“Tenho muito orgulho da recuperação que fizemos na chamada Praça do Relógio”,* revela. Graças a uma parceria público-privada, foi possível criar um projeto que envolveu diferentes unidades da USP para resgatar o espaço. Tal projeto ganhou o Prêmio Nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil e foi coordenado por uma



equipe da FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). *“Até hoje, quando passo por lá, me dá orgulho ver como ficou e como isso valorizou a vivência universitária”.*

O professor também destaca de sua gestão na Reitoria, a modernização do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP (SIBiUSP) e o desenvolvimento da Editora da Universidade de São Paulo (Edusp).

Fora da Universidade, Fava também atuou, de 1998 a 1999, como Secretário da Ciência e Tecnologia de São Paulo e, de 1999 a 2001, como assessor especial do Governador do Estado de São Paulo Mário Covas. *“Nunca tive filiação a partido algum, o que me permitiu fazer um trabalho na estrutura organizacional, que é o que eu realmente gosto de fazer”,* ele explica.

Outra atuação importante de Fava foi como vice-presidente da União Internacional de Universidades (junto à Unesco)



Equipe de basquete do Arqui. Primeiro jogador à esquerda abaixo, 1955

entre 1995 e 2000, período no qual a USP teve grande crescimento de sua inserção internacional.

Fazer parte da história da Universidade de São Paulo sempre foi um enorme motivo de orgulho para o ex-Reitor. *“Três de meus tios já tinham vínculo com a Universidade quando chegou a minha hora de escolher uma Faculdade. Pode-se dizer que tenho a USP no sangue”,* conta Fava, para quem o primeiro momento marcante de sua trajetória foi, definitivamente, passar no vestibular da USP. *“Eu ouvia muito falar da Universidade nos encontros da família, então foi especial ver a lista e descobrir que eu tinha sido aprovado. Tenho certeza de que é um efeito marcante para cada aluno que entra, até hoje.”*

Houve muitos outros momentos marcantes depois disso. Entre eles, participar do corpo docente da Histologia e o dia de seu doutoramento. *“Acho que a coisa que mais me deu satisfação foi a oportunidade de cruzar, na Universidade, a trajetória de aluno a Reitor. Lidar com pessoas me motiva muito e graças a isso obtive o meu sucesso. Tenho certeza de que o mais invejável da USP é o seu capital humano”,* finaliza.

Como mensagem para os futuros Reitores, o professor reafirma a importância deste foco em pessoas. *“Ser Reitor não é um emprego, algo estritamente eleitoral, é preciso ter conteúdo e agregar os interesses da Universidade. Ouvir as pessoas, principalmente as que estão nas linhas*



Laboratório de Histologia no Instituto de Ciências Biomédicas, 1973



Fernando Henrique Cardoso e Flávio Fava de Moraes, 1994

de frente. É ali que a atenção deve se concentrar para corrigir deficiências de estrutura de participação, é ali que as coisas realmente acontecem”.

Aos 82 anos, Fava segue na ativa como Diretor geral da Fundação Faculdade de Medicina (FFM). A Fundação Faculdade de Medicina, que existe há 35 anos, faz toda a gestão do SUS – Sistema Único de Saúde para execução de projetos dentro dos centros de atendimento da Faculdade e Fava assumiu o cargo com a missão de facilitar parcerias público-privadas. *“Há uma luta interna muito ideológica entre aceitar ou não recurso privado. O que precisa prevalecer é o interesse público, mas minha experiência diz que a fonte da renda não precisa necessariamente atrapalhar isso. As pesquisas clínicas, por*

exemplo, são majoritariamente feitas com renda mista e percebemos que o público se beneficia muito disso. É preciso fazer um balanço para ter benefício real para o paciente, para o público”, avalia o professor, que nas horas vagas se dedica a seu hobby favorito, a leitura. *“Tenho uma preferência especial por livros da área de Ciências Humanas e Sociais”.*

Prestes a completar 60 anos de casamento com a artista plástica Enice Sala, Fava avalia que sua família sofreu um enorme impacto por conta de sua carreira acadêmica, mas que o apoio deles foi sempre fundamental para que o profissional tivesse equilíbrio e ele fosse capaz de atingir seus objetivos. Pai de Ana Paula, psicóloga, e Marcelo, cirurgião-dentista, Fava tem dois netos, Giovanna e Enzo.



Jacques Marcovitch, Miguel Reale, Hélio Guerra e Flávio Fava

Entre as dezenas de prêmios e títulos que Fava recebeu ao longo de sua carreira estão: Distinção da Société Française D’Histochemice (França, 1974); Grande Oficial da Ordem do Infante Dom Henrique da Presidência da República de Portugal (Portugal, 1997); Doutor *Honoris Causa*, Soka University (Japão, 1997); Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico, Presidência da República (Brasil, 1998); Membro da Academia de Ciências de São Paulo (2000) e Titular na Cadeira n  1, Academia Paulista de Educação (2002).

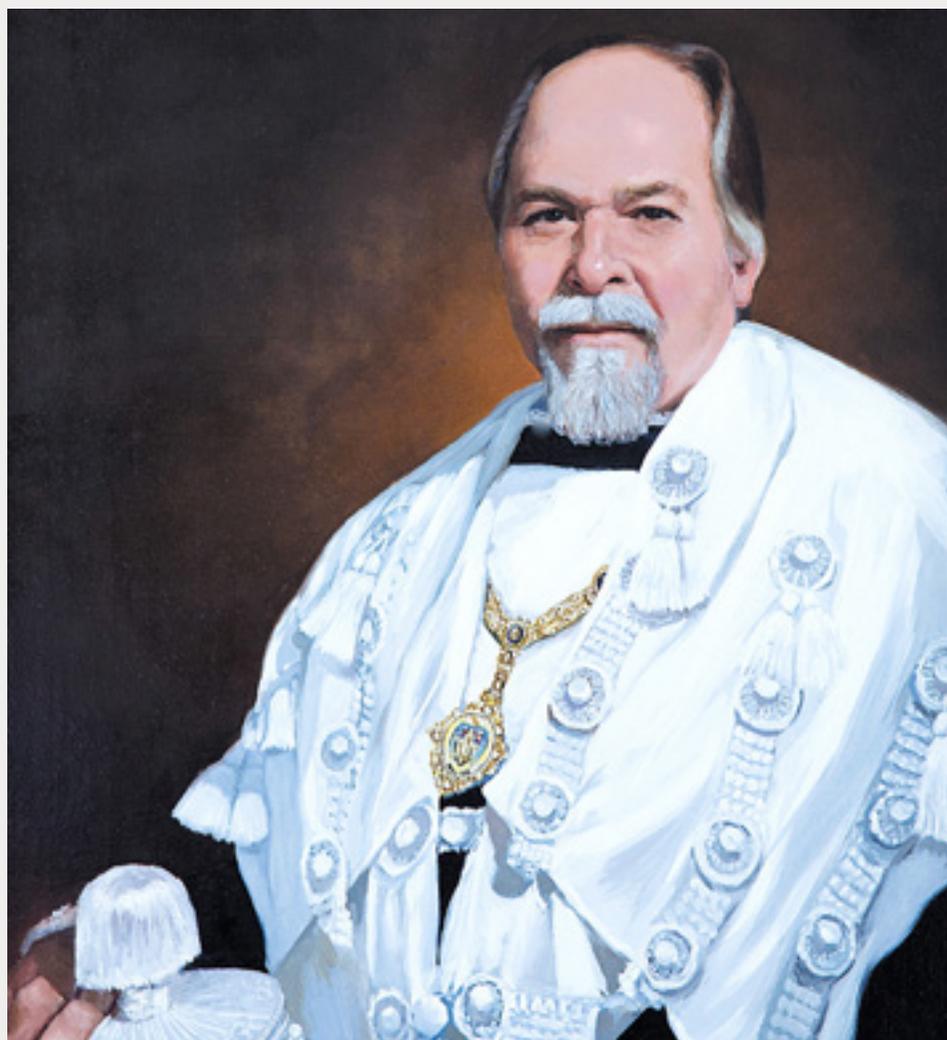


Flávio Fava em família

Centro de Pesquisas em
Genoma Humano e
Células-Tronco

GESTÃO

1997–2001



Jacques Marcovitch

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Contas ajustadas

O economista e Professor Emérito da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade equilibrou finanças salariais e aumentou o quadro de docentes e o número de cursos na Universidade



Nascido na cidade de Alexandria, no Egito, em 12 de fevereiro de 1947, Jacques Marcovitch chegou ao Brasil pelo porto de Santos em 1961. Aos 15 anos, viu-se obrigado a abandonar suas raízes e emigrar acompanhando os pais, forçados a deixar o país de origem por motivos políticos e religiosos. *“Para mim isto significou o desenraizamento do conhecido para seguir ao encontro do novo. Uma passagem que afirma a identidade, forja a sensibilidade a outras culturas e desenvolve a capacidade de autoaprendizagem”*, diz, o desde 2016 Professor Emérito da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo, onde obteve também seu doutorado, em 1973. Este intercâmbio forçado, ainda na adolescência, trouxe diversos aprendizados que influenciaram a carreira e a vida de Marcovitch no Brasil.

Sua rica biografia – combinada à sua trajetória no ensino – está repleta de momentos marcantes que mostram o quanto o professor sempre foi, como Reitor e nas demais posições que ocupou, comprometido com a realização de ações que impactassem positivamente os públicos interno e externo da Universidade. *“É possível encontrar esta disposição já no meu passado estudantil. Com talentosos e dedicados colegas, fomos eleitos para dirigir o Centro Acadêmico Visconde de Cairu, quando eu estudava na FEA. A responsabilidade de presidente exigiu liderança e alguma capacidade para a agregação de pessoas em torno de um projeto. Posteriormente, já professor, o aconselhamento de colegas dispostos a colaborar fez-me concorrer à eleição para dirigir a Faculdade. E vieram, em seguida, convites dos Reitores José Goldemberg para dirigir o Instituto de Estudos Avançados (IEA) e de Flávio Fava de Moraes para assumir a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária”*, conta o professor, mostrando que a posição de Reitor foi um caminho percorrido, e não algo isolado do restante de sua carreira.

O ex-Reitor revela que foi a sua trajetória acadêmica, e não filiações partidárias, que o levou a exercer cargos fora da Universidade, entre eles a presidência das Empresas de Energia do Estado de São Paulo (CESP/CPFL/Eletropaulo/Comgás), no governo de André Franco Montoro (1983-1987), e a Secretaria de Economia e Planejamento, no governo de Geraldo Alckmin (2001-2006). *“Mais tarde, tornei-me Conselheiro do World Economic Forum (WEF), quando organizei o livro ‘Economic Growth and Income Distribution in Brazil – Priorities for Change’, lançado pela Edusp em 2007. O conteúdo da obra foi uma agenda para o Brasil e para o subcontinente, construída com a participação de empresários na reunião latino-americana do WEF realizada em São Paulo”,* ele diz.

Marcovitch possui mestrado pela Owen Graduate School of Management Vanderbilt University, nos Estados Unidos, é autor da trilogia *“Pioneiros & Empreendedores – A Saga do Desenvolvimento no Brasil”*, professor sênior do Instituto de Relações Internacionais da USP, membro do Conselho Deliberativo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e do Conselho Superior do Graduate Institute of International and Development Studies (IHEID), em Genebra (Suíça).

Em seu mandato como gestor da USP, a Reitoria passou a construir um relacionamento em novas bases com o IPESP (Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo), a fim de renegociar recolhimentos insustentáveis para a USP. Iniciou-se ali a formação de uma reserva destinada à cobertura das aposentadorias na Universidade, o que permitiu assegurar significativa recomposição salarial aos professores e servidores técnico-administrativos. *“A USP migrou de um desequilíbrio paralisante para uma situação de equilíbrio dinâmico. Todos os precatórios foram quitados”,* explica o professor, em cujo mandato o quadro docente evoluiu de 4.700 para cerca de 5.000 profissionais. Além disso, foram criadas 614 novas vagas em seis novos cursos. *“A gestão deixou planejados, e quase em fase de implantação, mais outros cinco cursos. As verbas de ensino, pesquisa, cultura e extensão foram mantidas e priorizou-se a atualização dos*



Adolpho Melfi, Myriam Krasilchik, Flávio Fava de Moraes e Jacques Marcovitch

acervos bibliográficos e, principalmente, dos equipamentos na área de tecnologia da informação”.

Com o objetivo de incluir a população carente na agenda prática da USP, Marcovitch estruturou também o Projeto Avizinhar. A iniciativa teve, segundo o professor, a função de restaurar a convivência entre as comunidades acadêmica e de baixa renda no entorno da Instituição, mediante um conjunto articulado de iniciativas assistenciais. *“Embora não coubesse à USP resolver as múltiplas causas que levam à exclusão social, incidentes no campus evidenciavam a necessidade de estabelecer rapidamente este espaço de integração com a comunidade São Remo, localizada nas proximidades do campus Butantan. Este projeto destacou-se entre os mais bem-sucedidos do meu mandato.”*

Outra ação marcante de seu mandato foi em relação aos trotes. O comportamento muitas vezes agressivo de veteranos, na recepção aos calouros, já havia ganhado notoriedade e as páginas de noticiários em diversos momentos.

A questão ficou ainda mais grave quando o aluno Edison Tsung-Chi Hsueh foi encontrado morto na piscina da Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz, pertencente à Faculdade de Medicina da USP, em fevereiro de 1999. *“A proibição do trote, e não apenas o trabalho de convencimento e persuasão, tornou-se uma prioridade urgente da Reitoria”*, explica Marcovitch. Segundo o professor, foi necessária uma ação rápida e decisiva por parte de sua gestão, que estabeleceu uma campanha pela adoção de um Programa de Recepção aos Calouros que substituiu o trote por atividades em favor da cidadania. *“O Conselho Universitário aprovou moção encaminhada pela Reitoria, solicitando a proibição do trote e a portaria (Portaria GR nº 3154, de 27 de abril de 1999) foi imediatamente assinada”*. Ainda assim, foi necessário um trabalho árduo para mudar uma cultura de mais de seis décadas no meio universitário, por valores mais coerentes com a sociedade atual.

Casado, pai de dois filhos e avô de quatro netos, mesmo duas décadas após ter deixado a Reitoria, Marcovitch segue envolvido com a vida acadêmica, dando aulas na FEA e no IRI- Instituto de Relações Internacionais, além de liderar projetos apoiados pela FAPESP. *“Eu mantenho duas linhas de pesquisa, uma focada em empreendedorismo e na memória empresarial e a segunda em temas ambientais com foco na Amazônia”*, conta o professor. *“Em 2018, incorporei a estas atividades a coordenação do Projeto Métricas, por solicitação do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp). A iniciativa tem como objetivos avaliar o desempenho das Universidades estaduais paulistas e ao mesmo tempo estabelecer comparações com outras Universidades internacionais”*.

No pouco tempo que lhe resta livre, ele investe em três hábitos para cuidar do corpo e da mente: *“Leitura para refletir, caminhadas para meditar e música clássica para pensar.”*

Marcovitch tem extensa produção de trabalhos científicos, publicações em periódicos internacionais, jornais de grande circulação, livros e colaborações em capítulos de livros de

terceiros. Entre os títulos e premiações que recebeu, estão: Doutor *Honoris Causa*, Universidade Lyon 2, França (1989); Prêmio Hopes for the future for a Sustainable World, da International Academy of Science, Munique, Alemanha (1996); Officier des Palmes académiques e Officier de l’Ordre National du Mérite, França (1999) e Grã-Cruz, Ordem de Rio Branco (2001).



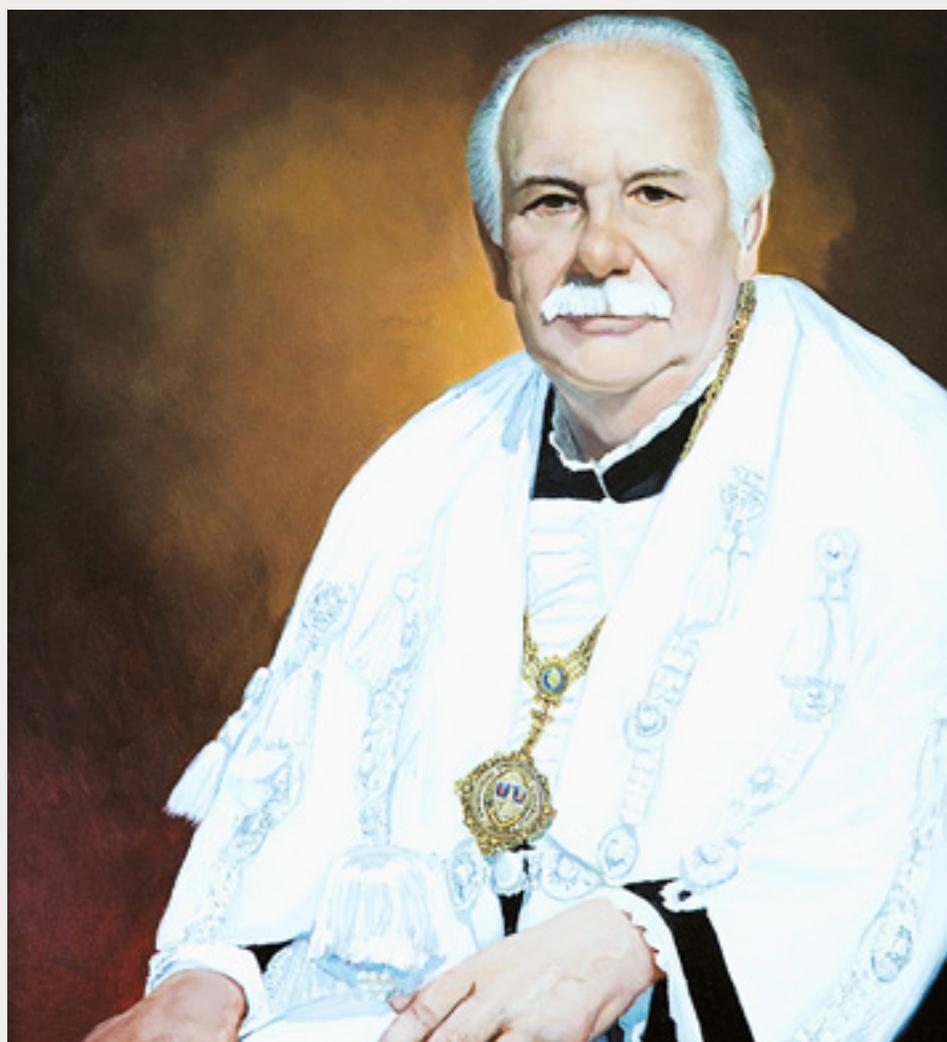


Ministro de Ciência e Tecnologia Ronaldo Mota Sardenberg, do governo Fernando Henrique Cardoso, Reitor Jacques Marcovitch e Mayana Zatz na Inauguração das Instalações do Projeto Genoma, 2000

Instalações do Tanque de
Provas Numérico da
Escola Politécnica

GESTÃO

2001–2005

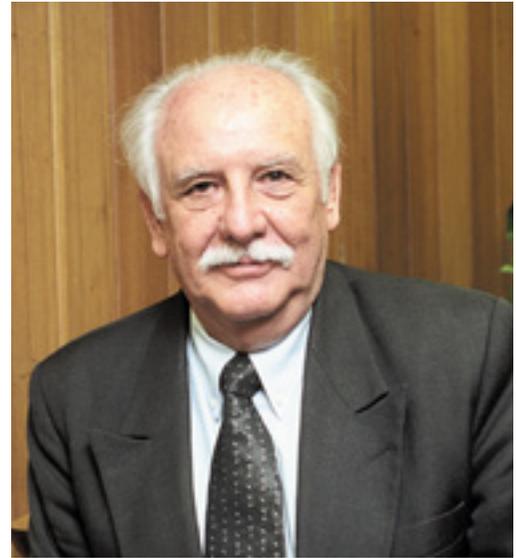


Adolpho José Melfi

Instituto de Geociências

Universidade em expansão

Crescer com qualidade, este foi o desafio aceito por Adolpho José Melfi ao assumir o maior centro de ensino superior do país entre os anos de 2001 e 2005



O relacionamento de Adolpho José Melfi com a Universidade de São Paulo (USP) começa em 1957, como aluno do recém-criado curso de Geologia. *“Minha vocação surgiu quando cursava o ensino médio e, inspirado por um professor de Geografia que falava muito de temas relacionados à Geologia e à Geografia Física, prestei vestibular na Escola Politécnica, pois pensava em seguir o curso de Engenharia de Minas e Metalurgia”.* O professor conta que o sonho foi brevemente interrompido quando não foi aprovado no vestibular de Engenharia. *“Foi quando eu soube da criação do primeiro curso de Geologia no Brasil, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) da USP. Um colega contou que estavam abrindo um segundo vestibular para o preenchimento de algumas poucas vagas não preenchidas. Participei, fui aprovado e até hoje me sinto completamente realizado com a carreira que escolhi.”*

Nascido na capital paulista, em março de 1937, Melfi tem um enorme orgulho por ser da primeira turma de geólogos formados no país (1960), e se considera privilegiado por fazer parte da história da USP. Em 1967, concluído seu doutorado, viajou para a França, para um estágio de pesquisa no Centre National de Recherche Agronomique (CNRA). O professor conta que, somando as duas ocasiões, ficou no país por dois anos trabalhando ao lado de George Pèdro, considerado por ele o grande mestre do estudo do Intemperismo e da formação dos Solos.

De volta ao Brasil, dedicou-se à livre-docência e ao ensino na USP. *“Sempre gostei de ser professor, tendo ministrado diferentes disciplinas no campo das Geociências. Estas atividades de ensino e pesquisa me afastavam das áreas administrativas, de modo que nunca pensei em assumir cargos de direção, nem nas instituições pelas quais passei e muito menos ligados aos órgãos centrais da USP”*, confessa. Ainda assim, foi escolhido para atuar como Chefe do Departamento



Suely Vilela, Superintendente do Hospital Universitário Paulo Andrade Lotufo, Adolpho José Melfi e o Diretor da Faculdade de Medicina Giovanni Cerri

de Geofísica e Diretor do IAG (Instituto Astronômico e Geofísico), chegando mais tarde às funções de Pró-Reitor de pós-graduação (1993-1998), Vice-Reitor (1998-2001) e Reitor. *“Mesmo durante a minha gestão reitoral, não deixei de ministrar cursos de graduação e pós-graduação na ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) e desenvolver atividades de orientação de alunos e coordenação de pesquisas.”*

Ao longo dos quatro anos em que esteve à frente do cargo de maior destaque da Universidade, Melfi teve a expansão, tanto de vagas quanto de espaço físico, como prioridade. *“Quando eu comecei, havia 6.900 vagas colocadas no vestibular e tivemos como meta chegar a 10 mil. Com a abertura do campus da zona leste (2005), do campus II de São Carlos (2005) e a criação de novas vagas em Ribeirão Preto chegamos muito perto, finalizei meu mandato com 9.950 vagas.”*

Ele afirma que a construção de um novo campus da USP, na zona leste de São Paulo, foi o principal desafio e a maior realização de sua gestão. *“Além da criação de um espaço físico tivemos que lidar com a implantação de uma única unidade de ensino e pesquisa, que pretendia atingir vários*

objetivos simultaneamente, como expandir o número de vagas no ensino superior público, atender comunidades de baixa renda e levar desenvolvimento social, econômico e cultural a áreas carentes e menos favorecidas de nossa sociedade”. A nova unidade ainda deveria integrar dez cursos a serem criados na EACH (Escola de Artes, Ciências e Humanidades), além de implantar um ciclo básico com disciplinas de resolução de problemas voltados para a zona leste. *“A interação da USP com a sociedade ocorreu mesmo antes da inauguração da USP Leste, por meio da criação do Nasce (Núcleo de Apoio Social, Cultural e Educacional). Os resultados alcançados mostraram, de imediato, o acerto desta decisão e do modelo de interação adotado.”*

Apesar de estar aposentado, Melfi ainda mantém laços fortes com a Universidade, seja como professor sênior no IEE (Instituto de Energia e Ambiente), ministrando uma disciplina de pós-graduação no programa de Ciência Ambiental ou colaborando com a graduação para cursos da ESALQ. *“Com exceção de três anos que atuei como pesquisador do IAC (Instituto Agrônomo de Campinas), toda a minha carreira profissional foi desenvolvida na USP. Eu me aposentei na compulsória, em 2007, com 70 anos de idade, mas até hoje continuo uspiano”*. Ele

revela que considera o contato com diferentes gerações algo muito gratificante e a troca entre mentes científicas fundamental. *“Estamos terminando a implantação dos laboratórios de Geoquímica da Superfície no IEE o que motivará estudantes de vários setores do conhecimento para efetuarem seus programas de pós-graduação na linha de pesquisa em Geoquímica dos Solos e do Meio Ambiente”*, afirma. O professor conta ainda que é, atualmente, o coordenador de um grande projeto temático da FAPESP sobre o impacto das mudanças climáticas em áreas úmidas alagadas do Pantanal.

Além de três livros de sua autoria e vários capítulos em obras coletivas, Melfi tem cerca de 170 trabalhos publicados em revistas nacionais e internacionais. A maior parte concentra-se em três áreas geográficas distintas: Amazônia, Bacia do Paraná e interior do Estado de São Paulo, que foram foco de 45 publicações; 25 publicações e 1 livro; e 33 artigos e 1 livro, respectivamente. Segundo o professor, cada um dos trabalhos contribuiu para compor, passo a passo, uma base científica sólida sobre as três áreas destacadas. *“Não poderia deixar de salientar algo muito relevante e que permeou e permeia minhas atividades científicas: a multidisciplinaridade. Sem o compartilhamento de competências, quase com certeza, os resultados seriam bem mais restritos.”*

Durante 50 anos na USP, desde a entrada em 1957, até sua aposentadoria em 2007, Melfi foi aluno, professor, Chefe de Departamento, Diretor, Pró-Reitor, Vice-Reitor e Reitor. Durante essa caminhada recebeu inúmeros títulos, distinções científicas e medalhas, no Brasil e exterior. É membro titular da Academia de Ciências do Estado de São Paulo, da Academia Brasileira de Ciências e membro estrangeiro da Académie d’Agriculture de France. O título de Doutor *Honoris Causa* foi concedido pela Université d’Aix-Marseille III (França), em 1997. Em 2005 o mesmo título foi concedido pela Université Pierre et Marie Curie e pela Université Nice Sophia Antipolis, ambas na França. Também em 2005, recebeu o Prêmio Ciências da Terra de 2004,

conferido pela TWAS – The World Academy of Sciences for the advancement of science in developing countries, em Alexandria, no Egito.

A agenda de trabalho intensa teve um impacto significativo na vida familiar, por isso, sempre que pode, Melfi aproveitou para ficar ao lado da esposa Constantina (Constantina Carmem Marotta), com quem é casado desde 1961, que sempre o apoiou em projetos profissionais. O casal tem dois filhos e cinco netos.

Fã de esportes, o professor costumava jogar futebol e basquete na juventude. Hoje, mantém um vivo interesse por diferentes modalidades, acompanhando pela televisão jogos e campeonatos, em especial a popular Liga dos Campeões da Europa (UEFA).



Adolpho Melfi, Flávio Fava, Gomes e Guerra Vieira, 2006



Os ex-Reitores: Suely Vilela, Adolpho José Melfi, Waldyr Muniz Oliva e Flávio Fava de Moraes na posse do Reitor Vahan Agopyan em 25 de janeiro de 2018



USP Leste – Escola de Artes, Ciências e Humanidades



USP Leste – Escola de Artes, Ciências e Humanidades



USP Leste – Escola de Artes, Ciências e Humanidades



USP Leste – Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Suely Vilela visita obras da
Faculdade de Direito de
Ribeirão Preto, 2008

GESTÃO

2005–2009



Suely Vilela

Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto

Coletividade para grandes mudanças

Inclusão e inovação foram marcos da gestão da primeira mulher – e até aqui a única – a ocupar a Reitoria



Professora titular do Departamento de Análises Clínicas, Toxicológicas e Bromatológicas da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Suely Vilela é a primeira mulher – e até o momento a única – a ocupar a Reitoria da Universidade de São Paulo desde sua fundação em 1934. Ao longo de sua carreira, ela desbravou ambientes tradicionalmente dominados por homens. À época de sua nomeação, eram quase cinco mil docentes na USP e, para cada dois homens que lecionavam na Universidade, havia apenas uma mulher. “A escolha representa o espaço importante da mulher na sociedade moderna” disse o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, ao nomeá-la em 23 de novembro de 2005, após receber a lista tríplice liderada por ela, encaminhada pelo Conselho Universitário.

Nascida em Illicínea (MG), em 22 de fevereiro de 1954, formou-se em Farmácia e Bioquímica na USP de Ribeirão Preto em 1974, e traçou uma trajetória sólida até ser eleita para o cargo de gestora da maior Universidade do país. A opção pela área de Farmácia e Bioquímica foi inspirada por um amigo da família que tinha um laboratório de análises clínicas. “Encantei-me pela infraestrutura e pelas atividades ali desenvolvidas”, revela a professora. Mas, apesar do profundo interesse na área, a realidade foi bastante diferente do que ela esperava. “Depois de dois meses trabalhando em um laboratório particular no setor de Microbiologia, comecei a ficar muito inquieta. Era uma atividade repetitiva e isso me desestimulou. Tive, então, a certeza de que nasci para criar, para enfrentar desafios e para inovar. Foi assim que decidi deixar o laboratório de análises clínicas, antes considerado meu sonho, e fui fazer pós-graduação na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da USP”. O redirecionamento na carreira mostrou-se acertado: “O que me faz feliz é estar no laboratório de pesquisa com meus alunos, desenvolvendo projetos desafiadores, trocando ideias, projetando e discutindo resultados. Isto me



Oliver Smithies, Prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina em 2007 e a Reitora Suely Vilela. Em pé á esquerda: Marcos Boulos, Selma Garrido, Ruy Alberto Altafim , Maria Fidela de Lima Navarro, Armando Corbani e Mayana Zatz

realiza”, diz a professora. Paixão pelo conhecimento e uma certa dose de inquietude foram os elementos que a fizeram buscar sempre novas formas de contribuir para a USP. A conquista de Suely foi fundamental dentro e fora da USP, mas a professora pondera que há, ainda hoje, mais de uma década após sua saída da Reitoria, resistências no universo acadêmico à presença feminina. “Outras profissionais se candidataram, antes e depois de mim, mas não tiveram o mesmo êxito. Em parte, por não terem a força política e o momento favorável que eu conquisei, mas também por falta de oportunidades. É necessário muito envolvimento com todas as unidades de ensino e pesquisa da Universidade para avançar”, diz ela, que se considera uma grande incentivadora das mulheres para ocuparem cargos de liderança. “Acredito muito no potencial feminino, que ele não pode ser desperdiçado e, sim, ser aplicado à cargos de liderança. Infelizmente, ainda

é comum que a competência feminina seja colocada em xeque, até mesmo por outras mulheres”. Como todos seus outros colegas que ocuparam o mesmo cargo, Suely tem um currículo de peso e um enorme envolvimento com a instituição, iniciado na graduação. “Foram muitos os momentos marcantes, cada um ao seu tempo. Ser aprovada no vestibular da USP foi o primeiro deles. A minha formatura, ingressar na pós-graduação, assumir a docência na Faculdade de Farmácia e Odontologia, obter o título de mestre e, em seguida, o de doutor, tornar-me livre-docente e, assim, professora associada, e vencer o concurso de professor titular foram momentos únicos. Exercer os cargos de Diretora e Pró-Reitora de Pós-graduação foram igualmente inesquecíveis. Mas, sem dúvida, o mais marcante foi ser a primeira e única mulher Reitora da USP, nos 87 anos de sua existência. Ser Reitora foi uma coroação da minha carreira, mas algo que só aconteceu

porque outros passos marcantes e importantes vieram antes”. A enorme experiência e a vocação para lidar com pessoas mostraram-se fatores decisivos em sua trajetória, mas a professora avalia que o que sempre a distinguiu foi a capacidade de trabalhar de forma coletiva. *“Ninguém faz nada sozinho, tudo que foi feito no meu mandato foi fruto de um trabalho em cooperação. Meu perfil é trabalhar com a visão do coletivo. Esta capacidade de agregar sempre foi o meu diferencial. Estamos falando da melhor Universidade da América Latina e uma das melhores do mundo, mas é necessário que a Instituição contribua mais ainda, com o país. Temos infraestrutura física, de equipamentos e competência de recursos humanos que podem produzir ainda mais conhecimento para a sociedade. Sempre existe espaço para aperfeiçoamentos e a missão do gestor é saber reconhecer o que há de melhor e dar continuidade às boas iniciativas, em vez de ficar tentando reinventar a roda”*. Foi a procura por impactar positivamente os espaços em que atua que a levou à carreira política. *“Na Universidade, parte de nossa missão consiste em transferir o conhecimento em benefício da sociedade e este é o meu compromisso. Sempre que tenho a oportunidade me coloco à disposição para, com a experiência que adquiri, auxiliar em cargos administrativos”*. Um enorme aprendizado de como lidar com a diversidade em todos os sentidos – de temas, áreas de conhecimento e pessoas – define a vivência da professora como Reitora. Suely aponta como pontos centrais de seu mandato, em primeiro lugar, a desburocratização e a descentralização do sistema da USP, transferindo mais liberdade e responsabilidade aos diretores das unidades de ensino. O crescimento das frentes de conhecimento e pesquisa também foram objetivos fortes de sua gestão, mas o Programa de Inclusão Social da USP, o Inlusp (2006), representou, para ela, uma das ações mais significativas de seu mandato. *“O programa se mantém até a presente data, e desde a minha gestão vem sendo aperfeiçoado pelos Reitores que me sucederam”*. A professora revela que, à época, a criação do programa foi fundamental para abrir uma porta de inclusão na USP. *“A sociedade demandava isso, mas*



Suely Vilela e Shozo Motoyama no lançamento do livro USP 70 Anos



Suely Vilela e o Diretor da ESALQ Antonio Roque Dechen na Semana Luiz de Queiroz



Lançamento do curso de Especialização em Gestão Pública EACH, 2008

estávamos em busca de um modelo que atendesse tanto ao Conselho Universitário quanto à comunidade. Coletivamente, criamos um programa que associa o aspecto socioeconômico, pelo aumento do ingresso de estudantes da rede pública na Universidade, à inclusão étnica com base na competência demonstrada". Entre 2008 e 2009, mais de mil alunos ingressantes na USP, oriundos de escolas públicas, voltaram a sua escola de origem como Embaixadores da USP. No Programa, criado em 2007, esses alunos são convidados a contar seu sucesso em ingressar na Universidade, levando informações como o caráter público e gratuito da USP, a possibilidade de obter isenção da taxa de inscrição no vestibular e a existência de um programa de apoio à permanência dos estudantes após o ingresso (em 2007 foi instituída a Comissão de Gestão da Política de Apoio à Permanência e Formação Estudantil). Como apoio a todas as atividades do Instituto Oceanográfico (IO), foi feito grande investimento para a

construção da nova infraestrutura da Base de Pesquisas do IO, na cidade do Guarujá, na região da Baixada Santista, representando também extenso campo para a Universidade atuar na inclusão social, além dos investimentos de grande porte para a revitalização do navio Professor W. Besnard. De maneira a garantir recursos financeiros necessários para implantar novos projetos e garantir a continuidade dos já existentes, foram conquistadas fontes adicionais de financiamento, por exemplo, com a Petrobras e a Companhia Vale. Na sua gestão foram criados os Programas de Pré-Iniciação Científica, ligado à Pró-Reitoria de Pesquisa e o Eu na USP Jr., desenvolvido pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Destinados a estreitar o relacionamento da Universidade com as escolas públicas paulistas, foram criados os programas A USP vai à sua Escola, Laboratórios Móveis e o Projeto Celular, que consiste num passeio por uma célula gigante, foram levados à diversas escolas, envolvendo mais de



Suely Vilela, José Mindlin e o Min. da Cultura Gilberto Gil no lançamento da pedra fundamental da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

10.000 estudantes. O Programa de Formação de Professores que existe desde a criação da USP, em 1934, passou por reformulações em 2004 para atender o novo panorama da educação nacional. As atividades de graduação foram fortalecidas com a implantação de programas voltados para alunos desse nível como Ensinar com Pesquisa, Aprender com Cultura e Extensão e Circuito Esportivo. O Programa de Bolsas de Iniciação Científica, com recursos da própria Universidade foi instituído para reforçar projetos como USP de Iniciação Científica. Os alunos apresentam seus trabalhos no Simpósio Internacional de Iniciação Científica da USP (SIICUSP), que conta com a participação de instituições estrangeiras. O curso de Pedagogia Universitária, implantado em 2007, e o Portal Siga (Sistema Integrado de Indicadores de Graduação) apontaram para a valorização das atividades de docência. Dentre os investimentos na infraestrutura destacam-se os Programas de Manutenção e Reequipamento de Laboratórios Didáticos (Pró-Lab) e de Recuperação de Salas de Aula (Pró-Salas). Foram criados sete novos cursos de graduação: Engenharia

de Biosistemas, o primeiro na América Latina, e Medicina Veterinária no campus de Pirassununga; bacharelado em Astronomia, no Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) em São Paulo; em São Carlos o bacharelado em Estatística e o curso de Engenharia de Materiais e Manufatura; em Ribeirão Preto, foram criadas duas novas unidades de Ensino e Pesquisa, a Faculdade de Direito (FDRP) e a Escola de Educação Física e Esporte (EE-FERP). As ampliações de vagas de cursos existentes aconteceram em Piracicaba e São Carlos, onde, também, foi criado o Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU). A USP incorporou, em 2006, a Faenquil, ou Faculdade de Engenharia Química de Lorena. A nova Unidade de Ensino e Pesquisa denominada Escola de Engenharia de Lorena (EEL), na região do Vale do Paraíba, oferece os cursos de Engenharia de Materiais, Engenharia Bioquímica, Engenharia Química e Engenharia Industrial Química, ampliando em 240 o número de vagas oferecidas no vestibular. Teve início em 2009 o primeiro curso de Graduação a Distância da USP, de Licenciatura em Ciências, para atender à demanda de formação de professores de Ciências para o Ensino Fundamental, nos campi de São Paulo, Ribeirão Preto, São Carlos e Piracicaba. Preocupada com aspectos ambientais e respeitando sua interdependência com aspectos sociais e econômicos, e certa de que também a USP tem esse compromisso, foi criada em sua gestão a Comissão de Sustentabilidade por meio do Centro de Computação Eletrônica. O Selo Verde então criado, atestava a maior sustentabilidade dos novos aparelhos eletrônicos e a implantação do Centro de Descarte e Reuso de Lixo Eletrônico (CEDIR) para gerenciamento do descarte sustentável e reaproveitamento do material de eletrônica. No fortalecimento das relações internacionais, que envolvem mobilidade de alunos e professores, formalização de convênios inter-universidades e a criação de programas conjuntos de pós-graduação, a USP assinou, em 15 de maio de 2008, um acordo de cooperação com o Grupo Santander para ampliar a oferta de bolsas de estudo em Universidades da América Latina, Portugal e Espanha e um convênio entre o Santander e a Rede de Macrouiversidades da América

Latina e Caribe para a concessão de bolsas de mobilidade internacional para professores universitários. Na ocasião a Reitora declarou *“que o acordo entre o Santander Universidades e a Rede de Macrouiversidades da América Latina e Caribe permitirá que os professores ampliem o intercâmbio com as 32 instituições pertencentes à rede.”*

A produção científica da professora é expressiva e pode ser dividida em dois períodos: o de publicações referentes aos estudos com veneno de escorpião *Tityus serrulatus* e os referentes às peçonhas de serpentes do gênero *Bothrops* e *Crotalus*, principalmente.

Professora colaboradora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Suely atuou como professora visitante na Université Nice (França) em 1993, Universidad de Chile (1996), Universidad de Costa Rica (1997), University of London (Inglaterra), em 1999, Università degli Studi (Parma, Itália), Universidad de La Habana (Cuba), Rutgers University (New Jersey, EUA), Universidad de Barcelona (Espanha) e Ohio University (Athens, EUA), em 2004.

Entre as premiações e títulos que recebeu ao longo da carreira estão: Título de Cidadania concedido pelas Câmaras Municipais das cidades de Ribeirão Preto (2006), São Carlos (2007), Pirassununga (2008) e Bauru (2009); Comenda de Mérito Farmacêutico pelos relevantes serviços prestados à profissão farmacêutica e à Farmácia Brasileira, do Conselho Federal de Farmácia (2006); Medalla de Honor de la Conferencia de Rectores de las Universidades Españolas (Madri, 2009); Medalha Armando de Salles Oliveira (2010); Título de Membro Vitalício na Academia Brasileira de Ciências, Artes, História e Literatura (2014); Medalha Imperatriz Leopoldina, concedida pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (2015), 250 Mulheres Protagonistas na Ciência Brasileira, lista apontada pela plataforma Open Box da Ciência (2020).

Em 2010, ao receber a Medalha Armando de Salles Oliveira, a professora afirmou sentir-se *“distinguida em fazer parte*

do rol de privilegiados”, referindo-se aos ex-reitores que já receberam a condecoração: Waldyr Muniz Oliva, Antônio Hélio Guerra Vieira, José Goldemberg, Roberto Leal Lobo e Silva Filho, Ruy Laurenti, Flávio Fava de Moraes, Jacques Marcovitch e Adolpho José Melfi. *“Abracei o desafio de ser a primeira Reitora da USP, colocando-me de forma plena para levar a Universidade à liderança acadêmica”, destacou. “Tive o privilégio de dirigir a melhor Universidade da América Latina, o que foi, para mim, uma experiência sem par. Fiz o máximo para o cumprimento das metas traçadas”. Ao finalizar, citou Guimarães Rosa: “O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”*. Na solenidade, o Diretor do Instituto de Geociências (IGC), Colombo Celso Gaeta Tassinari fez a saudação em nome do Conselho Universitário, destacando as principais realizações da gestão da professora Suely Vilela, como o fomento à internacionalização da Universidade, a implantação do Programa de Inclusão Social (Inclusp), a criação dos Programas de Pré-Iniciação Científica e Eu na USP Jr., o incentivo aos novos modelos de pesquisa na fronteira do conhecimento, entre outras. *“Isso faz com que a outorga da medalha se faça mais do que justa”*, finalizou. A Medalha Armando de Salles Oliveira foi criada pela Resolução 5477, de 2 de outubro de 2008, e leva o nome do Governador do Estado de São Paulo que assinou o Decreto de criação da USP no ano de 1934, com a finalidade de homenagear pessoas, entidades e organizações, nacionais ou estrangeiras, que contribuíram de modo excepcional e decisivo para a valorização institucional, cultural, social e acadêmica da USP.

Em 1 de janeiro de 2017, Suely Vilela assumiu o cargo de Secretária da Educação da cidade de Ribeirão Preto. E em 2020 candidatou-se ao cargo de Prefeita da mesma cidade. Afeita a colaborar, usando sua experiência, sempre que tem oportunidade, *“Por isso eu me candidatei à Prefeitura de Ribeirão Preto, em 2020”*, explica Suely que, apesar de não ter vencido a disputa eleitoral, considera a experiência bastante positiva e avaliará novas candidaturas. *“Foi um grande*

aprendizado. Foram 63 dias de campanha muito intensos. Conheci pessoas e famílias incríveis, verdadeiros exemplos de vida, que me estimulam, cada vez mais, a buscar estes desafios e a tentar ajudar as pessoas que mais precisam”.

Além do sucesso profissional, Suely aponta sua família como outra enorme fonte de satisfação. *“Sempre tive o apoio incondicional dos meus pais em todas as minhas decisões, especialmente da minha mãe”.* E ela continua: *“As minhas realizações pessoais são a maternidade e ter uma família unida e que me apoia incondicionalmente, sempre se preocupando com a minha felicidade”*, ela diz. Mãe de Carlos Alberto, doutor em Direito Internacional pela USP, a professora completa: *“Tive também o supor-*

te fundamental do marido e das duas irmãs, ao longo da minha carreira”. O lema *“mente sã em corpo são”* sempre a guiou. Tanto que a professora inclui a prática de atividade física como um pilar de equilíbrio em sua rotina. *“Além do convívio com minha família e amigos, o que mais gosto de fazer nas horas livres é exercitar o corpo. Tenho me dedicado bastante a isso, o que me deixa melhor física e mentalmente”.*



O Reitor João Grandino Rodas, na cerimônia de outorga da Medalha Armando de Salles Oliveira. Professores já agraciados: Antonio Hélio Guerra Vieira, Celso Lafer, Suely Vilela, Flávio Fava de Moraes, José Goldemberg, Waldyr Muniz Oliva e Adolpho José Melphi



Suely e sua irmã



Suely e sua mãe, Ana Vilela Mendes, na formatura do filho



Suely, suas irmãs e sua mãe

Biblioteca Brasileira
Guita e José Mindlin

GESTÃO

2010–2014



João Grandino Rodas*

Faculdade de Direito

Renovação de infraestrutura

Edifícios foram concluídos como a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e um convênio com a Polícia Militar visou melhorar a segurança do campus Butantan

* Texto produzido pelo próprio professor



Nascido na cidade de São Paulo em 1 setembro de 1945, João Grandino Rodas coleciona feitos em seu currículo e acontecimentos marcantes em sua vida. Aos 24 anos, já tinha quatro diplomas de graduação – Direito, Educação, Letras e Música, os dois primeiros pela USP. Na sequência vieram três mestrados, doutorado e livre-docência para, em 1993, alcançar o título de professor titular de Direito Internacional na Universidade de São Paulo, onde leciona desde 1971.

Em paralelo à carreira acadêmica, iniciou a prática jurídica como advogado de empresa na Ford Brasil S.A. Em seguida, ingressou na Magistratura do Trabalho (1980) e na Justiça Federal (1982), sendo promovido a desembargador Federal do TRF da 3ª Região em 1989. Desde 2004, o professor coordena os trabalhos e a equipe de advogados colaboradores do escritório Grandino Rodas, fundado por seu pai, o advogado José de Almeida Rodas no início dos anos 1970.

Fora do país, sua atividade inclui uma participação no Centro de Estudos e Pesquisas da Academia de Direito Internacional de Haia, em 1970; a atuação como professor convidado na Faculdade de Direito de Columbia (EUA), em 1985; como juiz do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, desde 2006; e a filiação ao Conselho Diretor da Comissão Fulbright para o Intercâmbio entre os Estados Unidos e o Brasil, desde 2000.

Rodas chefiou ainda a consultoria jurídica (Conjur) do Ministério das Relações Exteriores entre 1993 e 1998, tendo encabeçado várias delegações brasileiras em reuniões diplomáticas internacionais.

Em um dos episódios mais noticiados de sua carreira, ele atuou como membro da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça, que decidiu centenas

de processos de reconhecimento da responsabilidade por mortes e desaparecimentos por motivação política no país. E de 2000 a 2004 ele foi presidente do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), tribunal administrativo de âmbito nacional que julga as concentrações de empresas e as infrações concorrenciais.

Isso tudo antes de ocupar o cargo de Reitor da USP. Representante da classe jurídica na posição após 40 anos (o último foi Miguel Reale – 1969-1973), Rodas assumiu o cargo em janeiro de 2010, retomando a vida acadêmica, que havia sido interrompida nos anos 1990, após atuar como professor na graduação e na pós-graduação, como Chefe do Departamento de Direito Internacional e como Diretor da Faculdade de Direito.

O primeiro fato de sua gestão aconteceu antes mesmo de sua posse. O então Diretor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco foi nomeado Reitor pelo Governador do Estado de São Paulo José Serra (2007-2011), apesar de ter ficado em segundo lugar na eleição interna, algo que não ocorria desde 1981. Ele montou uma comissão de transição formada por seis professores para até a sua posse, em janeiro, atuar ao lado do Reitor interino, Franco Maria Lajolo, Vice-Reitor de sua antecessora, Suely Vilela, que deixara o cargo em novembro de 2009.

Rodas iniciou seu mandato com uma visão otimista do futuro, uma lista extensa de afazeres e o desafio de gerar conversas positivas com os diferentes grupos da Universidade. “Começamos proclamando e implantando a era do diálogo, estabelecendo, entre outras coisas, canais diretos de contato e de transparência administrativa, sobretudo na aplicação orçamentária”, afirmou o professor em entrevista à Revista Espaço Aberto (dez-2013/jan-2014).

O ex-Reitor aponta entre as conquistas de sua gestão melhorias de infraestrutura, novos programas de pesquisa e intercâmbio internacional, melhorias na área de recursos humanos e o aumento da segurança no campus. “As



Abertura dos Cursos de Engenharia do Petróleo da Poli, 2012



Lançamento do Parque Tecnológico de Santos, 2010



Inauguração do Laboratório Didático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, 2010

construções e reformas de prédios, bibliotecas físicas e digitais, laboratórios de pesquisa e de ensino foram essenciais para a Universidade, além das obras com vistas à renovação e ampliação da infraestrutura, como o Centro de Difusão Internacional; a ampliação do Auditório Camargo Guarnieri, que passou a abrigar a Orquestra Sinfônica, o Coral e o CINUSP Paulo Emilio; a Praça dos Museus, com a construção de novos prédios para o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) e para o Museu de Zoologia; a construção do Centro de Convenções; a recuperação do prédio da Antiga Reitoria e a conclusão do prédio da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin”, listou naquela mesma entrevista. “Atendendo às necessidades de prevenção e proteção universitária, a implantação de moderno sistema de iluminação em todos os campi também foi tornada uma realidade”, complementou Rodas.

Em uma decisão tão aplaudida quanto condenada, o então Reitor assinou, em setembro de 2011, um convênio com a Polícia Militar de São Paulo para reforçar a segurança na Cidade Universitária. Com duração inicial de cinco anos, a medida permitiu à PM apoiar as ações de patrulhamento da Guarda Universitária – o convênio foi anunciado quase quatro meses após o assassinato de um estudante durante um roubo no estacionamento da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA).

O professor nunca escondeu sua posição favorável a um policiamento mais efetivo do campus e foi apoiado pelo Conselho Gestor na formalização do convênio. Entretanto, relatos de uso excessivo de força e de abuso de autoridade alimentaram um movimento crescente de resistência aos policiais que culminou com uma invasão à Reitoria e subsequente intervenção da PM para a retirada dos estudantes. O episódio ganhou espaço nos noticiários de maior circulação do país e foi o mais comentado de sua gestão.

Com recursos da USP e da FAPESP, em 2010 foi adquirido o navio *Alpha Crucis*, navio oceanográfico, colocado em serviço para substituir o navio Wladimir Besnard, um navio

para ser usado em projetos de pesquisa no Brasil, em áreas como mudanças climáticas globais e biodiversidade. O nome *Alpha Crucis* é uma homenagem à estrela que representa o Estado de São Paulo na bandeira brasileira. Administrado pela Universidade de São Paulo, foi inaugurado em 30 de maio de 2012, por Grandino Rodas, com a presença de inúmeras autoridades, entre eles o então Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin (2011-2018).

Ao longo da carreira, Rodas publicou inúmeras obras e recebeu títulos e premiações, entre os quais a Ordem do Mérito Brasília, no grau de Comendador (2002); a Ordem Civil José Cecílio Del Valle, no grau de Grã-Cruz (2003); a Medalha de Mérito Marechal Castello Branco, da Associação Campineira de Oficinas da Reserva do Exército (2007); o Grau de Grande-Oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (2009); o Diploma de Acadêmico Perpétuo como Titular da Cadeira nº 72 da Academia Paulista de Letras Jurídicas (2010) e a Medalha Defesa Civil, concedida pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de São Paulo (2013).

Fora da vida profissional, o professor sempre nutriu uma grande paixão pela música – foi matriculado aos quatro anos no conservatório Sagrado Coração de Jesus e conta que aprendeu a ler notas antes mesmo de conhecer as letras do alfabeto. Apesar da formação como pianista clássico e do diploma de música, não seguiu carreira na área mas seguiu alimentando um profundo gosto pelo instrumento. O professor tem em sua sala um piano de meia cauda que toca sempre que pode. No tempo livre, também costuma cuidar do jardim onde cultiva flores, árvores frutíferas e até um cantinho japonês. Ele divide a casa com a mãe, Josephina, que esteve a seu lado no momento mais duro de sua vida.

Rodas casou-se com Danuza Fontana, com quem teve um único filho, Omar. Quando o casal decidiu se separar, o professor ficou com a guarda do menino e o criou com o



Assinatura do Contrato relativo à Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, 2013



João Grandino Rodas na inauguração do navio Alpha Crusis, em 2012, com a presença do Governador Geraldo Alckmin, Bruno Covas, Presidente da FAPESP, Celso Lafer e autoridades

apoio de dona Josephina. Uma tragédia atingiu a família quando Omar, que estava cursando o *high school* (ginásio) nos Estados Unidos, foi atingido por um tiro de espingarda em um incidente com outros alunos do McCallie School, um colégio interno no interior do Tennessee, e não resistiu aos ferimentos. Rodas falou brevemente sobre a morte do filho em entrevista à Revista Piauí, em agosto de 2012, quando revelou que estudar fora era um sonho do menino. Danuza morreu seis anos depois do filho. A casa onde o professor hoje mora com a mãe foi batizada de “Villa Josephina”, com direito a placa na entrada em homenagem à matriarca.



Adnei Melges de Andrade, Fernando Henrique Cardoso, Celso Lafer e João Grandino Rodas



Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

Construção do Centro de
Difusão Internacional, 2015

GESTÃO

2014–2018



Marco Antonio Zago

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

USP para todos

A Universidade tornou-se um polo mais inclusivo e democrático com a fundamentação e implantação do processo de inclusão social e racial e de políticas de igualdade de gênero

Nascido em 1946 no interior de São Paulo, Marco Antonio Zago aproximou-se da Medicina pela admiração que sentia por médicos de sua cidade, Birigui, que contava com poucos especialistas na área da saúde, todos vistos com muito apreço pela população em geral. *“Naquela época o atendimento domiciliar era bastante comum e sempre me inspirou a forma como os médicos tocavam a vida das pessoas, seja ao ministrar uma cura ou ao oferecer consolo para as famílias”*, conta Zago. Somado a isso, o profundo interesse por Biologia e o momento histórico de grandes descobertas na área, como a estrutura e o funcionamento do DNA, influenciaram sua escolha no vestibular. *“Mas foi somente após entrar na Faculdade que eu de fato me apaixonei pela Medicina e descobri que acertei na decisão.”*

O relacionamento com a Universidade de São Paulo começou com o ingresso na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, em 1965. Logo após a graduação, o médico fez especialização em Hematologia, mestrado e doutorado, antes de deixar o Brasil, em 1976, para um pós-doutorado na Universidade de Oxford (Inglaterra). Um ano e meio mais tarde, em seu retorno ao país, Zago retomou sua carreira na USP, chegando ao cargo de professor titular em 1990.

Ao longo da carreira, o médico dedicou-se profundamente ao tratamento e ao estudo de pacientes com doenças hematológicas hereditárias, como talassemia, anemia falciforme e hemofilia. Com uma visão ao mesmo tempo pragmática e apaixonada, organizou centros de atendimentos para estes pacientes e participou de movimentos nacionais para criar um atendimento especializado a estas condições, como o do Programa de Anemia Falciforme do Ministério da Saúde.

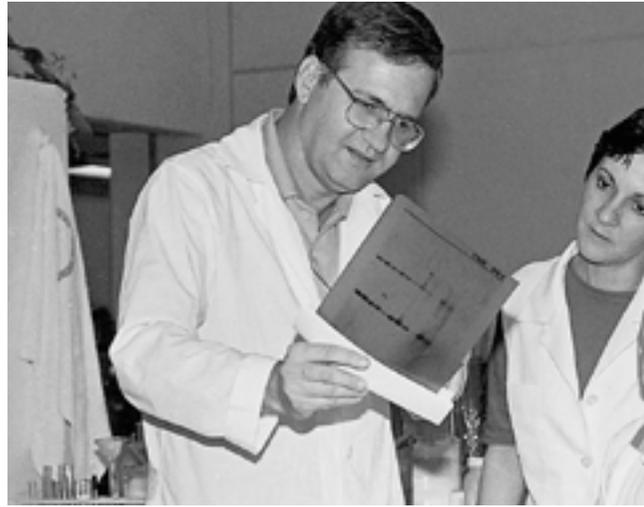
Antes de chegar ao posto de Reitor, Zago foi responsável por importantes melhorias na Universidade, nos cargos que ocupou – ele foi Diretor do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto



Recebendo o grau de médico do Diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, José de Moura Gonçalves, 1970

e Chefe do Departamento de Clínica Médica. Em 1980, iniciou o movimento para instalação do Hemocentro de Ribeirão Preto, do qual foi diretor científico e diretor-presidente. *“Ninguém decide simplesmente virar Reitor, não basta determinação, é necessário que haja o momento político, além do apoio da comunidade acadêmica e de fora da Universidade”*, avalia Zago, que acredita que o envolvimento com a vida acadêmica e o investimento na carreira científica são outros pontos fundamentais para chegar ao cargo. *“Sempre acreditei que somente se qualifica para esta atividade quem já demonstrou sucesso na carreira científica. Por isso, somente depois de ter constituído um grupo de pesquisa forte e de ter participado de projetos científicos de expressão internacional é que me dediquei à gestão e à política científica e de educação”*.

O médico destaca como principais feitos de seu mandato como Reitor a implantação de cotas sociais e raciais na USP, o fortalecimento da autonomia das unidades e da democracia interna, o estabelecimento das políticas de igualdade de gênero e de combate à violência e a defesa da autonomia da própria Universidade, restabelecendo seu equilíbrio financeiro com a criação da Controladoria Geral da USP. Além disso, a gestão de Zago foi marcada



Zago trabalhando no Laboratório de Biologia Molecular, 2002

pela criação do 3º Curso de Medicina da USP, no campus de Bauru, e da Plataforma Pasteur – centro de pesquisa ligado ao Institut Pasteur de Paris, que tem como meta manter cooperação permanente entre pesquisadores das duas instituições, além da reabertura do campus USP Leste.

Lidar com a questão orçamentária não foi fácil, ao contrário, foi uma tarefa especialmente dura em seu mandato. *“Uma grande crise financeira se instalou na Universidade, resultante do cenário econômico nacional, com considerável queda da arrecadação. Com isso veio a ameaça da perda da autonomia, garantida às Universidades públicas paulistas por Decreto estadual de 1989”*, explica o ex-Reitor.

Para enfrentar tal cenário, Zago valeu-se de três grandes conjuntos de medidas: contenção de despesas, criação da Controladoria Geral da USP e aprovação dos Parâmetros de Sustentabilidade Financeira, um conjunto de regras para reger as finanças e limitar o comprometimento financeiro. *“Fomos capazes de superar a crise sem comprometer a qualidade da Instituição e, no fim, a Universidade saiu fortalecida. Como resultado, a USP readquiriu seu*



Reitor Marco Antonio Zago na abertura do Ano Acadêmico da Universidade de Coimbra, com o Reitor João Gabriel M. de Carvalho e Silva, 2016

equilíbrio financeiro sem intervenção externa, garantindo sua autonomia.”

À parte das questões financeiras, Zago ainda ampliou a autonomia dos gestores das unidades de ensino e acabou com as listas tríplices e os votos por delegados, a fim de conferir mais transparência e possibilitar maior participação de discentes, professores e servidores não docentes, que passaram a escolher seus representantes nos colegiados, incluindo o Conselho Universitário, pelo voto direto e eletrônico.

Outra frente de batalha importante na gestão de Zago foi em torno de questões raciais e de igualdade de gênero. *“A criação de cotas de inclusão mostrou-se sempre muito polêmica na USP e isso ficava claro ao vermos as porcentagens de ingresso de alunos de escolas públicas e minorias étnicas”, avalia. “Foi uma transformação radical que modificou definitivamente a face da USP, e ela só foi possível a partir de uma série de medidas, todas propostas*



Como Presidente do CNPq, com o Ministro da Ciência e Tecnologia Sérgio Resende, na comemoração do 58º Aniversário do CNPq, 2009

e aprovadas pelo Conselho Universitário durante meu mandato de Reitor”, ele diz. Em 2014, quando Zago assumiu a Reitoria, 32% dos alunos que entravam na USP vinham da escola pública, e 17% eram pretos, pardos ou indígenas (PPI). No vestibular de 2020, os números subiram para 48% e 25%, respectivamente.

A fim de viabilizar a aceitação por parte do público interno às cotas, a equipe trabalhou em três etapas. Inicialmente foi feita a abertura de vagas para ingresso na graduação pelo exame do Enem, organizado pelo governo federal. A segunda medida veio com a ampliação do número de vagas destinadas ao Sisu (Sistema de Seleção Unificada do MEC), que permitiu às unidades da USP reservar parte de suas vagas do Enem para quotas sociais e étnicas. E, finalmente, em 2017, foram aprovadas as cotas destinadas a alunos da rede pública e estudantes PPI (pretos, pardos ou indígenas) nos vestibulares da USP. *“O mais importante é que estas vagas são garantidas em todos os cursos – História, Direito ou Medicina”,* conclui o ex-Reitor.

O estabelecimento das políticas de igualdade de gênero, defesa da mulher e combate à violência foi fundamental para modificar, segundo o professor, a cultura de abuso a mulheres e o desrespeito à identidade de gênero, em ataques homofóbicos, recepção violenta a calouros (trotes) e outras transgressões aos direitos humanos na Universidade. Foi criada uma comissão para investigação de denúncias e foram promovidas ações para mudanças culturais e de comportamento de longo prazo. *“A USP tornou-se, assim, uma Universidade mais pacífica e inclusiva. Promovemos recepções integradoras para os nossos calouros, mas nos opusemos a festas com consumo de álcool e outros entorpecentes. No processo, suprimimos práticas de crimes e de desrespeitos aos direitos humanos e às mulheres no espaço universitário”.*

Zago deixou a Reitoria em 2018 e em outubro daquele mesmo ano assumiu a presidência de FAPESP, substituindo o professor e também ex-Reitor José Goldemberg. Seu interesse por política no meio científico nascera em seus tempos de Faculdade. *“Cursei Medicina durante o período inicial do regime militar. Como membro da direção do Centro Acadêmico Rocha Lima, participei ativamente da luta pela democracia e em confrontos resultantes da repressão às manifestações estudantis”*, conta ele, que se dividia entre o Centro Acadêmico e o Laboratório de Pesquisa de Hematologia. *“Desde o quarto ano do curso eu frequentava assiduamente o laboratório dirigido pelo professor Cássio Bottura, submetendo-me a treinamento em técnicas laboratoriais de Hematologia e participando de investigações em andamento.”*

Zago avalia que todas as posições que ocupou, como presidente do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2007-2010), Reitor e Pró-Reitor da USP (2010-2013), Secretário de Saúde do Estado de São Paulo (2018) e presidente da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, têm um componente político. *“Não no sentido de política partidária, esta nunca me interessou, mas sim como uma atividade*

que exige intenso relacionamento humano, interação com grupos políticos e ideológicos, negociações, avaliação, planejamento e, principalmente, convencimento para obter apoio de uma maioria para executar um projeto.”

Leitor voraz nas poucas horas que hoje lhe sobram vagas, o ex-Reitor escolhe obras das mais diferentes frentes. *“De romances a críticas, passando por ensaios e publicações científicas, estou sempre lendo alguma coisa”*, conta o médico, casado desde 1976 com Márcia Maria Fontão Zago, com quem tem um casal de filhos, Marcelo e Marina, e quatro netos. *“Nós nos conhecemos na época que eu era professor de Hematologia e dei algumas aulas na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da USP, onde ela era estudante. Desde então, 45 anos se passaram e seguimos juntos.”*

Em quase 50 anos de atividade científica, Zago contribuiu para expandir e consolidar a concepção de que as manifestações e a variabilidade das doenças podem ser compreendidas e eventualmente manipuladas em benefício do paciente, se forem conhecidas suas bases celulares e moleculares. Contribuiu também para o conhecimento da origem e dinâmica das populações indígenas e afrodescendentes do Brasil. O professor tem mais de 300 artigos listados na Web of Science, que receberam até o momento 7.371 citações naquela base de dados.

Entre as premiações e títulos que ele recebeu ao longo da carreira, estão o de Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências (1991); Comenda e Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico, da Presidência da República do Brasil (2006); Prêmio Jabuti, pela Câmara Brasileira do Livro, pelo livro *“Células-Tronco, a Nova Fronteira da Medicina”* (2007); Membro da Academy of Science for the Developing World (TWAS, 2007); Membro Honorário da Academia Brasileira de Medicina Militar (2016) e Ordem Nacional do Mérito Militar, Oficial, Ministério da Defesa do Brasil (2017).



Zago com Antonio C. Hernandes e Carlos G. Carlotti durante a Med Run, corrida de rua no campus da USP de Ribeirão Preto



Reitor Marco Antonio Zago e Vice-Reitor Vahan Agopyan no dia da posse em 21/1/2014, com o Governador do Estado Geraldo Alckmin



Marco Antonio Zago e Márcia Maria F. Zago



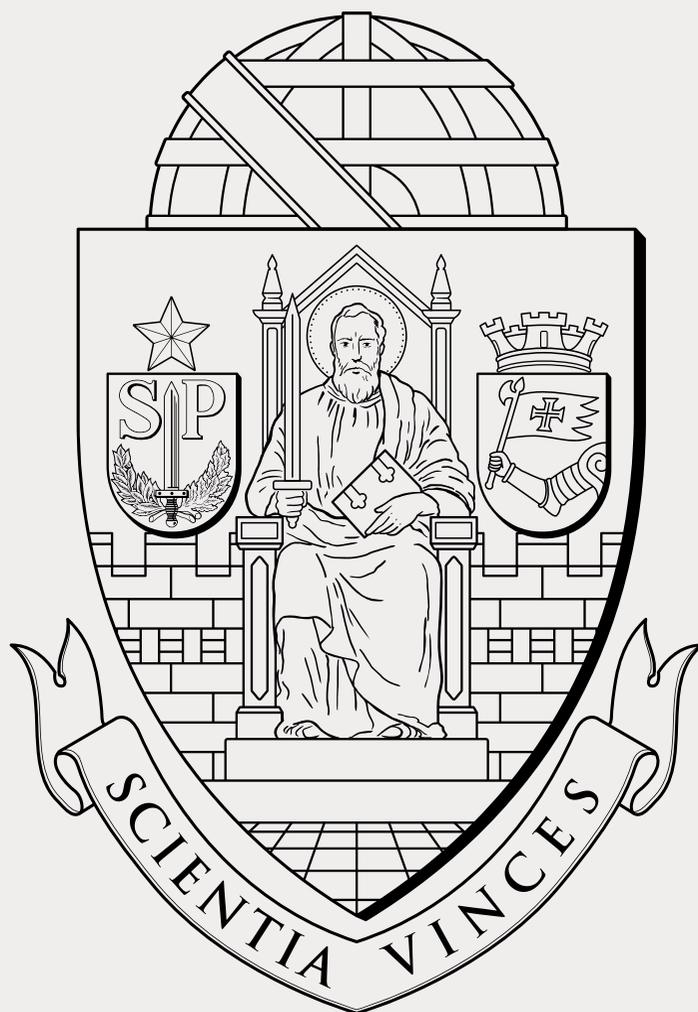
Com a esposa, Márcia Maria F. Zago e os filhos Marcelo e Marina



Marco Antonio Zago na posse do Reitor Vahan Agopyan e do Vice-Reitor Antonio Carlos Hernandes em 29 de janeiro de 2018



Edifício da Reitoria, 2021



Foram Vice-Reitores

1. Antonio de Almeida Prado* – Faculdade de Medicina

Reynaldo Porchat (1934–1938) – FD

2. Spencer Vampré* – Faculdade de Direito

Lucio Martins Rodrigues (1938–1939) – EP

3. Alexandre Correia* – Faculdade de Direito

Domingos Rubião Alves Meira (1939–1941) – FM

4. Benedicto Montenegro* – Faculdade de Medicina

Jorge Americano (1941–1944 e 1944–1946) – FD

Antonio Almeida Prado (1946–1947) – FM

5. Henrique Jorge Guedes* – Escola Politécnica

Linneu Prestes (1947–1949) – FFO

Miguel Reale (1949–1950) – FD

6. Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Melo – Fac. de Arquitetura e Urbanismo

Luciano Gualberto (1950–1951) – FM

7. Antonio Carlos Cardoso – Escola Politécnica

Luciano Gualberto (1950–1951) – FM

Ernesto de Moraes Leme (1951–1953) – FD

8. Luiz Cintra do Prado – Escola Politécnica

Ernesto de Moraes Leme (1951–1953) – FD

José de Mello Moraes (1954–1955) – ESALQ

9. Eurípedes Simões de Paula – Fac. de Filosofia, Ciências e Letras

José de Mello Moraes (1954–1955) – ESALQ

Alípio Corrêa Netto (1955–1957) – FM

Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho (1957–1960) – FMVZ

10. Francisco João Humberto Maffei – Escola Politécnica

Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho (1957–1960) – FMVZ

Antonio Barros de Ulhôa Cintra (1960–1963) – FM

11. Luis Antonio da Gama e Silva – Faculdade de Direito

Antonio Barros de Ulhôa Cintra (1960–1963) – FM

12. Mário Guimarães Ferri (1967) – Instituto de Biociências

Luis Antonio da Gama e Silva (1966–1969) – FD

13. João Alves Meira (04/10/1968–13/10/1968) – Faculdade de Medicina

Luis Antonio da Gama e Silva (1966–1969) – FD

**14. Helio Lourenço de Oliveira – Reitor em exercício (10/1968–04/1969) –
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto**

Luis Antonio da Gama e Silva (1966–1969) – FD

15. Alfredo Buzaid (05/1969) – Faculdade de Direito

Luis Antonio da Gama e Silva (1966–1969) – FD

16. Oswaldo Fadigas Fontes Torres (25/05/1969–30/10/1969) – Escola Politécnica

Luis Antonio da Gama e Silva (1966–1969) – FD

**17. Orlando Marques de Paiva (11/1969–11/1973) – Faculdade de Medicina
Veterinária e Zootecnia**

Miguel Reale (1969–1973) – FD

18. Josué Camargo Mendes (18/12/1973–17/12/1977) – Instituto de Geociências

Orlando Marques de Paiva (05/11/1973–04/11/1977) – FMVZ

19. Antonio Brito da Cunha (02/02/1978–01/02/1982) – Instituto de Biociências

Waldyr Muniz Oliva (18/01/1978–07/01/1982) – IME

- 20. Antonio Guimarães Ferri (02/02/1982–01/02/1986) – Instituto de Ciências Biomédicas**
Antonio Hélio Guerra Vieira (18/01/1982–17/01/1986) – EP
- 21. André Ricciardi Cruz (13/02/1986–25/05/1986) – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto**
Antonio Hélio Guerra Vieira (18/01/1982–17/01/1986) – EP
- 22. Roberto Leal Lobo e Silva (13/06/1986–08/01/1990) – Instituto de Física e Química de São Carlos**
José Goldemberg (18/01/1986–08/01/1990) – IF
- 23. Ruy Laurenti – Reitor em exercício (06/08/1993–25/11/1993) – Faculdade de Saúde Pública**
Roberto Leal Lobo e Silva Filho (09/01/1990–05/08/1993) – IFQSC
- 24. Myriam Krasilchik (12/04/1994–11/04/1998) – Faculdade de Educação**
Flávio Fava de Moraes (26/11/1993–25/11/1997) – ICB
- 25. Adolpho José Melfi (14/04/1998–25/11/2001) – Instituto de Geociências**
Jacques Marcovitch (26/11/1997–25/11/2001) – FEA
- 26. Hélio Nogueira da Cruz – Faculdade de Economia e Administração (18/11/2001–17/12/2005) – Adolpho José Melfi (26/11/2001–25/11/2005) – IGc (23/03/2010–26/01/2014) – João Grandino Rodas (25/01/2010–24/01/2014) – FD**
- 27. Franco Maria Lajolo (23/03/2006–02/03/2010) – Fac. de Ciências Farmacêuticas**
Suely Vilela Sampaio (26/11/2005–25/11/2009) – FCFRP
- 28. Vahan Agopyan (27/01/2014–24/01/2018) – Escola Politécnica**
Marco Antonio Zago (25/01/2014–24/01/2018) – FM

*Informações publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Outras informações fornecidas pela Secretaria Geral da USP.

Bibliografia

O Início

KWASNICKA, E. L. (org). *A Universidade de São Paulo: subsídios para uma atualização*. São Paulo, 1985. p.11-13.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 32-35.

Reynaldo Porchat

CAMPOS, E. S. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1954.

CUNHA, Euclides. [Correspondência]. Destinatário: Reynaldo Porchat. [S.l., 189-]. *Euclidesite. Vida e obra de Euclides da Cunha*. Disponível em: <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/cartas/correspondencia-ativa-de-1890/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

EDITOR, O. "Centenário de nascimento do professor Dr. Reynaldo Porchat". *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 64, p. 253-259, 1969. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66593>. Acesso em: 11 dez. 2020.

EDITOR, O. Professor Emérito Reynaldo Porchat (1868-1953). *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 49, p. 35-43, 1954. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66199>. Acesso em: 11 dez. 2020.

FAIGLE, M. Curiosidades sobre o cargo de reitor. *Jornal do Campus*, São Paulo, 22 out. 2009. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2009/10/curiosidades-sobre-o-cargo-de-reitor/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

FERREIRA, W. O jubileu magistral de Reynaldo Porchat. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 43, p. 207-216, 1948. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66095>. Acesso em: 11 dez. 2020.

HISTÓRIA da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" (CUASO). In: Souza, M.A.A. de (coord.) *O espaço da USP: presente e futuro*. São Paulo: Prefeitura do Campus, 1985. Disponível em: <https://puspc.usp.br/institucional/historia-da-cuaso/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MIGUEL, S. A história contada nas ruas. *Jornal da USP*, São Paulo, 3-9 jun. 2002. Memória. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp599/pag12.htm>. Acesso em 30 nov. 2020.

MOTOYAMA, S. (org.). *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Direito. *Galeria de diretores, Reynaldo Porchat (1930-1931)*. Disponível em: http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_16.php. Acesso em: 11 dez. de 2020.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Direito. *História*. Disponível em: http://www.direito.usp.br/index_faculdade_01.php#. Acesso em: 11 dez. 2020.

Lucio Martins Rodrigues

CAMPOS, E. S. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1954.

FAIGLE, M. Curiosidades sobre o cargo de reitor. *Jornal do Campus*, São Paulo, 22 out. 2009. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2009/10/curiosidades-sobre-o-cargo-de-reitor/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MIGUEL, S. A história contada nas ruas. *Jornal da USP*, São Paulo, 3-9 jun. 2002. Memória. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp599/pag12.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MOTOYAMA, S. (org.) *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006.

SAMARA, E. M. *Diretores da Escola Politécnica da USP: vidas dedicadas a uma Instituição*. São Paulo, Epusp, 2003.

Domingos Rubião Alves Meira

Begliomini, H. *Domingos Rubião Alves Meira (1878-1946)*. Disponível em: <https://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/42/BIOGRAFIA-DOMINGOS-RUBIAO-ALVES-MEIRA.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

- CAMPOS, E. S. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1954.
- CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO Estado de São PAULO. O percurso do Cremesp rumo à regulamentação dos Conselhos de Medicina. *Informativos do Cremesp*, São Paulo, edição 351, set. 2017, p.8. Especial. Disponível em: <http://www.cremesp.org.br/novaHome.php?siteAcao=Jornal&id=2367>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- EDITORES, O. Homenagem póstuma ao Prof. Dr. Domingos Alves Rubião Meira. *Revista de Medicina*, São Paulo, v. 30, n. 146, p. 69-74, 1946. DOI: 10.11606/issn.1679-9836.v30i146p69-74. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/47027>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- FAIGLE, M. Curiosidades sobre o cargo de reitor. *Jornal do Campus*, São Paulo, 22 out. 2009. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2009/10/curiosidades-sobre-o-cargo-de-reitor/>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- MARCOLIN, N. Saúde em revista: primeiros periódicos médicos paulistas começaram a ser publicados no final do século. *Revista Pesquisa Fapesp*, São Paulo, edição 208, jun. 2013. Seção Memória. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/saude-em-revista/>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- MEIRA, R. A. "Revista de Medicina" nas palavras do Professor Rubião Meira, Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo. *Revista de Medicina*, São Paulo, v. 24, n. 79, p. 4-5, 1940. DOI: 10.11606/issn.1679-9836.v24i79p4-5. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/59156>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- MIGUEL, S. A história contada nas ruas. *Jornal da USP*, São Paulo, 3-9 jun. 2002. Memória. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp599/pag12.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- MOTOYAMA, S. (org.) *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006.
- PALOMBA, G. A. Associação Paulista de Medicina certidão de nascimento. *Revista da APM*, São Paulo, n.164, p. 2, nov. 2005. Suplemento Cultural. Disponível em: http://apm.org.br/imagens/pdfs/suplementocultural/suplemento_novembro05.pdf. Acesso em: 11 dez. 2020.
- PRATA, A. Necrológio João Alves Meira. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, Brasília, v. 23, n. 1, p. 65, jan.-mar. 1990.
- RIBEIRO, A. S. *Meira, Rubião *reitor USP 1939-1941*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MEIRA,%20Rubi%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina. *História do Hospital das Clínicas da FMUSP*. Disponível em: <https://www.emergenciausp.com.br/sobre-a-residencia/historia/historia-do-hospital-das-clinicas-da-fmusp>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina. Departamento de Clínica Médica. *História do Departamento*. Disponível em: <https://www.clinicamedicafmusp.com.br/departamento/historia-do-departamento/>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- Jorge Americano**
- FAIGLE, M. Curiosidades sobre o cargo de reitor. *Jornal do Campus*, São Paulo, 22 out. 2009. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2009/10/curiosidades-sobre-o-cargo-de-reitor/>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Americano, Jorge*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-biografico/americano-jorge>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- GOLOMBEK, P. *Caetanistas 78: Jorge Americano*. Disponível em: <http://caetanistas78.blogspot.com/2012/02/jorge-americano.html>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- HIRATA, A. Notáveis do Direito. Jorge Americano: advogado, acadêmico e Reitor da USP. *Jornal Carta Forense*, 03 abr. 2017, 2 p. Disponível em: <http://cartaforense.com.br/conteudo/colunas/jorge-americano-advogado-academico-e-reitor-da-usp/17468>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- HISTÓRIA da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" (CUASO). In: Souza, M.A.A. de (coord.) *O espaço da USP: presente e futuro*. São Paulo: Prefeitura do Campus, 1985. Disponível em: <https://puspc.usp.br/institucional/historia-da-cuaso/>. Acesso em: 30 nov. de 2020.

- JORGE Americano. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Jorge-American/600000021354349860>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- MIGUEL, S. A história contada nas ruas. *Jornal da USP*, São Paulo, 3-9 jun. 2002. Memória. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp599/pag12.htm>. Acesso em 30 nov. 2020.
- MOTOYAMA, S. (org.) *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006.
- STANICH NETO, P. *Bucha: a sociedade secreta do Direito*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/9461/bucha-a-sociedade-secreta-do-direito>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- RODRIGUES, S. Jorge Americano. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 65, p. 21-35, 1970. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66600>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. *Presidentes de honra / Jorge Americano (1891-1969)*. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/a-sbpc/historico/presidentes-de-honra/jorge-americano-1891-1969/>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Saúde Pública. Centro de Memória. *Jorge Americano 1891-1969*. Disponível em: <http://www.fsp.usp.br/centrodememoria/wp-content/pdf/portas2.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- Antonio de Almeida Prado**
- Begliomini, H. *Antonio de Almeida Prado 1889-1965*. Disponível em: <https://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/19/BIOGRAFIA-ANTONIO-DE-ALMEIDA-PRADO.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- CAMPOS, E. S. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1954.
- EDITORES, O. Traços biográficos de Antonio de Almeida Prado. *Revista de Medicina*, São Paulo, v. 30, n. 155-156, p. 565-578, 1946. DOI: 10.11606/issn.1679-9836.v30i155/156p565-578. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/46952/>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- FAIGLE, M. Curiosidades sobre o cargo de reitor. *Jornal do Campus*, São Paulo, 22 out. 2009. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2009/10/curiosidades-sobre-o-cargo-de-reitor/>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- LEVAY, E. A fundação da USP. *Jornal da USP*, São Paulo, 2-8 fev. 2004. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2004/jusp673/pag02.htm>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- MIGUEL, S. A história contada nas ruas. *Jornal da USP*, São Paulo, 3-9 jun. 2002. Memória. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp599/pag12.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- MOTOYAMA, S. (org.) *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006.
- PRADO, A. A. As óperas de Puccini. *Revista de História*, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 3-14, jan.-mar. 1959. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107265/105778>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- PROFESSOR Antonio de Almeida Prado. *O Bisturi*, ano XVIII, n. 62, p.1-2, nov. 1951. Disponível em: http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/3004/O_Bisturi_1951_Ano_18_n_62.pdf?sequence=1. Acesso em: 17 dez. 2020.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTORIA DA MEDICINA. *Centenario do nascimento de Homero Ottoni*. Disponível em: <https://sbhm.webnode.com.br/news/homero-benedito-ottoni/>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina. Departamento de Clínica Médica. *História do Departamento*. Disponível em: <https://www.clinicamedicafmusp.com.br/departamento/historia-do-departamento/>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- Linneu Prestes**
- FAIGLE, M. Curiosidades sobre o cargo de reitor. *Jornal do Campus*, 22 out. 2009. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2009/10/curiosidades-sobre-o-cargo-de-reitor/>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- MIGUEL, S. A história contada nas ruas. *Jornal da USP*, São Paulo, 3-9 jun. 2002. Memória. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp599/pag12.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MOTOYAMA, S. (org.) *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006.

PRESTES, L. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/prestes-lineu>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SENADO homenageia Faculdade de Farmácia da USP e seu ex-Reitor, Lineu Prestes. Disponível em: <https://senado.jusbrasil.com.br/noticias/652938757/senado-homenageia-faculdade-de-farmacia-da-usp-e-seu-ex-Reitor-lineu-prestes>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SILVA JUNIOR, G. T. Lineu Prestes: conheça o avareense que mais exerceu cargos da vida pública. *Jornal A Comarca, Avaré*, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://www.jornalacomarca.com.br/lineu-prestes-conheca-o-avareense-que-mais-exerceu-cargos-da-vida-publica/>. Acesso em: 26 jan. 2021.

Luciano Gualberto

Begliomini, H. Luciano Gualberto, poeta, político e primeiro catedrático de Urologia de São Paulo 1883-1959. *BIU – Boletim de Informações Urológicas*, p. 22-23, set./out. 2016. Disponível em: http://sbu-sp.org.br/medicos/wp-content/uploads/2016/02/BIU_set-out.pdf. Acesso em: 22 dez. 2020.

CAMPOS, E. S. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1954.

FAIGLE, M. Curiosidades sobre o cargo de reitor. *Jornal do Campus*, São Paulo, 22 out. 2009. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2009/10/curiosidades-sobre-o-cargo-de-reitor/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MIGUEL, S. A história contada nas ruas. *Jornal da USP*, São Paulo, 3-9 jun. 2002. Memória. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp599/pag12.htm>. Acesso em 30 nov. 2020.

MOTOYAMA, S. (org.) *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006

VARELA, A. G. O Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 4, jul./set. 2014. DOI: 10.1590/

S0104-59702014000300009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-597020140003000951&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 22 dez. 2020.

Ernesto de Moraes Leme

BORGES, P. A. C. Ernesto Leme. *Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo*, v. 2, p. 107-109, 1992. Memória.

CONTROLE ideológico na USP (1964-1978). São Paulo: ADUSP, 2004.

EDITOR, O. Doutorado honoris causa do professor Ernesto de Moraes Leme. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 243-260, 1959. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66334>. Acesso em: 10 dez. 2020.

EDITOR, O. Noticiário. *Revista de História*, São Paulo, v. 9, n. 20, p.503-507, 1954. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v9i20p503-508. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/68132/70688>. Acesso em: 10 dez. 2020.

EDITOR, O. Professor Ernesto de Moraes Leme. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 9-12, 1959. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66321>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FAIGLE, M. Curiosidades sobre o cargo de reitor. *Jornal do Campus*, São Paulo, 22 out. 2009. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2009/10/curiosidades-sobre-o-cargo-de-reitor/>. Acesso em: 30 dez. 2020.

HIRATA, A. Notáveis do Direito. O diplomata e acadêmico Ernesto Leme. *Jornal Carta Forense*, São Paulo, 4 nov. 2014. Disponível em: <http://www.carteforense.com.br/conteudo/colunas/o-diplomata-e-academico-ernesto-leme/14636>. Acesso em: 10 dez. 2020.

HISTÓRIA da Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira” (CUASO). In: Souza, M.A.A. de (coord.) *O espaço da USP: presente e futuro*. São Paulo: Prefeitura do Campus, 1985. Disponível em: <https://puspc.usp.br/institucional/historia-da-cuaso/>. Acesso em: 30 dez. 2020.

- LEME, E. M. Discurso ao ser empossado Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em janeiro de 1978. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 75, p. 11-12, 1979.
- MARINHO, M. G. S. M. C. A Universidade de São Paulo e a constituição de políticas para a ciência no Brasil. Nexos de uma investigação preliminar (1948-1968). *Revista Educação*, Jundiaí, v. 1, n. 1, p. 123-138, jun/dez 2009.
- MARINHO, M. G. S. M. C. Anticomunismo e lusofilia na Universidade de São Paulo. A direita acadêmica e sua aderência às Universidades portuguesas: uma abordagem exploratória (1913-1988). In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: Diversidades e (Des)Igualdades, XI, Salvador, 2011. *Anais*. Salvador: UFBA, 2011.
- MIGUEL, S. A história contada nas ruas. *Jornal da USP*, São Paulo, 3-9 jun. 2002. Memória. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp599/pag12.htm> Acesso em: 30 nov. 2020.
- NEGRÃO, M. B. A evolução do Departamento de Bibliotecas Públicas, 1907-1978. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v.7, n. 2, p.186-209, jul./dez. 1979.
- NOGUEIRA, A. Ernesto Leme, professor emérito. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 64, p. 7-30, 1969. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66581>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- VARELA, A. G. O Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 4, jul./set. 2014. DOI: 10.1590/S0104-59702014000300009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-597020140003000951&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 dez. 2020.
- José de Mello Moraes**
- ESCOLA “MELLO MORAES” – Programa Ensino Integral. Biografia do patrono José de Mello Moraes. Disponível em: <http://eemellomoraes-piracicaba.blogspot.com/2015/05/biografia-do-patrono-jose-de-mello.html> Acesso em: 14 dez. 2020.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 6.155, de 30 de dezembro de 1943. Reorganiza o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 3 jan. 1944.
- EDITOR, O. Noticiário. *Revista de História*, São Paulo, v. 9, n. 20, p.503-507, 1954. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v9i20p503-508. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/68132/70688>. Acesso em: 14 dez. 2020.
- ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA “LUIZ DE QUEIROZ”. *Universidade de São Paulo – 75 anos: contribuição da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”*. Piracicaba: ESALQ, 2009.
- FAIGLE, M. Curiosidades sobre o cargo de reitor. *Jornal do Campus*, São Paulo, 22 out. 2009. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2009/10/curiosidades-sobre-o-cargo-de-reitor/>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- HISTÓRIA do Museu e Centro de Ciências, Educação e Artes “Luiz de Queiroz”. Disponível em: <https://www.esalq.usp.br/svcex/historia-museu> Acesso em: 14 dez. 2020.
- MALAVOLTA, E. José de Mello Moraes (1891-1956). *Informações Agronômicas, Piracicaba*, n. 56, p. 4-5, dez. 1991. Disponível em: [http://www.ipni.net/publication/ia-brasil.nsf/0/D8841369C22E8FBB83258124006E9396/\\$FILE/Jornal56.pdf](http://www.ipni.net/publication/ia-brasil.nsf/0/D8841369C22E8FBB83258124006E9396/$FILE/Jornal56.pdf). Acesso em: 14 dez. 2020.
- MIGUEL, S. A história contada nas ruas. *Jornal da USP*, São Paulo, 3-9 jun. 2002. Memória. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp599/pag12.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- MOTOYAMA, S. (org.) *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006.
- PFROMM NETTO, S. *Dicionário de piracicabanos*. São Paulo: PNA, 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Decretos de 14 do corrente. Exonerando, a pedido, o Dr. José de Mello Moraes do cargo de Reitor da Universidade de São Paulo. *Diário Oficial [do] Estado de São Paulo*: Palácio do Governo, ano LXV, n. 36, p. 2, 15 fev. 1955.

Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.spx?link=%2f1955%2fexecutivo%2ffevereiro%2f15%2fpag_0002_ASQKOV791G6TGe5LEMM2PLATBUP.pdf&pagina=2&data=15/02/1955&caderno=Executivo&paginaordenacao=100002. Acesso em: 14 dez. 2020.

Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho

- BIRGEL, E. H. A pós-graduação da Medicina Veterinária na USP. *Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP*, São Paulo, v. 7, n. 1/3, p. 73-78, jan. 2004.
- CAMPOS, E. S. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1954.
- FAIGLE, M. Curiosidades sobre o cargo de reitor. *Jornal do Campus*, São Paulo, 22 out. 2009. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2009/10/curiosidades-sobre-o-cargo-de-reitor/>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- MOTOYAMA, S. (org.) *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006.

Antonio Barros de Ulhôa Cintra

- GALVÃO, L. Ulhôa Cintra: esboço para um retrato. *Revista USP*, São Paulo, n.42, p.108-110, jun./ago. 1999.
- HISTÓRIA da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" (CUASO). In: Souza, M.A.A. de (coord.) *O espaço da USP: presente e futuro*. São Paulo: Prefeitura do Campus, 1985. Disponível em: <https://puspc.usp.br/institucional/historia-da-cuaso/>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- HOMENAGEM a Ulhôa Cintra. *Revista Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n.42, p. 6, maio 1999. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/homenagem-a-ulhoa-cintra/>. Acesso em: 14 dez. 2020.
- MEDEIROS-NETO, G. *Antonio Barros de Ulhôa Cintra 1907-1998*. Disponível em: <https://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/15/BIOGRAFIA-ANTONIO-BARROS-DE-ULHOA-CINTRA.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.
- MEDEIROS-NETO, G. Ulhoa Cintra, um pioneiro da moderna

Endocrinologia. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia*, São Paulo, v. 43, n. 2, p.1-2, mar. 1999. DOI: 10.1590/S004-27301999000200012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0004-27301999000200012&script=sci_arttext. Acesso em: 14 dez. 2020.

- MIGUEL, S. A história contada nas ruas. *Jornal da USP*, São Paulo, 3-9 jun. 2002. Memória, p. 1-4. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp599/pag12.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- MOTOYAMA, S. (org.). *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006.
- SÃO PAULO (Cidade). Lei nº 14.520, de 17 de outubro de 2007. Dispõe sobre a alteração da denominação do logradouro público Rua Projetada (CADLOG 47659-5) para Rua Professor Doutor Antonio Barros de Ulhoa Cintra, localizado no bairro Jardim Morumbi, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] Cidade de São Paulo*, São Paulo, 18 out. 2007. Gabinete do Prefeito, p. 1.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 50.726, de 13 de abril de 2006. Dá denominação de Hospital Estadual de Sapopemba Professor Doutor Antonio Barros de Ulhôa Cintra ao Hospital Estadual de Sapopemba, da Secretaria da Saúde, criado pelo Decreto 47.432, de 2002. *Diário Oficial [do] Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 abr. 2006. Poder Executivo – Seção I, p. 3.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto-Lei de 6 de outubro de 1969. Cria, como entidade autárquica, o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo, e dá providências correlatas. *Diário Oficial [do] Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 out. 1969. Atos Legislativos, p. 1.
- TAVANO, P. T.; ALMEIDA, M. I. Curso experimental de medicina na FMUSP e suas conjecturas de implementação. *Khronos, Revista de História da Ciência*, São Paulo, n. 4, p.86-89, ago. 2017.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina. Departamento de Clínica Médica. *História do Departamento*. Disponível em: <https://www.clinicamedicafmusp.com.br/departamento/historia-do-departamento/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

Luiz Antonio da Gama e Silva

- A TRAJETÓRIA política de João Goulart. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/gama_e_silva. Acesso em: 21 dez. 2020.
- FAIGLE, M. Curiosidades sobre o cargo de reitor. *Jornal do Campus*, São Paulo, 22 out. 2009. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2009/10/curiosidades-sobre-o-cargo-de-reitor/>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- FATOS & imagens > o AI-5. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 21 dez. 2020.
- HIRATA, A. Os notáveis do Direito. Luís da Gama e Silva, o jurista da repressão. *Jornal Carta Forense*, São Paulo, 5 mar. 2014. Disponível em: <http://cartaforense.com.br/conteudo/colunas/luis-da-gama-e-silva-o-jurista-da-repressao/13169>. Acesso em: 21 dez. 2020.
- LUIS Antonio da Gama e Silva. Disponível em: www.fgv.br/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-antonio-da-gama-e-silva. Acesso em: 21 dez. 2020.
- MOTOYAMA, S. (org.) *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FACULDADE DE DIREITO. *Galeria de Diretores, Luiz Antonio da Gama e Silva (1959-1962)*. Disponível em: http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_26.php. Acesso em: 21 dez. 2020.

Ruy Laurenti

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. A Saúde Pública perde Ruy Laurenti. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/falecimento_ruy_laurenti/11208/. Acesso em: 28 fev. 2021.
- BEGLIOMINI, H. Ruy Laurenti 1931-2015. São Paulo: Academia de Medicina de São Paulo, s.d. Disponível em: <https://academiamedicinasoapaulo.org.br/biografias/249/BIOGRAFIA-RUY-LAURENTI.pdf> Acesso em: 28 fev. 2021.
- CHIAVEGATTO FILHO, A. Em memória do professor Ruy Laurenti. *Jornal da USP*, São Paulo, 14 ago.2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/em-memoria-do-professor-ruy-laurenti/> Acesso em: 28 fev. 2021.

JORGE, M. H. P. M. ...a linha do tempo... *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 732-734, out./dez. 2015.

- LACERDA, E. Moyses Szklo ministra Conferência Magna Ruy Laurenti. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/eventos/congresso-brasileiro-de-saude-coletiva/moyses-szklo-ministra-conferencia-magna-ruy-laurenti-no-11o-abrascao/12500/> . Acesso em: 28 fev. 2021.
- MOTOYAMA, S. (org.) *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006.
- SENADOR, D. P. Palmas para o professor Ruy Laurenti. *Jornal da USP*, São Paulo, ano XVIII, n. 641, p. 1-3, 12 a 18 maio 2003.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. História. Disponível em: <https://www.fearp.usp.br/institucional/apresentacao.html>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos. *Histórico da FZEA*. Disponível em: www.fzea.usp.br/?page_id=206. Acesso em 28 fev. 2021.

Helio Lourenço de Oliveira

OLIVEIRA, Helio Lourenço de Oliveira “Vida e Legado” Ricardo Brandt de Oliveira e Regina Prado. EDUSP 2017.

Miguel Reale

- A ERA Vargas: dos anos 20 a 1945. Miguel Reale. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/biografias/miguel_reale. Acesso em: 11 jan. 2021.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Perfil do acadêmico Miguel Reale*. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/miguel-reale/biografia>. Acesso em: 11 jan. 2021.
- ALMEIDA, M. R. Ex-empresário do músico João Gilberto foi agente da ditadura militar na USP. *ND+*, Florianópolis, 29 abr. 2018. Disponível em: <https://ndmais.com.br/politica/ex-empresario-do-musico-joao-gilberto-foi-agente-da-ditadura-militar-na-usp/>. Acesso em: 11 jan. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ADVOGADOS. História de vida que merece ser contada – Miguel Reale. Disponível em: <https://aba.jusbrasil.com.br/noticias/235573843/historia-de->

- vida-que-merece-ser-contada-miguel-reale Acesso em 11 jan. 2021.
- CRONICA universitária. Professor Dr. Miguel Reale, Reitor da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66591/69201> Acesso em: 11 jan. 2021.
- DE CICCO, C. Miguel Reale. In: *Enciclopédia jurídica da PUCSP*. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/128/edicao-1/miguel-reale>. Acesso em: 11 jan. 2021.
- EDITOR, O. Professor Dr. Miguel Reale, reitor da Universidade de São Paulo. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 64, p. 229-237, 1969. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66591>. Acesso em: 11 jan. 2021.
- FAIGLE, M. Curiosidades sobre o cargo de reitor. *Jornal do Campus*, 22 out. 2009. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2009/10/curiosidades-sobre-o-cargo-de-reitor/>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- FRAZÃO, D. Miguel Reale jurista brasileiro. Disponível em: https://www.ebiografia.com/miguel_reale/ Acesso em: 11 jan. 2021.
- HISTÓRIA da Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira” (CUASO). In: Souza, M. A. A. (coord.) *O espaço da USP: presente e futuro*. São Paulo: Prefeitura do Campus, 1985. Disponível em: <https://puspc.usp.br/institucional/historia-da-cuaso/>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- MIGUEL Reale. Disponível em: <https://www.integralismo.org.br/biografia/miguel-reale/> Acesso em: 11 jan. 2021.
- MOTOYAMA, S. (org.) *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006.
- REALE, M. As fundações da USP. Disponível em: www.miguelreale.com.br/artigos/fundusp.htm Acesso em: 11 jan. 2021.
- REALE, M. Minhas memórias da USP. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, set./dez. 1994.
- REITORES da USP colaboraram com a ditadura, revela Comissão da Verdade. *Jornal Sul21*, Porto Alegre, 4 abr. 2018. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2018/04/reitores-da-usp-colaboraram-com-a-ditadura-revela-comissao-da-verdade/>. Acesso em: 11 jan. 2021.
- SANTOS, P. M. Instituto Astronômico e Geofísico da USP, Memória sobre sua formação e evolução. São Paulo: Edusp, 2005. p. 165-167. Disponível em: <https://www.iag.usp.br/pos/geral/portugues/hist%C3%B3ria> Acesso em: 11 jan. 2021.
- SIMPÓSIO homenageia os 90 anos de Miguel Reale. Disponível em: www.usp.br/agen/rede618.htm. Acesso em: 11 jan. 2021.
- SZKLAROWSKY, L. F. Miguel Reale o jusfilósofo e o humanista. Disponível em: <https://www.oabsp.org.br/portaldamemoria/artigos/miguel-reale-o-jusfilosofo-e-o-humanista/> Acesso em: 11 jan. 2021.

Orlando Marques de Paiva

- CHRISPIANO, J.; PICANÇO, M.; GONZALEZ, M. Filha bastarda da USP, Aesi desempenhou diferentes papéis na repressão interna. *Revista Adusp*, São Paulo, out. 2004. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/33/r33a06.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.
- FAIGLE, M. Curiosidades sobre o cargo de reitor. *Jornal do Campus*, São Paulo, 22 out. 2009. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2009/10/curiosidades-sobre-o-cargo-de-reitor/>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- FREITAS NETO, J. A. As Universidades e as ditaduras. *Jornal da Unicamp*, Campinas, 16 abr. 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/jose-alves-de-freitas-neto/universidades-e-ditaduras>. Acesso em: 21 dez. 2020.
- HISTÓRIA do Teatro da USP – TUSP. Disponível em: www.usp.br/tusp/?page_id=9. Acesso em: 21 dez.2020.
- ÍNDIOS Kraôns retomam dos brancos o machado sagrado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 jun. 1986. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/20607_20110708_174321.pdf. Acesso em: 21 dez. 2020.
- MIGUEL, S. A história contada nas ruas. *Jornal da USP*, São Paulo, 3-9 jun. 2002. Memória. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp599/pag12.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- MOTOYAMA, S. (org.) *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006.

ORLANDO Marques de Paiva. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paiva-orlando-marques-de>. Acesso em: 21 dez. 2020.

PAIVA, O. M. (ed.) *Museu Paulista da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Banco Safra, 1984.

REITOR defende o ensino pago. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 jun. 1977. Disponível em: <https://arqhist.clc.unicamp.br>. Acesso em: 21 dez. 2020.

REITORES da USP colaboraram com a ditadura, revela Comissão da Verdade. *Jornal Sul21*, Porto Alegre, 4 abr. 2018. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2018/04/reitores-da-usp-colaboraram-com-a-ditadura-revela-comissao-da-verdade/>. Acesso em: 21 dez. 2020.

SOBRE a OSUSP. Disponível em: www.osusp.prceu.usp.br/sobre-a-osusp. Acesso em: 21 dez. 2020.

Os Reitores seguintes: **Waldyr Muniz Oliva, Antonio Hélio Guerra Vieira, José Goldemberg, Flávio Fava de Moraes, Jacques Marcovitch Adolpho José Melfi, Suely Vilela e Marco Antonio Zago** foram entrevistados e aprovaram seu texto.

Roberto Leal Lobo e Silva Filho e João Grandino Rodas elaboraram seu próprio texto.

VICE-REITORES

Antonio de Almeida Prado

(Reynaldo Porchat, 1934–1938)

SÃO PAULO (Estado). Universidade de São Paulo. Pelo professor Almeida Prado, Vice-Reitor em Exercício... Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, 13 nov. 1935. p. 7. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1935%2fdiario%2520oficial%2fnovembro%2f13%2fpag_0007_2CBCSL8NMNTQ6e435EICCJIGBUP.pdf&pagina=7&data=13/11/1935&caderno=Di%C3%A1rio%20Oficial&paginaordenacao=100007. Acesso em: 15 jul. 2021.

SÃO PAULO (Estado). Universidade de São Paulo. Comunicou-se a Secretaria da Fazenda... Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, 18 fev. 1937. p. 10. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1937%2fdiario%2520oficial%2ffevereiro%2f18%2fpag_0010_3VV183N87NF9AeFR3P99007OTQ1.pdf&pagina=10&data=18/02/1937&caderno=Di%C3%A1rio%20Oficial&paginaordenacao=100010. Acesso em: 15 jul. 2021.

Spencer Vampré

(Lucio Martins Rodrigues, 1938–1939)

SÃO PAULO (Estado). Decretos de 30 de junho de 1938. Foram nomeados... Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, 02 jul. 1938. p. 02. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1938%2fdiario%2520oficial%2fjulho%2f02%2fpag_0002_8JHT7QC1MOPJAe58IUMT7FPJL7H.pdf&pagina=2&data=02/07/1938&caderno=Di%C3%A1rio%20Oficial&paginaordenacao=100002. Acesso em: 15 jul. 2021.

Alexandre Correia

(Domingos Rubião Alves Meira, 1939–1941)

SÃO PAULO (Estado). Papéis despachados. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, 08 mar. 1939. p. 13. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1939%2f

diario%2520oficial%2fmarco%2f08%2fpag_0013_5601P3TBAFVOReBAKC7CH42BHO1.pdf&pagina=13&data=08/03/1939&caderno=Di%C3%A1rio%20Oficial&paginaordenacao=100013. Acesso em 15 jul. 2021.

Benedicto Montenegro

(Gestão de Jorge Americano, 1941–1946)

SÃO PAULO (Estado). Decretos de 2 de setembro de 1941.

Foram nomeados... .. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, 03 set. 1941. p. 02. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1941%2fdiario%2520oficial%2fsetembro%2f03%2fpag_0002_2JIHSSUUIQ6Ae8CHULDNHQ9276.pdf&pagina=2&data=03/09/1941&caderno=Di%C3%A1rio%20Oficial&paginaordenacao=100002. Acesso em: 15 jul. 2021.

(Gestão de Antonio de Almeida Prado, 1946)

SÃO PAULO (Estado). Universidade de São Paulo. Reitoria, Ato nº1. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, 05 jan. 1946. p. 02. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1946%2fexecutivo%2fjaneiro%2f05%2fpag_0002_F2EMIB2GOC5PMeDDFILHKMG7PA1.pdf&pagina=2&data=05/01/1946&caderno=Executivo&paginaordenacao=100002. Acesso em: 15 jul. 2021.

Henrique Jorge Guedes

(Gestão de Linneu Prestes, 1947–1949)

SÃO PAULO (Estado). Universidade de São Paulo. Reitoria, Ato nº1. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, 06 jan. 1949. p. 02. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1949%2fexecutivo%2fjaneiro%2f06%2fpag_0002_6UUSMU7RUL6PSe3O4FO5EKM72I3.pdf&pagina=2&data=06/01/1949&caderno=Executivo&paginaordenacao=100002. Acesso em 15 jul. 2021.

(Gestão de Miguel Reale, 1949–1950)

SÃO PAULO (Estado). Universidade de São Paulo. Reitoria, Ato

nº1. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, 03 jan. 1950. p. 02. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1950%2fexecutivo%2fjaneiro%2f03%2fpag_0002_BKTEV2NNJ8B6DeE7987BDPK9KMI.pdf&pagina=2&data=03/01/1950&caderno=Executivo&paginaordenacao=100002. Acesso em: 15 jul. 2021.

Luiz Ignacio Romeiro de Anhaia Melo

(Luciano Gualberto, 1950–1951)

SÃO PAULO (Estado). Universidade de São Paulo. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, 02 abr. 1950. p. 02. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1950%2fexecutivo%2fabril%2f02%2fpag_0002_C634FR44HIDAVeB94EKO5P2CDR4.pdf&pagina=2&data=02/04/1950&caderno=Executivo&paginaordenacao=100002. Acesso em: 15 jul. 2021.

Antonio Carlos Cardoso

(Ernesto de Moraes Leme, 1951–1953)

SÃO PAULO (Estado). Universidade de São Paulo. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, 24 maio 1951. p. 02. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1951%2fexecutivo%2fmaio%2f24%2fpag_0002_43GSGT U704GLAe9GASRANTOVT13.pdf&pagina=2&data=24/05/1951&caderno=Executivo&paginaordenacao=100002. Acesso em: 15 jul. 2021.

Luiz Cintra do Prado

(Ernesto de Moraes Leme, 1951–1953)

SÃO PAULO (Estado). Universidade de São Paulo. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, 22 out. 1953. p. 26. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1953%2fexecutivo%2foutubro%2f22%2fpag_0026_F668DUKH1QE9Ce8O1HILPHMFQDO.pdf&pagina=26&data=22/10/1953&caderno=Executivo&paginaordenacao=100026. Acesso em: 15 jul. 2021.

Eurípedes Simões de Paula

(José de Mello Moraes, 1954–1955)

SÃO PAULO (Estado). Palácio do Governo. Decretos de 14 do corrente. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, 15 fev. 1955. p. 2. Disponível em: https://www.imrensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1955%2fexecutivo%2ffevereiro%2f15%2fpag_0002_ASQKOV791G6TGe5LEMM2PLATBUP.pdf&pagina=2&data=15/02/1955&caderno=Executivo&paginaordenacao=100002. Acesso em: 15 jul. 2021.

IMAGENS

Capa: Faculdade de Direito São Francisco – Jornal da USP | Escola Politécnica – acervo da Escola Politécnica | Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – acervo do Museu da ESALQ | Faculdade de Medicina – Jornal da USP | Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia – acervo da FMVZ

Páginas iniciais: p.3 Vera Nakata | p.6-8 Edna Marcellino | p.9 Jornal da USP | p.12 Marcos Santos, Jornal da USP | p.13 Jornal da USP | p.15 Cecília Bastos, Jornal da USP | p.16 Onze Arquitetura | p.18 Banco de imagem USP

Reynaldo Porchat: p.19 Edna Marcellino | p.23 Jornal da USP | p.24 Acervo Escola Politécnica

Lucio Martins Rodrigues: p.25 Edna Marcellino | p.26, 28-29 Acervo familiar | p.30 Jornal da USP

Domingos Rubião Alves Meira: p.31 Edna Marcellino | p.35 Acervo Escola Politécnica | p.36 Jornal da USP

Jorge Americano: p.37 Edna Marcellino | p.41 Museu Esalq | p.42 Banco de imagem USP

Antonio de Almeida Prado: p.42 Edna Marcellino | p.47 Acervo Jornal O Estado de São Paulo | p. 48 Museu da Faculdade de Odontologia da USP

Linneu Prestes: p.49 Edna Marcellino | p.52 Arquivo Superintendência do Espaço Físico USP

Miguel Reale: p.53 Edna Marcellino | p.54, 56 Acervo familiar | p.57 Acervo Escola Politécnica

Luciano Gualberto: p.59 Edna Marcellino | p.63 Arquivo Prefeitura da Cidade Universitária

Ernesto de Moraes Leme: p.65 Edna Marcellino | p.68 História da USP/Ernesto de Souza Campos. 1954. p.189

José de Mello Moraes: p.71 Edna Marcellino | p.72-75 Acervo familiar | p.76 Arquivo Prefeitura da Cidade Universitária

Alípio Corrêa Netto: p.77 Edna Marcellino | p.81-82 Acervo Escola Politécnica

Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho: p.83 Edna Marcellino | p.85 Arquivo Superintendência do Espaço Físico USP | p.86 Jorge Murata, Jornal da USP

Antonio Barros de Uihôa Cintra: p.87 Edna Marcellino | p.89, 91 Acervo Escola Politécnica | p.92 Jornal da USP | p.94 Arquivo Superintendência do Espaço Físico USP

Luis Antonio da Gama e Silva: p.95 Edna Marcellino | p.99-100 Arquivo Superintendência do Espaço Físico USP

Helio Lourenço de Oliveira: p.101 Edna Marcellino | p.102-107 Helio Lourenço de Oliveira: "Vida e Legado"/Ricardo Brandt de Oliveira, Regina Prado. 2017 | p.108 Arquivo Superintendência do Espaço Físico USP

Miguel Reale: p.109 Edna Marcellino | p.110 Acervo familiar | p.111-113 Jornal da USP | p.115 George-Campos, Banco de imagem USP | p.115 Arquivo Superintendência do Espaço Físico USP e Acervo familiar | p.116 Arquivo Superintendência do Espaço Físico USP

Orlando Marques de Paiva: p.117 Edna Marcellino | p.119 Arquivo Superintendência do Espaço Físico USP | p.120-121 Jornal da USP | p.122 Arquivo Superintendência do Espaço Físico USP

Waldyr Muniz Oliva: p.123 Edna Marcellino | p.124,127,129 Acervo pessoal | p.129 Marcos Santos, Banco de imagem USP

Antonio Hélio Guerra Vieira: p.131 Edna Marcellino | p.132 Acervo pessoal | p.134 Jornal da USP e Guilherme Andrade, Acervo PCS-Poli | p.135 Acervo pessoal | p.136 Arquivo Superintendência do Espaço Físico USP

José Goldemberg: p.137 Edna Marcellino | p.138-141 Jorge Maruta, Jornal da USP | p.142 Arquivo Superintendência do Espaço Físico USP

Roberto Leal Lobo e Silva Filho: p.143 Edna Marcellino | p.145 Jorge Maruta, Jornal da USP | p.145-147 Acervo pessoal | p.148 Arquivo Superintendência do Espaço Físico USP

Ruy Laurenti: p.149-152 Jorge Maruta, Jornal da USP | p.153 Acervo pessoal Flávio Fava de Moraes | p.154 Jornal da USP

Flávio Fava de Moraes: p.155 Edna Marcellino | p.156-159 Acervo pessoal | p.160 Jorge Maruta, Jornal da USP | p.161 Acervo pessoal

Jacques Marcovitch: p.162 Acervo pessoal Mayana Zatz | p.163 Edna Marcellino | p.164-166 Jorge Maruta, Jornal da USP | p.167 Acervo pessoal Mayana Zatz

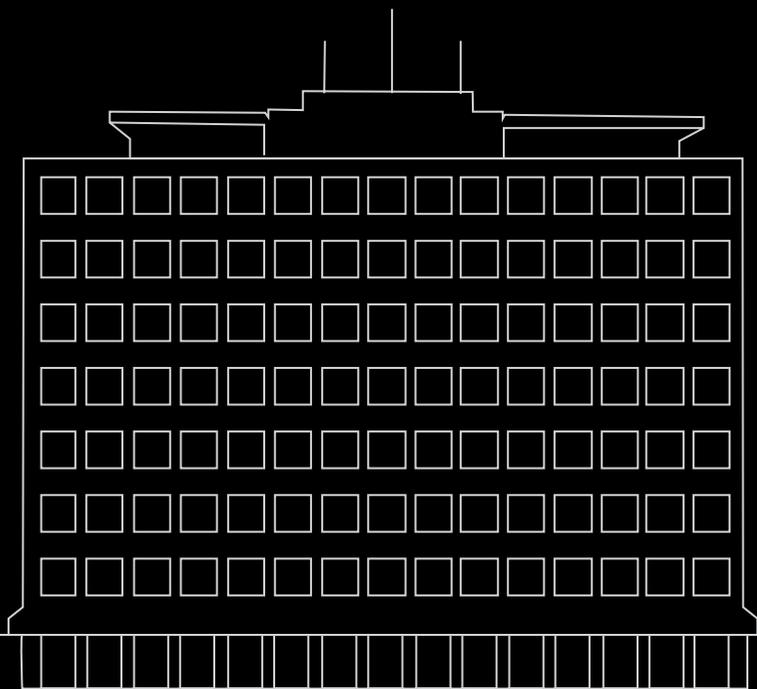
Adolpho José Melfi: p.168 Marcos Santos, Jornal da USP | p.169 Edna Marcellino | p.170-171,173-177 Marcos Santos, Jornal da USP

Suely Vilela: p.178 Ernani Coimbra, Assessoria de Imprensa USP | p.179 Edna Marcellino | p.180-184,186 Ernani Coimbra, Assessoria de Imprensa USP | p.187 Acervo pessoal

João Grandino Rodas: p.188 Marcos Santos, Jornal da USP | p.189 Edna Marcellino | p.190-191,193-194 Ernani Coimbra, Assessoria de Imprensa USP

Marco Antonio Zago: p.195 Marcos Santos, Jornal da USP | p.196 Onze Arquitetura | p.197 Edna Marcellino | p.199-200,202 Acervo pessoal | p.204 Ernani Coimbra, Assessoria de Imprensa USP | p.205 Vera Nakata

<i>Título</i>	<i>Os Reitores da Universidade de São Paulo: 1934–2018</i>
<i>Coordenação</i>	Vera Lucia Mariko Nakata
<i>Pesquisa Histórica e Redação</i>	Silvia Regina Saran Della Torre Marilda Nagamini
<i>Pesquisa Iconográfica</i>	Larissa Siqueira de Oliveira Vera Lucia Mariko Nakata
<i>Entrevistas e Redação a partir da p.125</i>	Amanda Novaretti Silvia Prevideli
<i>Edição de Texto</i>	Ana Paula Alfano
<i>Revisão de Conteúdo</i>	Jorge Pimental Cintra
<i>Projeto Gráfico e Capa</i>	Matheus Riemma Nerosky
<i>Diagramação</i>	Giovanna Soares Lobo Marcelo Alt dos Reis
<i>Imagens cedidas</i>	Acervo <i>O Estado de S. Paulo</i> Adriana Cruz / Assessoria de Imprensa da USP Bárbara Toaliar / Superintendência do Espaço Físico Jorge Maruta / Jornal da USP Prefeitura do Campus da USP da Capital
<i>Fotos</i>	Edna Marcellino Vera Lucia Mariko Nakata
<i>Formato</i>	23 × 25 cm
<i>Tipografia</i>	Garamond Premier Pro e Frutiger LT Std
<i>Papel Certificado FSC®</i>	Couché Brilho 150 g/m ² (capa) Couché Fosco 115 g/m ² (miolo) Offset 150 g/m ² (guardas)
<i>Número de Páginas</i>	224
<i>Tiragem</i>	500
<i>Impressão e Acabamento</i>	Pigma Gráfica





1827

FACULDADE DE DIREITO



1894

ESCOLA POLITÉCNICA

USP

edusp

APOIO:

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
TECNOLÓGICO DA ENGENHARIA

FOTE

ISBN 978-65-5785-037-4



9 786557 850374



1901

ESCOLA SUPERIOR LUIZ DE QUEIROZ



1912

FACULDADE DE MEDICINA



1919

FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA